

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS  
HUMANOS  
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

GLÓRIA MARIA GOMES DRAVANZ

**ENTRE MANUTENÇÕES E RUPTURAS: ANÁLISE DO  
TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS**

PELOTAS

2018

GLÓRIA MARIA GOMES DRAVANZ

**ENTRE MANUTENÇÕES E RUPTURAS: ANÁLISE DO  
TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Vini Rabassa da  
Silva

Pelotas  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D767e Dravanz, Glória Maria Gomes

**Entre manutenções e rupturas: análise do trabalho do/a assistente social no CRAS.** / Glória Maria Gomes Dravanz. – Pelotas: UCPEL, 2018.

158 f.

Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Doutorado em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2018. Orientadora: Vini Rabassa da Silva.

1. trabalho do/a assistente social. 2. serviço social. 3. projeto ético-político. 4. CRAS/assistência social. 5. conservadorismo I. Silva, Vini Rabassa da, or. II. Título.

CDD 613

GLÓRIA MARIA GOMES DRAVANZ

**ENTRE MANUTENÇÕES E RUPTURAS: ANÁLISE DO  
TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Política Social e Direitos Humanos.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Presidente e Orientadora Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva  
Universidade Católica de Pelotas – UCPel

---

1ª. Examinadora Profa. Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS

---

2ª Examinador Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Examinadora Profa. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros  
Universidade Católica de Pelotas – UCPel

*Dedico este trabalho à todas/os assistentes sociais  
atuantes e incansáveis por uma sociedade justa e  
igualitária, livre de toda forma de exclusão e preconceito.*

## EPÍGRAFE

*No contexto atual estamos atuando como bombeiras, apagando incêndio. Até que temos algumas luzes, no sentido de tentativa de ser uma prática mais emancipatória. A gente tenta na nossa pequena lagoinha, levar aquela gota para apagar o fogo. (GUAÍBA, 2018)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Universo, pela vida e pela presença em tudo que me rodeia, e que me dá forças para seguir lutando todos os meus dias na busca da realização de meus sonhos.

À Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, no qual encontrei a oportunidade de ampliação de conhecimentos e crescimento intelectual, profissional e pessoal.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou a realização deste trabalho através de uma bolsa de estudos.

*In memoriam*, à minha avó, Yolanda, para a qual dedico este trabalho. Embora não tenhas conseguido me acompanhar até o final desta etapa, sei que me acompanharás pelo resto de meus dias. Guardo junto com as saudades, o amor, carinho, educação e lições que compartilhaste comigo, desde os primeiros momentos de minha vida. Embora distante, estás presente.

*In memoriam*, ao meu avô, Herbert, que junto com minha avó, proporcionaram a mim, momentos de ensinamentos e experiências que levarei por toda a vida. Agradeço por tudo que representas para mim, na figura de pai.

Em especial, ao meu companheiro, amigo, parceiro para todas as horas, Leandro, que há 15 anos compartilha de minha caminhada, e de certa forma, conclui agora o Doutorado conjuntamente, por “associação”! Assim como no Mestrado e na graduação, embora os últimos tempos tenham sido difíceis e turbulentos, com muitas ausências devido à escrita deste trabalho, sempre buscou contribuir de alguma forma para a conclusão da tese, às vezes inclusive, tendo que ouvir madrugadas de discussão sobre o trabalho profissional, sobre os limites pessoais, sobre as políticas públicas insuficientes, sobre as *trevas* que assolam nosso país neste momento. Tens me acompanhado em momentos de alegrias, e de extrema dificuldade, mas sempre me estendendo a mão, e por vezes, me segurando. Agradeço todos os dias por poder estar ao teu lado. Te amo infinitamente!

Aos meus colegas de Doutorado, que contribuíram para o crescimento deste trabalho, nas discussões em sala de aula, e nos momentos de descontração, nos intervalos das aulas, e até mesmo, nos cafés e lanches coletivos! Especialmente as colegas Alessandra, Isabel, Aline Ávila, Rosaura, Flúvia e Lenara, por tantos momentos de alegria, descontentamentos, gulodices e risadas compartilhadas. Obrigada!

A minha, mais do que amiga, Daiane Ugoski, com quem os laços de amizade se estendem desde a graduação em Serviço Social. Agradeço por fazer parte da minha vida, por tantos momentos compartilhados, e tantas lembranças que podemos acumular, e seguiremos acumulando em conjunto.

Em especial ao meu grande presente no Doutorado, a Alessandra, que pudemos nos somar como colegas e amigas para a vida, pelos momentos de discussão, planejamento, angústia, escritas, frustrações e tudo mais que uma amizade envolve. A amizade verdadeira é uma benção, que perdura e proporciona aprendizados. Obrigada por tudo!

Em especial a Professora Dra. Vini Rabassa da Silva, que aceitou o desafio desta orientação, e que com muita dedicação oportunizou um crescimento significativo no desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pela confiança, pela compreensão e pelas oportunidades que foram oferecidas. Espero que sigas acompanhando a minha caminhada.

À Banca Examinadora composta pela Profa. Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes, o Prof. Dr. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, a Profa. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros e a Profa. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira pela disponibilidade de participação neste processo de formação profissional e pela contribuição dada ao trabalho, em especial ao Prof. Helder e a Profa. Vera, que acompanham o desenvolvimento deste trabalho, desde a banca de qualificação. Sinto-me privilegiada em partilhar este momento com vocês. Obrigada!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, que contribuíram para o aprendizado e crescimento desta Tese. As discussões desenvolvidas em sala de aula trouxeram relevantes contribuições para a elaboração deste trabalho. Obrigada!



Aos colegas do Grupo de Pesquisa GEPCISS, que oportunizaram momentos de trabalho, estudo, discussão, formação e construção coletiva! Obrigada!

Às assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Pelotas, pela oportunidade de conhecer seus espaços de atuação e resistência, pelas experiências trocadas, pelos desabafos e carinhos recebidos. Em especial à Raquel Nebel, Chefe da Proteção Social Básica da SAS, mulher de garra, força e coragem, que se agiganta perante o patriarcado da gestão pública! Resiste cotidianamente, e contagia tod@s ao redor a fazer parte da luta! Foi um enorme prazer poder trabalhar em conjunto contigo amiga!!

Agradeço ainda as coordenadoras dos cinco CRASs do município, no momento da pesquisa, Daniela, Heloisa, Carina e Josiane. Adoro vocês!

À equipe do CRAS Centro, que por dois anos me acolheu como técnica, como pessoa, e por último como coordenadora. Gurias, fizemos chover! Cada perrengue! Kkkkk Mas também cada vitória, indescritível!! Em especial as amigas que acumulei, Nadna, Cris Peres, Miriam, Suzana, Roberta, Mara e Sandra! Amo vocês!!!

À equipe da Faculdade de Odontologia da UFPel, principalmente aos colegas do Setor Central de Triagem, os quais me abraçaram em meio ao processo de escrita! Duda, Barbara, Ana Maria e Paulo, meu agradecimento pelas estratégias de cuidado comigo!

Agradeço essencialmente, às políticas públicas, ao investimento em programas sociais para a população pobre deste país! Obrigada ao PT, que através de seu governo, “destruiu a minha vida”, oportunizando que uma jovem, neta de agricultores, de uma cidade do interior com três mil habitantes, chegasse a universidade através do PROUNI, que concluísse o curso graças às Bolsas de Iniciação Científica, que melhorasse suas condições de vida graças ao investimento na região sul do Estado do RS, através do PAC, permitindo que meu companheiro tivesse emprego e renda! Que permitiu que eu cursasse o Mestrado e o Doutorado, através das bolsas de incentivo da CAPES!! Que promulgou o SUAS, criou os CRASs, Bolsa-Família, Pronatec, Minha Casa Minha Vida, FIES, Luz para Todos, Cadastro Único, Pro-Jovem, e

tantos outros, que levaram cidadania e direitos sociais para uma população em massa, que não tinha voz, nem vez!! Eu agradeço imensamente, o processo de redistribuição de renda que foi efetivado! Obrigada!

Para finalizar, a todos e todas que contribuíram de alguma forma, para a efetivação deste trabalho. Muito obrigada!

## RESUMO

DRAVANZ, G. M. G. Entre Manutenções e Rupturas: Análise do trabalho do/a assistente social no CRAS. 2018. Tese – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2018.

O trabalho do/a assistente social tem sido objeto de discussão da categoria desde o surgimento da profissão, apontando os limites, desafios e potencialidades, bem como questionamentos sobre o direcionamento deste trabalho que resultou em transformações no seu modo de pensar, formar e intervir. A opção por um projeto profissional hegemônico orientado pela vertente marxista a partir dos anos 70, e sua consolidação por meio do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEP), tem significativo papel neste movimento de intenção de ruptura. Entretanto, o avanço do neoliberalismo a partir da década de 1990, a regressão de direitos conquistados e no contexto atual, o crescimento do conservadorismo na esfera política e social do país e as transformações na esfera da formação profissional por meio do crescimento dos cursos EAD, tem apontado limitadores e desafios a categoria. Da mesma forma que no Serviço Social, no âmbito da Política de Assistência Social (PAS) estas transformações também são percebidas, principalmente com relação ao corte de recursos para programas, projetos, serviços e benefícios. Partindo destes apontamentos, entendendo a necessidade de análise do trabalho profissional no cotidiano como movimento necessário na construção de mecanismos de discussão sobre o direcionamento do Serviço Social, o presente trabalho tem como objetivo analisar como o trabalho profissional dos/as assistentes sociais desenvolvida no CRAS, em meio ao contexto atual vivenciado pelo país e frente ao crescimento do conservadorismo, vem se relacionando com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Para o alcance do objetivo a pesquisa foi orientada pelo método crítico-dialético, e para realização adotou-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa de campo contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais atuantes nos cinco CRASs do município de Pelotas. Os dados empíricos da pesquisa expõem que as manutenções e rupturas evidenciadas permitem identificar o cotidiano alienante, e o conseqüente distanciamento do/a assistente social na percepção do seu papel frente a PAS, o usuário e o Estado propriamente dito. Assim, a análise realizada sobre o trabalho dos assistentes sociais nos CRASs de Pelotas reafirma que a apreensão do movimento contraditório e antagônico da profissão e do próprio sistema capitalista, requer uma capacidade crítica de análise do concreto, aliada a princípios éticos-políticos e teórico-metodológicos. Perante o contexto atual, profissão vivencia um movimento que por vezes demonstra uma intenção de ruptura aliada a uma prática conservadora, que resulta mais na aproximação à uma perspectiva fiscalizatória dos usuários, do que propriamente no direcionamento vislumbrado pela perspectiva transformadora/emancipatória preconizada no PEP. Análise esta, que fortalece a necessidade de ampliação do debate sobre profissão, visando a construção de alternativas de apreensão do concreto para poder contribuir na superação da ordem social de exploração vigente.

Palavras Chave: Trabalho do/a assistente social; Serviço Social; Projeto Ético-Político; CRAS/Assistência Social; Conservadorismo.

## ABSTRACT

DRAVANZ, G. M. G. Between Maintenance and Ruptures: Analysis of the work of the social assistant at CRAS. 2018. Thesis – Catholic University of Pelotas, Pelotas, 2018.

The work of the social assistant has been an object of discussion of the class since the appearance of the profession, pointing out the limits, challenges and potentials as well as questions concerning the direction of this work which resulted in changes in its way of thinking, forming and intervening. The option for a hegemonic professional project guided by a Marxist component beginning in the 70s, and its consolidation through the Political Ethical Project of Social Service (PEP), has a significant role in this movement of intention of rupture. However, the advance of neoliberalism from the 1990s onwards, the decrease of earned rights and in the current context, the growth of conservatism in the political and social spheres of the country and the transformations in the sphere of professional training through the growth of Distance Education courses, have pointed out restraining factors and challenges to the class. Similar to the Social Service, in the scope of the Social Assistance Policy (SAP) these transformations are also noticed, especially concerning the cuts for programs, projects, services and benefits. Bearing in mind these notes, understanding the necessity of analysis of the Professional work in the daily life as a necessary movement of discussion concerning the direction of Social Service, the present work aims to analyze the Professional work of social assistants carried out at CRAS, amid the present context experienced in the country and considering the growth of conservatism, has connected to the Political Ethical Project of Social Service. In order to reach the purpose, the research was guided using the critical-dialectical method, and to achieve it, we used the procedures of bibliographic research and field studies. The field study included semi-structured interviews with the social assistants working at the five CRASs in the city of Pelotas. The research empirical data exposes that the highlighted maintenance and ruptures enable to identify the alienating daily life and the consequent distance of the social assistant in the perception of his/her role concerning the SAP, the user and the State itself. Thus, the analysis carried out on the work of the social assistants at CRASs in Pelotas reaffirms that the apprehension of the contradictory and antagonistic movement of the profession and the capitalist system itself demands a critical capacity of analysis of what is concrete combined with political-ethical and theoretical-methodological principles. Considering the current context, the profession is experiencing a movement that at times shows an intention of rupture combined with a conservative practice that results mainly in the approximation of a monitoring perspective of the users than properly in the direction expected by the transforming and emancipatory perspective proposed in the PEP. Such analysis reinforces the necessity of expanding the debate about the profession, aiming at the construction of alternatives of apprehension of what is concrete in order to be able to contribute in the overcoming of the present social order of exploitation.

Keywords: Work of the social assistant; Social Service; Political Ethical Project; CRAS/Social Assistance; Conservatism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição Territorial dos CRASs em Pelotas.....	83
Figura 2 – População Urbana por Bairro .....	84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Direcionamentos do Serviço Social nos diferentes períodos históricos.....	42
Quadro 2 – Dados Gerais de Pelotas.....	81
Quadro 3 – Implementação de CRAS em Pelotas.....	82
Quadro 4 – Relação de Equipes de Referência nos CRASs.....	87
Quadro 5 – Demandas recebidas e atendidas nos CRASs, segundo a percepção dos assistentes sociais.....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de Atuação das Assistentes Social na PAS.....	96
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	= Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	= Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BM	= Banco Mundial
BPC	= Benefício de Prestação Continuada
CADÚnico	= Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	= Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	= Constituição Federal
CFESS	= Conselho Federal de Serviço Social
CLT	= Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	= Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	= Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	= Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	= Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	= Conselho Regional de Serviço Social
EAD	= Ensino à Distância
EMEI's	= Escolas Municipais de Educação Infantil
ENEM	= Exame Nacional de Ensino Médio
FHC	= Fernando Henrique Cardoso
FMI	= Fundo Monetário Internacional
IBGE	= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	= Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	= Instituição de Ensino Superior
INSS	= Instituto Nacional de Previdência Social
IPI	= Imposto sobre Produtos Industrializados
LBA	= Legião Brasileira de Assistência
LOAS	= Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	= Ministério da Educação e Cultura
MDS	= Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	= Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
NOB/SUAS	= Norma Operacional Básica do SUAS
NOB-RH/SUAS	= Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS



ONG'S	= Organizações Não-Governamentais
PAIF	= Programa de Atenção Integral à Família
PAS	= Política de Assistência Social
PBF	= Programa Bolsa Família
PCD's	= Pessoas com Deficiência
PEP	= Projeto Ético-político
PETI	= Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PDE	= Plano Desenvolvimento da Educação
PIB	= Produto Interno Bruto
PMCMV	= Programa Minha Casa Minha Vida
PNAS	= Política Nacional de Assistência Social
PNE	= Plano Nacional de Educação
PNHR	= Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	= Programa Nacional de Habitação Urbana
PPG	= Programa de Pós-Graduação
PPGPSDH	= Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos
PRONATEC	= Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	= Programa Universidade para Todos
PT	= Partido dos Trabalhadores
PTRC	= Programa de Transferência de Renda Condicionada
PSB	= Proteção Social Básica
PSE	= Proteção Social Especial
SAS	= Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAI	= Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	= Serviço Social da Indústria
SCFV	= Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	= Sistema Único de Assistência Social
SUS	= Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	19
2. Da construção à consolidação sócio histórica do Serviço Social no Brasil: uma visão geral .....	36
2.1. O surgimento do Serviço Social no Brasil .....	36
2.2. O papel histórico da matriz conservadora na profissão .....	43
2.3. A crítica ao conservadorismo e o projeto ético-político do Serviço Social .....	50
3. A Política de Assistência Social e a Proteção Básica: Onde estamos? .....	70
3.1. O Sistema Único de Assistência Social: o Papel do CRAS como Proteção Social Básica .....	70
3.2. A proteção básica no município de Pelotas: caracterização geral .....	80
3.3. Caracterização das Assistentes Sociais atuantes nos CRASs em Pelotas .....	94
4. O trabalho do/a profissional de Serviço Social na PAS: entre manutenções e rupturas .....	100
4.1. Procedimentos usados pelos assistentes sociais no CRAS: o risco do imediatismo .....	100
4.2. Concepções manifestas e latentes sobre o trabalho no CRAS: entre crítica e a obediência .....	108
4.3. A intencionalidade do trabalho dos assistentes sociais nos CRASs: entre o conservadorismo e a transformação .....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	137
REFERÊNCIAS .....	143
APÊNDICES .....	153
Apêndice A: Roteiro de entrevista .....	154
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	157

## 1. INTRODUÇÃO

A temática sobre o Serviço Social no Brasil e o trabalho desenvolvido no cotidiano nos espaços sócio ocupacionais do/a assistente social tem sido objeto de questionamento por parte dessa pesquisadora desde que iniciou a sua atuação profissional na Secretaria de Assistência Social do Município de Pelotas.

O contexto da sociedade brasileira na atualidade e as transformações societárias, com o presente retrocesso no cenário político do país e a retomada avassaladora dos ideários neoliberais, expondo um conservadorismo maquiado, trouxeram implicações na atuação do/a assistente social, principalmente em consequência do desmonte de direitos sociais.

Os desafios na efetivação do acesso a bens e a serviços tem se mostrado crescente e de forma mais complexa. O sucateamento dos serviços públicos e o retorno do discurso do Estado Mínimo para o social e máximo para o mercado, refletem apenas alguns dos limites impostos nos dias atuais.

Aliado a esse cenário político, na educação superior o avanço dos cursos de Ensino à Distância (EAD)<sup>1</sup>, atendendo a lógica mercadológica da formação “menor tempo, ao menor custo e para o mercado de trabalho”, expõe a falta de compromisso com a qualidade da formação profissional, muitas vezes sem os recursos mínimos necessários para o entendimento da profissão e da realidade histórica na qual está inserida.

Outro fator, refere-se à problemática da não superação do discurso da dicotomia entre teoria e prática, onde uma não se articula/complementa com a outra, explanada por muitos profissionais ao se depararem com os limites do trabalho profissional nos espaços sócio ocupacionais.

O Serviço Social brasileiro construiu, a partir da década de 1960, e final dos anos 1970, por meio de um processo de luta pela democracia e do

---

<sup>1</sup> Mesmo não sendo o foco deste trabalho, será feita análise sobre esta temática no cap. 3 ou 4, faces as implicações e determinantes no trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

descontentamento com os rumos da profissão, um projeto profissional inovador, associado a um projeto societário de superação/ruptura com a ordem social vigente, com o conservadorismo, e com a busca pela emancipação humana.

Porém, as transformações da sociedade capitalista impactaram na efetivação desse projeto profissional, e significaram o crescimento, mesmo entre a profissão, de práticas policiais e fiscalizatórias sobre as famílias e indivíduos atendidos diariamente. Não é intenção a generalização destas práticas, entretanto no cotidiano profissional pode se constatar a sua recorrência.

Do mesmo modo, constata-se a reprodução de conceitos neoliberais centrados no desenvolvimento do mercado – como o empreendedorismo –, que nada mais são que uma nova roupagem a discursos de desresponsabilização do Estado, individualização dos problemas sociais, meritocracia, e até mesmo o discurso positivista da ordem natural da organização social (NETTO, 2016).

A partir destes apontamentos, amparados em leituras e discussões desenvolvidas ao longo do curso de doutoramento, juntamente com observações do trabalho profissional cotidiano em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), foi possível a construção de questionamentos sobre o exercício profissional e as tensões existentes.

Os estudos e discussões no contexto das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), bem como a aproximação com o trabalho profissional no espaço sócio-ocupacional do CRAS, fomentaram as inquietações sobre o Projeto profissional do Serviço Social, refletido em seu Projeto Ético-Político (PEP) e o direcionamento da profissão no estágio atual do capitalismo.

Essas inquietações e questionamentos foram ainda fortalecidos através da releitura de autores fundamentais ao Serviço Social, que se debruçam no estudo da categoria profissional, em seus diferentes aspectos, como, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Carmelita

Yazbek, Maria Ozanira Silva e Silva, Carlos Montaña e Ana Elizabete Mota, para destacar alguns.

Da mesma forma, o levantamento realizado nas produções de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) na área de Serviço Social no Brasil apontou a necessidade de ampliação de produções sobre a temática do Serviço Social na Assistência Social e a materialização do Projeto Ético-Político da profissão, amparada no projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, e a necessidade desta análise a partir do trabalho profissional no cotidiano, frente as ambiguidades e a ameaça de graves retrocessos na esfera dos direitos sociais.

A partir da identificação dos Programas em funcionamento, na área 32 da CAPES, que corresponde a área de Serviço Social<sup>2</sup>, observou-se que atualmente estão em funcionamento trinta (30) PPGs na modalidade Acadêmico, sendo que apenas um é em Economia Doméstica e todos os demais vinculados ao Serviço Social, sendo que dezoito (18) possuem Mestrado e Doutorado, os doze (12) restantes possuem apenas Mestrado.

Quanto ao nome dos PPGs, dezessete (17) PPGs em Serviço Social, cinco (5) em Política Social, um (1) em Política Social e Serviço Social, dois (2) em Políticas Públicas, um (1) em Economia Doméstica, um (1) em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, um (1) em Serviço Social e Política Social, um (1) em Serviço Social e Direitos Sociais e um (1) em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Para o levantamento das dissertação e teses produzidas nos PPGs sobre a temática, deste projeto, foram adotados alguns procedimentos de pesquisa. Em primeiro lugar, optou-se pelo espaço temporal dos últimos dez (10) anos - 2006 à 2016, que contempla o período de formação profissional desta pesquisadora, desde o início da graduação até o início da elaboração do projeto de pesquisa para doutoramento. Para a busca nos sítios dos Programas, dentro deste período determinado, adotou-se critérios de inclusão e exclusão das categorias selecionadas para a análise sobre o trabalho profissional, nesta pesquisa, como estratégia de delimitação do objeto de

---

<sup>2</sup> A consulta ao site da CAPES foi realizada entre 2016 e 2017, quando ainda não havia trocado o nome do PPG da UCPEL de Política Social para Política Social e Direitos Humanos.

estudo, sendo estabelecido para a seleção o seguinte critério de inclusão: conter no título e/ou nas palavras chave, no mínimo, duas das seguintes categorias: Projeto Ético-Político e/ou Projeto Profissional do Serviço Social, Trabalho/ação/prática do/a assistente social e Política de Assistência Social.

Alguns PPGs não tinham disponíveis os trabalhos de todo o período delimitado, ou por problemas no sítio, ou mesmo pelo início do PPG ser posterior a 2006.

Das obras consultadas atendiam aos critérios estabelecidos 53 trabalhos, destes quarenta e seis (46) dissertações de Mestrado e sete (7) teses de Doutorado.

Foi possível evidenciar a baixa produtividade sobre a temática do trabalho profissional e a análise do Projeto Ético-Político do Serviço Social, principalmente quando relacionado à Política de Assistência Social. Assim, esta consulta reforçou a relevância de ampliar os debates sobre a temática do trabalho dos/as profissionais de serviço social, o seu papel na efetivação e acesso a direitos e na construção de estratégias de materialização do Projeto Profissional de ruptura, frente aos desafios impostos pelo sistema capitalista, principalmente quando relacionado ao contexto atual de crise do capital e a retomada crescente da redução do Estado na intervenção e promoção de políticas públicas. Para isso, entende-se como fundamental o aprofundamento e a ampliação de estudos que discutam não somente a visão científica das políticas sociais, das relações Estado/Sociedade, mas que analisem o trabalho profissional dos/as assistentes sociais em sua totalidade, no contexto da sociedade capitalista.

Para poder analisar esta relação foi selecionado como espaço de estudo o trabalho realizado pelo/a profissional de Serviço Social no CRAS, por ser este um campo contraditório e antagônico e, ao mesmo tempo, pertencente a política que mais ampliou o mercado de trabalho para os assistentes sociais nos últimos anos.

O CRAS é considerado um serviço essencial da Política de Assistência Social (PAS) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), (MDS, 2005), e tem papel fundamental na efetivação de direitos socioassistenciais e na garantia de acesso a serviços e demais políticas sociais, além de desempenhar

função essencial<sup>3</sup> no território no fortalecimento de vínculos e laços com a comunidade. Tem função protetiva, proativa e preventiva na PAS, estando prevista a inserção do/a assistente social na equipe técnica de cada unidade, para executar atendimento direto na realidade cotidiana das famílias e indivíduos pertencentes ao território de abrangência da unidade.

Constituindo um espaço sócio-ocupacional da profissão, também vivencia a dinâmica contraditória da sociedade capitalista, talvez de forma mais latente, pois o trabalho desenvolvido pelo CRAS atua diretamente nas manifestações da questão social diariamente. Da mesma forma, essa dinâmica contraditória da política social, aponta algumas implicações no trabalho do/a assistente social frente a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho como destaca Ortiz,

[...] será o assistente social reconhecido e requisitado para a intervenção direta e imediata nas refrações da questão social, isto faz deste profissional alguém que deve executar, e não necessariamente refletir sobre o que está fazendo (ORTIZ, 2010, p. 150).

É neste contexto do cotidiano contraditório, que o trabalho profissional do/a assistente social é efetivada, mediante a intervenção para viabilização e conquista de direitos aos usuários, principalmente nos espaços sócio-ocupacionais das políticas sociais.

Ainda, as transformações da sociedade capitalista, voltada hoje para o grande capital financeiro especulativo e fetichista (IAMAMOTO, 2009), bem como o crescimento de novos paradigmas, como aqueles decorrentes da denominada pós-modernidade, tem contribuído para a ampliação de questionamentos sobre o PEP do Serviço Social, ancorado na tradição marxista.

---

<sup>3</sup> Segundo o MDS, o trabalho do CRAS é denominado essencial na PAS, atuando diretamente nos territórios, por sua proximidade geográfica com as áreas de maior vulnerabilidade social, e pelas ações desenvolvidas de proteção e prevenção de forma proativa, com acompanhamento continuado das famílias. Este equipamento de proteção social do SUAS, tem nesse aspecto um caráter positivo de intervenção, pois na ação cotidiana é possível perceber a aproximação do serviço com a comunidade, e o fortalecimento dos laços comunitários, onde o CRAS, em alguns territórios, torna-se parte pertencente da localidade e da população. E desta forma, cumpre seu papel de espaço de acesso à direitos sociais e ampliação de cidadania.

Da mesma forma, a intervenção do/a assistente social com vistas à promoção e a conquista de direitos, deve estar orientada a partir de uma base teórico-metodológica, que permita uma crítica da realidade social e possibilite a análise do fenômeno além da aparência, possibilitando a apreensão na sua essência. Ou seja, que permita a superação de uma análise simplista e imediata da realidade, priorizando ações de estudo e pesquisa sobre o contexto, a comunidade, as peculiaridades e potencialidades de cada espaço, das famílias e dos indivíduos, de forma coletivizada, e assim potencialize a promoção de uma consciência crítica nos usuários, vinculada à lógica de cidadania<sup>4</sup>. E, isto supõe trabalhar para a superação de ações fragmentadas e individualizadas, de atendimento imediato, em um modelo de “atendimento de balcão” ou “apagando fogo”.

Alicerçada nestas ideias e concepções, considerando os processos macrossocietários e microssociais que se relacionam e conectam ao trabalho profissional na sociedade brasileira é que esta tese está construída, Tendo como questão principal: - Como o trabalho dos/das assistentes sociais desenvolvida no CRAS, em meio ao contexto atual vivenciado pelo país de crescimento do conservadorismo, vem se relacionando com o projeto ético político do Serviço Social? Em decorrência desta questão, procurou-se resposta para as seguintes perguntas: quais os procedimentos, técnicas e instrumentos usados pelos/as assistentes sociais no cotidiano dos CRASs existentes no município de Pelotas? Quais as principais concepções que direcionam este trabalho? Quais os limites, desafios e possibilidades do trabalho desenvolvida, no que tange à materialização do projeto ético-político? Qual o direcionamento da profissão no cotidiano do CRAS em relação ao projeto ético político?

---

<sup>4</sup> Sobre a concepção de cidadania, concorda-se com a análise de Carlos Nelson Coutinho: “cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão historicamente porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações” (COUTINHO, 1999, p. 42)



Tendo presente que embora o/a assistente social tenha certa autonomia, ele/a não está isento/a da influência das relações sociais que atravessam o sistema capitalista, dos interesses institucionais e dos ideais político-ideológicos de gestores e de outros profissionais, de diferentes projetos em disputa na sociedade, o desenvolvimento da pesquisa realizada, procurou responder aos seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Analisar como o trabalho dos/das assistentes sociais desenvolvida no CRAS, em meio ao contexto atual vivenciado pelo país e frente ao crescimento do conservadorismo, vem se relacionando com o projeto ético político do Serviço Social.

Objetivos específicos:

- a) Identificar os instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais no atendimento às demandas no CRAS;
- b) Conhecer as concepções teórico-metodológicas e ético-políticas norteadoras/latentes no trabalho desenvolvido nos CRASs;
- c) Desvelar os atuais desafios, limites e possibilidades do trabalho e o direcionamento da profissão a partir deste trabalho nos CRASs no contexto atual;

Para realizar a pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica foram analisadas as produções da área de Serviço Social através de livros, artigos científicos e teses de doutorado, que abordam as categorias teóricas consideradas fundamentais para responder a questão proposta, sendo elas: projeto ético político do serviço social; projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo; matriz conservadora; tendências do exercício profissional; política de assistência social e o trabalho do/a assistente social; CRAS/SUAS.

A pesquisa de campo foi realizada nos cinco CRASs existentes no município de Pelotas/RS, tendo como atores participantes assistentes sociais que atuam nesses espaços sócio-ocupacionais. Para a coleta de dados foram realizadas onze (11) entrevistas semiestruturadas. Cabe observar, que no

período da coleta dos dados, que compreendeu outubro/2017 a maio/2018, não foi possível abranger a totalidade de assistentes sociais, vinculados/as a este espaço sócio ocupacional neste município, pois haviam profissionais em afastamento por questões de saúde, e em um dos CRASs não houve interesse em participar da pesquisa<sup>5</sup>.

Como já destacado, os aspectos que envolvem o trabalho do/a assistente social no contexto do CRAS justamente por este ser um campo contraditório, impulsionam as inquietações sobre o direcionamento do projeto profissional do Serviço Social no cotidiano, considerando os processos macrossocietários e microssociais, que perpassam o exercício profissional na sociedade brasileira, fatores significativos para a construção desta análise.

A construção da pesquisa está ancorada nas inquietações teóricas e práticas deste cotidiano. A partir destas inquietações, busca-se através da pesquisa social, “[...] descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26), ou seja, pretende-se através de procedimentos científicos estabelecidos apontar possíveis respostas aos questionamentos pré-estabelecidos e destacados anteriormente. Espera-se, que estes resultados possam contribuir para a qualificação das discussões e apontamentos para a execução, ou não, de ações no âmbito do trabalho do/a assistente social nos CRAS/SUAS.

Cabe, ainda, destacar a análise de Gil (2008) sobre a pesquisa aplicada, com a qual este projeto partilha, tendo em vista, que se busca o desenvolvimento de conhecimento, levando em consideração a sua aplicabilidade, ou finalidade, não estando focada na criação de uma teoria universal, mas em soluções práticas para questões eminentes.

Considerando que a análise do trabalho necessita ser situada dentro da totalidade social sendo portanto, resultado de múltiplas determinações dos

---

<sup>5</sup> Não foi possível realizar a entrevista com todos/as 15 assistentes sociais atuantes nos CRASs de Pelotas no momento da aplicação da pesquisa, pois após várias tentativas de agendamento em um dos CRASs existentes, não foi possível realizá-las, por serem várias vezes transferidas, até esgotar o período previsto para a coleta de dados. Diante disso, deduziu-se que não havia interesse das duas profissionais deste local em participar da pesquisa. Sendo assim, de um total de 16, estando 14 na ativa, participaram 11 profissionais, excluindo-se, ainda, esta pesquisadora que integrava este quadro de profissionais.

processos sociais historicamente situados, a pesquisa buscou descobrir o seu conteúdo, os seus determinantes, a sua função e seu lugar histórico (BEHRING & BOSCHETTI, 2011), tendo presente que “não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência” (MARX, 2007, p. 94).

Levando esses elementos em consideração, conforme aponta Netto (2011) a investigação usou o método crítico dialético, procurando descobrir e colocar em evidência as relações internas de cada elemento que compõem o trabalho do/a assistente social nos CRASs pesquisados, para revelar as múltiplas determinações que a constituem; e depois fazer a reconstituição dos fenômenos, ou o caminho inverso, realizando a síntese do objeto para expor como ele se apresenta concretamente. Assim, a pesquisa partiu do concreto, da realidade concreta, e no caminho de volta, buscou criar uma reprodução deste concreto, no caso, do trabalho, como uma reprodução ideal do movimento real do objeto pela pesquisadora. Desta forma, nesta pesquisa o método crítico-dialético é um guia, um quadro geral, uma orientação para o conhecimento, conforme explica Marx (apud, NETTO, 2011).

A Dialética é entendida como crítica, dos pressupostos, das ideologias e visões de mundo, crítica de dogmas e preconceitos, onde o problema central é a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa capitalista. Diferente de outros pensamentos, como a fenomenologia e o positivismo, no materialismo dialético, o sujeito é essencialmente ativo. Para Marx e Engels: o ser social é processo, movimento, dinamizado por contradições (2007, apud, NETTO, 2011).

Portanto, para a análise da realidade concreta, do cotidiano do/a assistente social nos CRAS/SUAS, faz-se necessário a discussão e o descobrimento dos fatores determinantes no seu processo histórico, no contraditório das relações sociais da sociedade capitalista, e das influências na dinâmica social em sua totalidade, tendo em vista ainda, o papel do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais.

Conforme esclarece Marx, “[...] o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto

aparece no pensamento como processo de síntese, [...], não como ponto de partida efetivo [...]” (2000, p. 12). Ou seja, a análise do trabalho do Serviço Social no CRAS e seu relacionamento ao PEP, não deve ter como ponto de partida de análise os/as assistentes sociais atuantes nos CRASs, e sim o contexto no qual este está inserido, isto é, a sociedade capitalista e o Estado propriamente dito, com as suas determinações e relações estabelecidas.

Os apontamentos teóricos abordados neste trabalho sobre a concepção do Serviço Social na sociedade brasileira, as transformações societárias e seus resultantes na profissão, como exemplo, a intenção de ruptura com a matriz conservadora a partir da década de 1960, evidenciam o necessário debate sobre a categoria, tendo em vista ainda, o contexto atual de crise do sistema capitalista e a perspectiva de retrocessos nas políticas públicas, principal campo de atuação da profissão.

A construção de um projeto profissional requer que este projeto reflita os ideais, objetivos e modos de pensar desta profissão. A construção do atual PEP do Serviço Social foi resultante de um processo de discussão da própria categoria profissional, a partir dos questionamentos do modo de agir da profissão na sociedade brasileira, até então pautado no conservadorismo.

A adoção deste projeto que deixa claro a opção da profissão pela defesa da classe trabalhadora, da democracia e da liberdade, enfrenta desafios para a sua consolidação desde a sua construção.

Primeiro, pelo momento histórico após os anos 1980, que mesmo com a democratização do país, após o longo período militar de forte repressão, continua enfraquecido no que tange aos avanços sociais devido à forte ofensiva neoliberal que inicia nos anos 1990, ou seja, quando o país regulamenta através da CF de 1988 os direitos sociais, ao mesmo tempo avançam os ideais de retração do Estado e corte do investimento em políticas sociais.

O segundo desafio, tem sido a efetivação da ruptura com o conservadorismo no cotidiano profissional, e o rompimento com práticas fiscalizatórias e abordagens individualistas, o que requer do/a profissional constante reflexão sobre o seu processo de trabalho, principalmente frente às demandas institucionais, sejam estas públicas ou privadas.

Da mesma forma, pensar o processo de trabalho nesse contexto de retração do Estado e avanço de políticas focalizadas remonta a necessidade de conhecimento da profissão inserida no processo de reprodução das relações sociais, sobretudo de exploração da força de trabalho.

Cabe destacar ainda, que a PAS como espaço sócio-ocupacional também tem no seu contexto histórico os sinais do conservadorismo, quando até os dias atuais, por parte de alguns gestores, a assistência social é vista como ajuda, auxílio, caridade, ou até mesmo, mecanismo de barganha com a população, distante da esfera do direito social em todos esses casos.

Esse processo histórico tanto da profissão quanto da PAS, embora os avanços vivenciados no Brasil, ainda apresenta implicações no cotidiano do/a assistente social, seja pela permanência na ideia da assistência social como uma “boa ação” do governo, e o/a assistente social como um/a profissional “bondoso/a”, seja pela baixo investimento nos serviços e projetos da PAS, tanto em estrutura física, quanto em recursos humanos.

O que pode ser observado na atualidade, especialmente após o agravamento da crise política no país, é a retomada de um projeto conservador de enfrentamento à questão social, através da transferência da responsabilidade pela condição social dos cidadãos da sociedade para a esfera individual, privada. E desta forma, ocorre a desresponsabilização do Estado no enfrentamento das mazelas da questão social, e conseqüentemente, o fortalecimento de políticas restritivas, burocratizadas e focalizadas, conforme já analisava Iamamoto,

Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentamento a questão social, no Brasil, atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado, em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação (IAMAMOTO, 2008, p. 163).

Neste sentido, a intervenção das políticas sociais tem sido de certa forma, restrita e de caráter compensatório. Não se parte aqui, da análise residual e simplista das ações focadas em pessoas/famílias em situação de extrema pobreza, mas das ações compensatórias e dos programas direcionados apenas para resolução de demandas imediatas, como a moradia, a “sacola de alimentos”, “a roupa”. Embora estas ações muitas vezes atendam

necessidades básicas em caráter emergencial, o problema é que existem poucas ações continuadas que apontem alternativas para a superação da condição de exclusão dos usuários.

E, assim, elas acabam em consonância com os interesses do mercado, fortalecendo a investida neoliberal. Determinantes que tem reflexo direto nas políticas sociais por seu caráter contraditório, frente a tensão existente entre defesa de direitos e a mercantilização, como já apontado por Oliveira e Salles (1998), Bravo (1996) e Pereira (1998). Essa mercantilização e re-filantropização do atendimento às necessidades sociais (IAMAMOTO, 2008) tem refletido diretamente nas relações de trabalho e conseqüentemente, na vida da classe trabalhadora que tem nas políticas sociais o acesso a direitos negados pela sociedade capitalista.

No cenário atual de retrocessos políticos e avanço do conservadorismo, é evidenciado o avanço no deslocamento das ações do Estado na execução e proposição de políticas públicas reforçando as privatizações e a focalização das políticas sociais, atendendo amplamente os interesses do mercado e do grande capital, apoiados pelos ideários neoliberais disfarçados sobre o discurso da falta de recursos devido aos “*gastos desenfreados*” com programas sociais para “*não trabalhadores*”.

Observa-se, ainda, a retomada de discursos conservadores presentes no período ditatorial, como o retorno da “ameaça comunista”, após a eleição de presidentes de esquerda, em diferentes países, principalmente na América Latina, após os anos 2000.

Entretanto, cabe ressaltar os avanços vivenciados pelo debate questionador da profissão nos anos 1970 e 1980, mostrando ser possível a construção de alternativas frente ao conservadorismo profissional, desde que o ponto de partida seja a própria profissão. No Movimento de Reconceituação

O Serviço Social rompeu com a endogenia na análise da profissão, defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu desempenho, sendo necessário agora realizar a “viagem de retorno à profissão” para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como “concreto pensado” (IAMAMOTO, 2008, p. 240).

Assim, conforme analisa Iamamoto, o processo de retorno à profissão requer uma análise de seu contexto atual, de sua atuação cotidiana, e sobre o direcionamento deste trabalho. Faz-se necessário discorrer sobre os rumos da profissão, a partir do concreto, a partir da realidade vivenciada pelos profissionais nos espaços sócio ocupacionais, neste caso, na PAS.

Portanto, torna-se necessário a análise acerca da profissão, com os avanços e/ou retrocessos no trabalho e a materialização do PEP, e sua relação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa frente aos desafios impostos pelo sistema capitalista, os limites institucionais e as implicações na execução e direcionamento das políticas sociais. Sobre a necessidade de avanços nos estudos relacionados ao Serviço Social destaca-se o que comenta Netto,

A história nova se vê exigida, nos dias atuais, pela urgência de, sobre novas bases, revisar/consolidar (ou negar/reverter) a direção social que ganhou força e larga ponderação no universo profissional nas duas últimas décadas do século XX (2016, p. 61).

Neste sentido, o autor alerta para a continuidade de análise e discussão do Serviço Social em seu processo histórico nos dias atuais, em contraponto ao PEP da profissão, seus avanços e desafios para consolidação no trabalho dos/as assistentes sociais.

O debate sobre o PEP e sua consolidação não pode ser considerado como algo posto ou superado. Requer constante debate no âmbito da profissão, tanto quanto sua efetivação, quanto a sua viabilidade na atualidade.

Nos últimos anos, invocando o mencionado “pluralismo”, projetos/experiências de mais variada procedência e com objetivos os mais díspares (sem falar nas “metodologias” utilizadas) se remetem, como que de modo ritual, ao projeto ético-político – praticamente tudo o que se faz no domínio da intervenção (da “prática”) se apresenta como parametrado pelo projeto ético-político (que já é amavelmente designado pela sigla “PEP”). Um quadro de tamanha “consensualidade” deveria, a meu ver, despertar algumas dúvidas e várias interpelações (2016, p. 66).

Destarte, o debate sobre o PEP deve permear questionamentos e observações sobre seus objetivos, o direcionamento na atualidade frente aos desafios da fase de reorganização capitalista, bem como as implicações no cotidiano de trabalho do/a assistente social, perante a consolidação deste

projeto profissional. Entende-se que as reflexões sobre tal projeto poderão ter sucesso se adotarem como ponto de partida o trabalho profissional no concreto, no contexto no qual está inserido, e ao mesmo tempo, considerarem o processo histórico da profissão.

Tendo em vista, como já destacado, o contexto no qual o Serviço Social e o trabalho do/a assistente social estão inseridos, não como algo isolado, com um fim em si mesmo. Assim, como apontado por Yazbek

[...] a análise da profissão, de sua trajetória histórica, suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permite desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. (2016, p. 16).

Neste sentido, a análise dos instrumentos técnicos e das demandas por si só como o contexto do Serviço Social, não permite o alcance da totalidade das relações e realidade na qual a profissão está inserida.

Frente a isto, torna-se necessário o entendimento das relações antagônicas da sociedade capitalista, ou como destaca a autora, “ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto das relações mais amplas” (YAZBEK, 2016, p. 16).

Perante as discussões e apontamentos realizados, a aproximação com a realidade vivenciada diariamente por profissionais na *prática* profissional, dentro dos CRASs, torna-se de significativa relevância para a profissão no PEP e no agir profissional perante a sociedade e ao Estado.

A conjuntura da PAS no caso brasileiro e seu processo histórico de não reconhecimento como direito, na esfera da filantropia e da benemerência tem refletida ainda em sua conjuntura atual os traços históricos. Pois, ao longo da história a PAS tem tido uma análise com foco residual, paliativa e secundária, vista como “ajuda pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social” (YAZBEK, 1993, p. 51).

Contudo, faz-se importante destacar a influência dos/as assistentes sociais na tentativa de desmonte dessa percepção sobre a PAS, conforme destaca Silva (2011), tanto no âmbito da pesquisa, de estudos relacionados à PAS, como na própria definição desta no domínio do Estado. Como assinala Silva “a assistência social, vem sendo assumida como tarefa dos assistentes sociais, junto com outros profissionais, no âmbito de organizações públicas e



privadas” (2011, p. 123). O/a profissional de Serviço Social por meio de referenciais teórico-práticos ao atuar na defesa da classe trabalhadora e na transformação da sociedade vem direta, quando atua no âmbito socioassistencial, ou indiretamente, desempenhando função fundamental para a consolidação da PAS.

Assim, a presente tese busca através da identificação dos instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano do CRAS, das concepções latentes e norteadoras do exercício profissional, e das determinações e tensões existentes no cotidiano profissional, evidenciar as possibilidades e limites do trabalho do/a assistente social, e o direcionamento atual da profissão quando exercida na unidade de proteção básica da política de assistência social, apontando ainda, o movimento antagônico e contraditório na efetivação do PEP de ruptura com o conservadorismo, e os limites existentes no espaço do CRAS, principalmente em relação ao contexto atual de crescimento e fortalecimento da matriz conservadora, por meio do corte de recursos para investimento no social e da consequente regressão de direitos sociais.

As manutenções e rupturas evidenciadas pelo presente trabalho permitem identificar a/o assistente social imbricado no cotidiano alienante, com distanciamento da percepção do seu papel frente a PAS, o usuário e o Estado propriamente dito. Este afastamento observado da mesma forma, na capacidade de explicitação do fazer profissional, da particularidade da profissão, e principalmente das competências e atribuições exclusivas previstas no Código de Ética Profissional.

A relação com o Estado evidencia também um momento de “crise” entre a crítica e a obediência, onde se apresentam preleções sobre este Estado capitalista, como promotor de ações de emancipação social da classe trabalhadora. Entretanto, tanto pela composição, quanto pelo papel que o estado desenvolve na sociedade capitalista, entende-se a impossibilidade desta transformação.

Para a exposição das descobertas realizadas no percurso de análise das manutenções e rupturas com o conservadorismo e sobre o direcionamento da profissão, este trabalho foi organizado em capítulos.

O capítulo intitulado “Da construção à consolidação sócio-histórica do Serviço Social no Brasil: uma visão geral”, está estruturado em três tópicos, e

realiza um resgate teórico e histórico sobre a profissão no país, o papel da matriz conservadora na profissão, e o processo de crítica da profissão ao conservadorismo por meio da construção de um projeto de intenção de ruptura. Com este capítulo busca-se o apontamento de determinantes sócio históricos na profissão necessários a análise do trabalho no contexto do CRAS na PAS no momento histórico atual.

O capítulo posterior intitulado “A política de Assistência Social e a proteção básica: Onde estamos?”, divide-se em três tópicos, abordando o contexto da PSB da PAS, a partir da implementação do SUAS e o contexto local do município de Pelotas. E relacionado ao contexto local apresenta alguns aspectos sobre os/as assistentes sociais atuantes nos CRASs, considerados basilares para a análise proposta nesta tese.

O último capítulo denominado “o trabalho do/a profissional de Serviço Social na PAS: entre manutenções e rupturas” apresenta análise sobre o trabalho desenvolvido, por meio de três tópicos principais. Analisa os procedimentos e técnicas utilizados pelos/as assistentes sociais e as implicações do imediatismo, as concepções latentes e norteadoras neste trabalho, seu relacionamento com o Estado e a profissão em si, e ainda, desvela os limites e desafios na intencionalidade do trabalho desenvolvida, frente o crescimento do conservadorismo e a transformação alicerçada no PEP.

Deste modo, no percurso de análise da tese apontam-se avanços e retrocessos no relacionamento da profissão com o PEP, num movimento por vezes antagônico, por vezes contraditório. Se em certo ponto, se evidenciam profissionais comprometidos com uma prática crítica alicerçada na defesa da classe trabalhadora, por outro ponto, se observam profissionais dando materialidade a práticas policiais e assistencialistas, por meio de concessão, de ajuda e de fiscalização dos usuários. Porém, se evidencia ainda, que este movimento não corresponde a intencionalidade individual dos/as profissionais, pois o/a assistente social não está imune aos determinantes da reprodução da relações sociais na esfera capitalista, mesmo quando dotado de consciência crítica.

Ou seja, ao estar inserido nas relações do mundo do trabalho o/a assistente social sofre as consequências do conflito capital x trabalho, porém elas não determinam totalmente a sua ação, ou como claramente exposto por Marx, fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente (2000, p. 25).

Espera-se que esta tese contribua para o fortalecimento do Serviço Social e a ampliação dos debates sobre o direcionamento do trabalho profissional, no cotidiano das políticas sociais, particularmente na proteção básica da PAS, apontando elementos de discussão sobre os desafios e limites de sua efetivação, ancorada no PEP, frente ao contexto atual vivenciado pelo país, com o crescimento do conservadorismo aliado à retomada de discursos de ódio e acirramento da luta de classes.

Assim, que este trabalho possa ser subsídio de discussões acerca da própria categoria, para construção de alternativas de enfrentamento, tão característicos do processo histórico do Serviço Social, ciente do antagonismo e contradição que permeiam o trabalho cotidiano.

## **2. Da construção à consolidação sócio histórica do Serviço Social no Brasil: uma visão geral**

### 2.1. O surgimento do Serviço Social no Brasil

A instituição do Serviço Social no Brasil tem em seu histórico permeado por contradições, perpassando do conservadorismo a um processo amplo de ruptura com as matrizes originárias da profissão, quando na década de 1970 surge na América Latina o Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Diferente do Serviço Social na atualidade, embasado em uma perspectiva crítica, de conquista de direitos, o Serviço Social tem seu surgimento no Brasil como uma estratégia de enfrentamento as mazelas da questão social, a partir de uma visão funcionalista e assistencialista, como alternativa de “ajustamento” ou “integração” dos “desajustados sociais” ou “marginalizados”, que não se enquadravam nos padrões do sistema.

O/A profissional realizava um trabalho que “consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2006, p. 12).

A intervenção na questão social a partir da década de 30 se faz necessária pelo seu impacto na sociedade, primeiro devido ao aumento da massa trabalhadora urbana, que sem recursos passou a ocupar as periferias das cidades, e segundo, que devido a esta falta de estrutura mínima e as condições de trabalho deu início a grandes mobilizações.

Frente a este contexto, a Igreja, a classe burguesa e o Estado passam a criar mecanismos de enfrentamento da questão social. Porém, embora visto como legítima a intervenção estatal, “o Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da

força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente os que necessitam” (IAMAMOTO, 2012, p. 21).

Ao mesmo tempo em que existia o reconhecimento da intervenção estatal na questão social e nos excessos do capitalismo, o Estado assume o compromisso da preservação da sociedade privada, e assim, os mecanismos necessários para a manutenção deste sistema, e a Igreja acaba assumindo o compromisso conjunto de atuar nas mazelas da questão social.

Sobre o papel da Igreja no surgimento do Serviço Social brasileiro, conforme Iamamoto, “impõe-se uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão” (IAMAMOTO, 2012a, p. 21).

O Serviço Social surge como uma espécie de profissionalização às atividades do chamado *Apostolado leigo*<sup>6</sup> (idem, p. 22). Ou seja, a Igreja Católica, cria ao mesmo tempo um mecanismo de intervenção ideológica de massas e uma nova estratégia de prática da caridade.

O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa da ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria de modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (IAMAMOTO, 2012a, p. 24).

Assim, o Serviço Social emerge com participação direta da Igreja Católica no intuito de ajuda aos pobres e necessitados, com visão caritativa, desvinculada da concepção de cidadania. Essa postura atendia as demandas de um projeto societário, de segregação e exploração, e com isto,

---

<sup>6</sup> Conforme descrito por Iamamoto, consistiam em associações assistenciais e do militantismo católico, “dos quais se destacam a Associação das Senhoras Brasileiras, fundada em 1922, no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas, criada em 1923, em São Paulo. Em 1932 é fundado o Centro de Estudos e Ação Social, entidade feminina, que toma a iniciativa de criar a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, no ano de 1936, hoje Faculdade de Serviço Social da PUC-SP” (2012a, p. 22).

consequentemente encobria a defesa dos interesses da burguesia e do grande capital. Ou seja, o serviço social nasce no âmbito da contradição capital/trabalho, como aliado da burguesia na manutenção da ordem social vigente e na higienização/doutrinação da classe trabalhadora.

Assim, “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 2012a, p. 23).

### Segundo Vasconcelos

A função social do assistente social é atuar nas condições materiais e espirituais de existência de diferentes segmentos das massas trabalhadoras que ameaçam a ordem social vigente, nos diferentes momentos históricos, não na busca de solução para o que tem solução nessa ordem, mas na busca de manter sob controle qualquer possibilidade de mobilização, organização, resistência, insurreição [...] (2015, p. 89-90)

O papel do Serviço Social tradicional no âmbito da sociedade capitalista orientava-se pelo caráter social doutrinário da Igreja Católica, onde as dimensões da profissão (ética, política, teórico-metodológica e jurídica) acompanhavam a ideologia conservadora, amplamente vinculada aos interesses do capital e a criação de mecanismos de manutenção e favorecimento do *status quo*.

Embora exista a compreensão de que a Igreja apresentava certa crítica ao modo capitalista de exploração do trabalho, como destaca Cardoso (2013), não havia um questionamento sobre o sistema em si, apenas uma humanização do capitalismo, sem aceitação de mudança ou rompimento com este sistema.

O Serviço Social conservador estava direcionado nesta linha de humanização e amparado pela matriz positivista, sem questionamento da questão social<sup>7</sup>, “a atuação profissional é marcada pela busca de resolução de

---

<sup>7</sup> Importante destacar que a concepção de questão social aqui apreendida está alicerçada na teoria marxista que interpreta a pobreza não somente como resultado da distribuição de renda, mas que envolve todo o processo de produção capitalista, inclusive a distribuição dos meios de

problemas individuais, como se as consequências da relação capital/trabalho pudessem ser resolvidas com a adequação dos indivíduos à realidade social” (CARDOSO, 2013, p. 116).

Através desta visão individualista da questão social, como um problema isolado daquela população ou indivíduo, é que o Serviço Social atuava frente à sociedade, por meio da culpabilização das famílias pela condição social de exclusão ou pobreza, distante de uma crítica das causas estruturais do pauperismo.

Desta forma, mantinha

Seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais (IAMAMOTO, 2012, p 24)

Esses aspectos trazem à tona a reflexão sobre o caráter humanista da profissão, e a análise do senso comum da benemerência, da bondade, ajuda e caridade, traços presentes até agora na imagem da profissão, devido a herança histórica da matriz conservadora.

Se o surgimento do Serviço Social está alicerçado na Doutrina Social da Igreja Católica, o processo de profissionalização da categoria a partir da década de 1940 aconteceu em um processo amplamente ancorado no poder estatal, paraestatal e autárquico, com o surgimento de organizações como o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS - (1938), a Legião Brasileira de Assistência – LBA (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – (1942) e o Serviço Social da Indústria – SESI (1946) (IAMAMOTO, 2013).

---

produção, que permite a exploração da mão de obra trabalhadora pelos detentores do capital. Assim, a questão social expressa “as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

É a partir da intervenção estatal que o Serviço Social alcança o status de profissão, onde estreita-se sua inserção na dinâmica do mercado, quando sob a característica de prestação de serviços a/o profissional assistente social vende sua força de trabalho, agregando valor de uso a sua atuação. Cabe o destaque de Guerra na relação entre o capital e o trabalho do/a assistente social, onde “o vínculo entre a força de trabalho do assistente social e o capital não se realiza de maneira direta” (2014, p. 212), o mediador dessa relação é o Estado.

Ou seja, a atuação profissional acontecia (acontece) por meio de entidades filantrópicas e por meio do Estado, mas sem crítica ou reflexão sobre o processo histórico da pobreza e exclusão no Brasil, amparado na individualização da proteção legal, por meio de assistência educativa ajustada aos problemas individuais (IAMAMOTO, 2012). Também, como ressalta Guerra, “o processo de institucionalização da profissão é uma decorrência necessária dos interesses e demandas das classes sociais que se antagonizam no processo produtivo capitalista” (2014, p. 210).

Como também destacado por Cardoso, em outras palavras,

O surgimento da profissão estará vinculado, portanto, a uma necessidade concreta de profissionais que assumam as políticas gestadas pelo Estado diante dos interesses da burguesia estando, ao mesmo tempo, vinculada à ideologia cristã, sendo a Igreja Católica a responsável pela base de formação profissional deste profissional, agora requisitado pelo mercado, em um movimento de especialização/profissionalização da ação social da Igreja já existente (2013, p. 114)

Destarte, a requisição do Serviço Social enquanto profissão, neste momento também está atrelada aos interesses de manutenção do sistema capitalista, inserido na execução de políticas por ora doutrinárias, por ora “educativas” aos trabalhadores e aos “desajustados”, numa clara tentativa de contenção dos descontentamentos da população, e até mesmo na ampliação da alienação destes, quanto à sua própria condição de exploração frente ao



sistema. Bem como, gerando o deslocamento dessa problemática das relações sociais por meio de uma prática moralista<sup>8</sup>.

Quanto ao conceito de alienação cabe destacar que na obra Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, Marx trabalha o conceito de alienação em quatro sentidos: - I: Alienação em relação ao produto de trabalho; - II: A alienação no processo de produção; - III: Alienação do sujeito enquanto pertencente ao gênero humano; - IV: alienação em relação aos outros homens. Em relação ao produto do trabalho, cabe destacar a análise feita por Coutinho, de que

segundo Marx, os indivíduos constroem coletivamente todos os bens sociais, toda a riqueza material e cultural e todas as instituições sociais e políticas, mas não são capazes – dada a divisão da sociedade em classes antagônicas - de se reapropriarem efetivamente desses bens por eles mesmos criados (1999, p. 42)

Ou seja, ocorre um estranhamento entre o trabalhador – que através de sua força de trabalho cria o objeto – e o fruto de seu trabalho, o produto.

Nesse período de profissionalização do Serviço Social, ocorre a aproximação com a sua especificidade mais geral – em sua aparência e não em sua essência –, sua inserção no aparato de instituições de caráter social e sua clientela concentrada na parcela mais pobre da população (IAMAMOTO, 2012), com a particularidade observada até hoje, do atendimento a demandas especialmente de mulheres e crianças (Idem).

Partindo destes apontamentos sobre o processo histórico do Serviço Social na sociedade brasileira e os diferentes direcionamentos teóricos que nortearam (nor-teiam) a profissão, construiu-se o quadro a seguir, destacando as diferenças entre tais direcionamentos para a profissão do/a assistente social.

---

<sup>8</sup> Moralista devido à efetivação de práticas que vinculavam o problema social como um desajuste moral individual daquela família e/ou indivíduo, assim, “falamos da ideia de colocar no campo moral coisas que não deveriam dizer respeito a esta, supervalorizando-a e remetendo a esse campo assuntos, temas, normas que não dizem respeito a ela” (CARDOSO, 2013, p. 48)

**QUADRO 1: Direcionamentos do Serviço Social nos diferentes períodos históricos**

<b>Conservadorismo</b>	<b>Modernização Conservadora</b>	<b>Reatualização do Conservadorismo</b>	<b>Projeto de Ruptura</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde o surgimento do Serviço Social a partir da década de 1930 até 1960.</li> <li>- Enfoque individualista, psicologizante e moralizador;</li> <li>- Orientado pelo positivismo;</li> <li>- Questão social como problema individual;</li> <li>- Bases de legitimação na Doutrina Social da Igreja Católica de cunho humanista conservador;</li> <li>- Reconhecido pela prática da caridade e da bondade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Período entre 1967 até meados dos anos 1970;</li> <li>- Orientado por fundamentos da sociologia, do positivismo e do funcionalismo;</li> <li>- Busca da superação dos vínculos com a Doutrina Social da Igreja, porém sem rompimento com os interesses de setores dominantes;</li> <li>- Tecnificação e ampliação das funções do Serviço Social, visando o atendimento as demandas do capitalismo monopolista para a sua consolidação;</li> <li>- Bases de legitimação no Estado e na sociedade do empresariado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em meio ao Movimento de Reconceituação (ao final dos anos 1970 e meados dos anos 1980)</li> <li>- Matriz teórica a partir da fenomenologia, com destaque as dimensões da subjetividade;</li> <li>- Retomada do enfoque psicologizante em sua intervenção;</li> <li>- Ajuda psicossocial;</li> <li>- Os “clientes” são pessoas pela sua condição humana, e por isso são tratadas como tal, por meio de uma visão simplista e residual da questão social;</li> <li>- A transformação social dar-se-á por meio da capacitação realizada pelo/a assistente social e dirigida aos níveis psicológico e social dos clientes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A partir do Movimento de Reconceituação na década de 1970;</li> <li>- Enfoque crítico, levando em consideração as relações contraditórias da sociedade capitalista;</li> <li>- Orientado pela perspectiva marxista;</li> <li>- Questão social como resultante do modo de produção e exploração capitalista;</li> <li>- Bases de legitimação nos próprios sujeitos com quem trabalha;</li> <li>- Pautado na defesa de direitos e autonomia;</li> <li>- Opção ideopolítica pela defesa da classe trabalhadora.</li> </ul>

**FONTE:** Elaboração da autora a partir do referencial pesquisado, 2018

A sistematização apresentada no Quadro 1 permite perceber os diferentes direcionamentos que a profissão vivenciou, e ainda vivencia, desde o seu surgimento no Brasil.

Contudo, em oito décadas de existência, a profissão esteve em grande parte orientada por perspectivas conservadoras, o que explica, em parte, os desafios para a consolidação de um projeto de matriz emancipatória.

Em quase 81 anos, a influência do conservadorismo na categoria deixa claro as determinações da sociedade capitalista, excludente, exploratória, desigual e alienante em que está inserida.

As bases de consolidação da profissão estiveram em grande parte vinculadas aos interesses das classes dominantes, e serviram como ferramentas de manutenção do modo de produção capitalista, seja pela doutrinação da Igreja, seja pela psicologização da pobreza e dos pobres.

Desta forma, torna-se importante abordar a influência – de certa forma, sua permanência até hoje – conservadora sobre o Serviço Social e os reflexos que permanecem na atualidade sobre o modo de agir e o modo como a sociedade vê o/a assistente social.

## 2.2. O papel histórico da matriz conservadora na profissão

A influência do conservadorismo no Serviço Social, conforme já destacado, tem refletido no cotidiano o modo como a sociedade capitalista entende a profissão, seja na precarização dos espaços de trabalho dos/das assistentes sociais, seja no desconhecimento do que, para que, e o porquê da profissão.

Segundo Yamamoto, o conservadorismo moderno

como uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é fruto de uma situação histórico-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista no mundo capitalista (2012, p. 24)

Quando a burguesia torna-se dominante e detentora dos meios de produção, e passa a ter na exploração da força de trabalho o mecanismo de manutenção e geração de mais-valia, como fundamental para seu enriquecimento e poder frente à classe trabalhadora, o conservadorismo surge para a manutenção dos interesses da classe dominante.

#### Dentre as características do pensamento conservador

Destaca-se sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. [...] Tradição e costumes legitimam a autoridade. O conservador pensa à base do “nós”; o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. Reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais (IAMOMOTO, 2012, p. 27).

O pensamento conservador pauta-se em aspectos do passado, em tradições e costumes como forma justificada de dominação de uma classe sobre a outra, além da disseminação da ideia de *sorte, ação sagrada ou vontade divina* pela condição social de cada indivíduo, além do fortalecimento da meritocracia. No pensamento conservador a condição social é tida como uma ordenação natural do mundo (Idem).

A preservação dos interesses individuais perante a sociedade, a propriedade privada e ainda a justificativa de liberdade, enquanto meio de conquista e manutenção desses interesses, são outros aspectos relevantes a ser analisados no pensamento conservador.

A condição de liberdade na visão conservadora, ancorado ao princípio da meritocracia, defende a existência de meios necessários para o atendimento e conquista de interesses, cabendo ao indivíduo a busca pela efetivação do chamado *sucesso*, sem consideração das forças contrárias e entraves que o sistema capitalista excludente submetem diariamente a classe trabalhadora. É frente a este ponto, que a individualização dos problemas sociais, mecanismo operativo do Serviço Social naquele período, tinha alicerçada sua dinâmica, pois se todos têm os meios necessários para a superação da sua condição de exclusão, o fracasso é tido como individual.

A influência do conservadorismo no Serviço Social, abordado por Carvalho, destaca o trabalho da profissão ancorada por essa matriz como

uma forma de intervenção ideológica que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. Não pode também ser desligado do contexto mais amplo em que se situa a posição política assumida e desenvolvida pelo conjunto do bloco católico: a estreita aliança com o 'fascismo nacional', o constituir-se num polarizador da opinião de direita através da defesa de um programa profundamente conservador, a luta constante e encarniçada contra o socialismo, a defesa intransigente das relações sociais vigentes" (CARVALHO, *in* IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 221-222).

O período de avanço do capitalismo monopolista no Brasil fora marcado pela expansão do trabalho assalariado urbano e crescimento das indústrias. Processo esse que criou uma massa de trabalhadores descontentes com a falta de condições de trabalho, que organizados deram origem a movimentos de reivindicação. A pressão da classe trabalhadora exigiu do Estado um novo papel de regulador e garantidor da força de trabalho, através de políticas assistenciais, como estratégia de atendimento às demandas populares. Determinantes diretamente relacionados à profissionalização do Serviço Social, que "não se relaciona à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia, nem à organização da caridade; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica" (NETTO, 2011, p. 73), como a profissionalização da profissão e sua inserção na esfera dos serviços, no contexto em que o/a profissional de Serviço Social

se insere na dinâmica das relações de exploração de trabalho, como trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho.

A inserção do/a assistente social no mercado de trabalho, como vendedor de sua força de trabalho, ainda segundo Netto (2011), não pode ser dissociada do período monopolista. É durante este período que o Serviço Social torna-se parte do processo de exploração da força de trabalho, por meio de sua profissionalização e transformação em trabalhador assalariado. Contudo, Netto (2011) analisa que a profissionalização do Serviço Social atendeu aos interesses de manutenção e expansão do sistema capitalista.

Assim, o Serviço Social tradicional em si, torna-se parte de um projeto do modelo dominante, de subordinação do proletariado e de manutenção da ordem vigente. Portanto, “seu travejamento ideopolítico original, não deixa lugar para dúvidas: [...], ele tende ao reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico” (Idem, p. 77).

Segundo Netto, o Serviço Social tradicional pode ser entendido como

a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada do profissionais, parametrada por uma ética liberal burguesa e cuja teleologia consiste na correção - desde um ponto de vista funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (2006, p. 117-118).

A partir de 1964, com o Golpe Militar e o advento dos *Anos Dourados*, com a crescente expansão e modernização das empresas, houve uma transformação de perfil do empregador do/a assistente social, então o setor privado exige uma nova postura profissional, não mais de caridade e solidariedade, mas voltada aparentemente para as “obras sociais”. Entretanto, conforme alerta Netto, a exigência de nova postura e o novo direcionamento da profissão pela demanda do setor privado tinha objetivos sociopolíticos, “que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território de produção” (2006, p. 122).

Ou seja, nesse momento houve a transformação do caráter interventivo da profissão, que passou a ser laico, mas tendo como pano de fundo, a manutenção do conservadorismo. Ainda conforme Netto (2006), esse momento é denominado de *modernização conservadora*, pois “redefine-se a base da legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho e o quadro da formação para ele” (Idem, p. 127).

Essa ruptura não se deu somente em uma transformação do “agir” profissional, significou, além disso, uma transformação no paradigma ideopolítico da profissão, na concepção de mundo para a categoria, superando a matriz da caridade e do messianismo (IAMAMOTO, 2013), e ao mesmo tempo, denota a busca da cientificidade metodológica, ético-política e teórica do Serviço Social.

E embora existam questionamentos sobre a Reconceituação<sup>9</sup>, compartilho do pensamento de Ortiz em sua afirmação de que

A Reconceituação põe na ordem do dia uma nova concepção de profissão na medida em que nega a prática meramente executiva, burocrática, subalterna e paliativa tão funcional à ordem burguesa [...] (ORTIZ, 2010, p. 170).

Ou seja, esse movimento obteve papel fundamental no processo histórico da profissão, frente a si própria enquanto categoria profissional e frente a sociedade capitalista, mas principalmente frente aos usuários atendidos, a partir da opção pela defesa de direitos, embora a profissão tenha na sua gênese o surgimento a partir dos interesses da classe burguesa.

O/a assistente social está inserido no processo de reprodução das relações sociais da sociedade capitalista, na contradição entre capital/trabalho, e enquanto profissional liberal vende sua força de trabalho, o que pressupõe certa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2012). Entretanto, enquanto

---

<sup>9</sup> Iamamoto reflete sobre a Reconceituação e os resultantes posteriores a este processo, como a adoção da teoria marxista pela profissão, afirmando que isto aparece como algo inconcluso, referindo-se a carência no aprofundamento da obra de Marx, o que denomina “um marxismo sem Marx” (IAMAMOTO, 2012).

trabalhador/a assalariado/a, o/a assistente social, não está inerte aos poderes institucionais (FALEIROS, 1997) nos seus espaços sócio-ocupacionais. Ou seja, está inserido no âmbito de disputa de interesses entre os setores da sociedade.

Da mesma forma, têm refletido amplamente em sua atuação profissional as alterações no âmbito das políticas públicas, por meio das transformações das relações Estado/Mercado, reforçadas principalmente a partir da globalização, que instaurou mecanismos de precarização das relações de trabalho, através da terceirização e privatizações, e ainda a retração do papel do Estado como provedor da proteção social, com destaque para o processo de focalização das políticas sociais.

Estas implicações trazem em conjunto, além do agravamento da questão social, uma dominação subjetiva da classe trabalhadora. Segundo lamamoto,

a Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (2013, p.27).

É neste campo de contradição que está inserida a profissão. Assim, o projeto profissional de ruptura põe em discussão as questões macrossocietárias e suas implicações

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (CFESS, 2012, p. 40)

Embora os estudos existentes sobre a relação teoria e prática, a dinâmica da sociedade capitalista continua ensejando, após a instauração do



movimento de ruptura com o conservadorismo, para a necessidade de questionar: - No cotidiano de atuação do/a assistente social na contemporaneidade como vem sendo desenvolvido este processo de ruptura?

A globalização da produção, dos mercados e dos bens culturais, nos marcos da financeirização da economia e da radicalização neoliberal, preside a reestruturação da produção de bens e serviços e a reorganização do Estado traduzida precisamente em uma contra-reforma do Estado. (CFESS, 2012, p. 41)

Ou seja, os reflexos da globalização permearam (e permeiam) todas as esferas da sociedade capitalista, e juntamente com o radicalismo neoliberal, fez novamente do Estado, um mecanismo de controle e efetivação dos interesses do capital, através do enfraquecimento dos sistemas de proteção social e consequente desmantelamento de direitos sociais.

Tendo em vista, o processo histórico e a transformação da profissão, desde o surgimento do Serviço Social tradicional ao início do processo de ruptura com o conservadorismo, e a consequente reestruturação do PEP profissional, ainda, a atuação profissional enquanto trabalhador/a assalariado/a, tendo como espaço sócio-ocupacional em sua grande maioria a esfera pública, por meio da efetivação de políticas sociais, as inquietações sobre o trabalho do/a assistente social e o denominado “*que fazer* profissional” (VASCONCELOS, 2015) na atualidade, mais especificamente, a partir do trabalho desenvolvido nos CRASs, tem demonstrado significativos de análise para o direcionamento do Serviço Social.

A contradição permeia a sociedade capitalista e tudo que está imbricado na sua lógica de funcionamento, - ou seja, as relações sociais e os consequentes processos de exclusão e exploração; a relação entre as políticas sociais e o Estado propriamente dito – da mesma forma, que o Serviço Social é permeado por um processo contraditório, desde o seu surgimento, sua profissionalização até os dias atuais. Ao encontro da análise a cima, Iamamoto destaca o contexto do surgimento da profissão, pois

A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são o alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados (IAMAMOTO, 2012, p. 90).

Neste sentido, o Serviço Social tem seu surgimento distanciado da demanda da sua “clientela”, e associado às demandas da classe burguesa e do empresariado, para mediar ações de enfrentamento as mazelas da questão social contribuindo, dessa forma, para a manutenção do sistema capitalista. Ou seja, vinculado naquele momento, a um projeto societário de interesse da classe dominante. Contexto problematizado a partir das décadas de 1960 e 1970 pela categoria profissional.

### 2.3. A crítica ao conservadorismo e o projeto ético-político do Serviço Social

A discussão das matrizes teóricas do Serviço Social, no Brasil, e o processo histórico percorrido pela profissão nestes 82 anos, traz a necessidade de abordar a temática de projetos societários e sua relação com a temática de projetos profissionais.

Para isto, compartilha-se da definição de projetos societários defendida por Netto

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos [...] (2009, p. 2).

Sendo assim, são projetos de classes que possuem necessariamente uma dimensão política de relações de poder. É através destes projetos que a sociedade cria parâmetros de funcionamento, ações e dinâmicas que envolvem diretamente o cotidiano de seus indivíduos.

Já os projetos profissionais se inserem na dimensão dos projetos coletivos.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2009, p. 4).

São estruturas dinâmicas, integrantes e atentas às transformações da sociedade, de forma relacionada aos objetivos de uma profissão, que no caso do Serviço Social, situa-se no enfrentamento da questão social, através do atendimento as demandas da classe trabalhadora. Essas transformações são tanto na dimensão teórico-metodológica, quanto na técnico-operativa e ético-política.

Ainda conforme aponta Netto (2009), os projetos profissionais relacionam-se aos projetos societários, o que configura-se em ponto essencial de discussão para a construção de um projeto profissional do Serviço Social a partir de 1960-70, quando a profissão passa a questionar a si própria, seu direcionamento operativo, ético e político, e a formação profissional em si.

A partir destes questionamentos busca a construção de um projeto profissional hegemônico<sup>10</sup> para o Serviço Social. Projeto esse que é construído com a perspectiva crítica de influência marxista, que passa a questionar o sistema capitalista, e busca a construção de um novo projeto societário, pautado na superação do capitalismo, e a construção de uma nova ordem social.

---

<sup>10</sup> A concepção de hegemonia em Gramsci é entendida como a superação de um pensamento corporativista para um pensamento universal, onde após um confronto, um ideologia ou mais de uma tende a prevalecer. Exige compromissos de classe e a superação de interesses individuais e particularistas. E conforme destacado por Simionatto, "não significa apenas a subordinação de uma classe sobre a outra, mas a capacidade das classes na construção de uma visão de mundo, ou seja, efetivamente elaborar uma reforma intelectual e moral" (2001, p. 10).

Este projeto almeja a busca de superação da sociedade de classes, e o fim da exploração de uma classe sobre a outra. Desta forma,

A perspectiva emancipatória está totalmente relacionada à busca da superação da ordem do capital, o que propiciará a plena liberdade<sup>11</sup> dos homens a partir do fim da condição de dominação/exploração da classe trabalhadora e, portanto, de sua alienação, conduzindo todos os homens à emancipação humana<sup>12</sup> (CARDOSO, 2013, p. 169).

Ou seja, para que um projeto profissional esteja alicerçado à um projeto societário, de ruptura ou manutenção da ordem social é necessário que os princípios deste projeto estejam alinhavados a tal ideal. No caso do Projeto Profissional de ruptura do Serviço Social, é possível a afirmação de adoção de um projeto emancipatório, de defesa da classe trabalhadora e superação da ordem social vigente. Frente a isto, pode-se dizer que um projeto transformador pautado em uma perspectiva emancipatória, deve-se coerentemente buscar a superação da sociedade capitalista, a sociedade de classes.

No caso do Serviço Social, essa perspectiva ganha força a partir dos anos 1980, com a retomada da democracia e principalmente pela influência da teoria marxiana e marxista na categoria profissional.

Este projeto de ruptura propõe a articulação com os movimentos sociais das classes trabalhadoras, e a luta por estes interesses. Da mesma forma, sua dimensão teórico-metodológica constituída pelo pensamento marxista e sua dimensão ética com perspectiva emancipatória, conforme destaca Cardoso (2013), evidenciam o posicionamento político por um projeto anticapitalista, visando a transformação social.

O teor desta dimensão ética, e o posicionamento do PEP, encontram-se evidenciado nos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional

---

<sup>11</sup> Liberdade aqui entendida como capacidade humana, distante da concepção liberal, que define liberdade de uma perspectiva individualista e isolada. Ao contrário, o conceito de liberdade defendido refere-se a “responsabilidade com o outro, na qual, só posso ser livre junto ao outro (que também é livre)” (CARDOSO, 2013, p. 57).

<sup>12</sup> Sobre o conceito de emancipação humana, a autora define “a partir da tradição marxista, como a possibilidade da inteireza humana, da objetivação de suas potencialidades enquanto gênero humano: a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade” (CARDOSO, 2013, p. 56).

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 23-24)

Esta vinculação política de caráter emancipatório do PEP do Serviço Social pode ser evidenciada através das estratégias de atendimento diário, que visem o acesso a direitos e o fortalecimento da classe trabalhadora, quando

Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (TEIXEIRA e BRAZ, 2009)

Desta forma, o trabalho desenvolvido nos espaços sócio-ocupacionais deve ser direcionada a partir da concepção emancipatória, de criação de

estratégias de efetivação e conquista de direitos, na busca pela construção de uma sociedade justa.

No entanto, a adoção de uma perspectiva emancipatória colocou o Serviço Social frente ao caráter antagônico da própria profissão: a opção – neste momento - pelo atendimento e defesa da classe trabalhadora e a execução de políticas públicas de caráter pouco emancipatório.

Sendo um questionamento para a profissão até os dias atuais: Como efetivar um projeto emancipatório em espaços institucionais cada vez mais restritivos e focalizados?

De qualquer forma, a perspectiva emancipatória trouxe significativos avanços na construção do ser e agir profissional do Serviço Social, remontando a profissão enquanto categoria de ação política, da mesma forma buscando a ruptura com o conservadorismo e as práticas moralistas e individualizadas até então executadas por assistentes sociais desde a década de 1930.

A partir da década de 1970, e com o que Netto (2006) denomina de *laicização* do Serviço Social sobre a influência da autocracia burguesa na profissão, para o atendimento das demandas modernas de expansão do capitalismo monopolista. Porém, esta influência, ao mesmo tempo permitiu a inserção de um debate sob um viés social crítico, tanto sobre a sociedade e seu funcionamento, quanto sobre a própria profissão em si. O Serviço Social buscou a reformulação de suas bases teórico-metodológicas e seu trabalho, tendo por base o pensamento social.

Os dois textos bases oriundos do I e II Seminário de Teorização do Serviço Social, ocorridos em 1967 e 1970, respectivamente, deram origem aos denominados Documentos de Araxá e Teresópolis, que demonstram claramente a afirmação de uma perspectiva modernizadora à profissão, onde pela primeira vez, o Serviço Social, em sua denominação enquanto profissão, mostra um questionamento sobre a condição social da sociedade, e evidencia que os processos de exclusão e os “desajustamentos” familiares são produtos da sociedade.

Assim, como já foi comentado, tanto o Serviço Social como a questão social – objeto da profissão -, tem a sua origem na gênese do capitalismo, no âmbito da contradição entre capital e trabalho, e a profissão surge como uma alternativa de manutenção de um projeto hegemônico da burguesia, com viés higienista, assistencialista e de doutrinação da pobreza, compreendida como um “*desajuste social*”.

Entretanto, em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – o Congresso da Virada – ocorre um redirecionamento da profissão, da matriz conservadora para uma perspectiva crítica, através da adoção de um referencial teórico marxista, e o conseqüentemente surgimento de um novo projeto profissional e ético-político para a categoria.

A partir desse momento, o Serviço Social brasileiro busca romper com o conservadorismo e o projeto hegemônico existente, buscando a conquista de direitos sociais, a luta pela democracia, e a defesa dos direitos humanos, tendo um papel essencial nas lutas contra a Ditadura Militar, pela Reforma Sanitária e o processo constituinte que culmina com a Constituição de 1988.

O Movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo teve início em meio às lutas pela retomada da democracia no Brasil, após o Golpe Militar de 1964, e ao denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social, vivenciado no continente latino-americano. Pela primeira vez na história da profissão, foi observado um movimento de questionamento do trabalho profissional, do *status quo* da sociedade capitalista, e a construção de propostas de ruptura e superação do conservadorismo. Assim,

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 42)

Neste ponto, evidencia-se a intenção de questionamento não somente da profissão isoladamente, mas também os questionamentos da contradição

do modo de produção do sistema capitalista, da produção de mais-valia, e dos resultantes deste processo na vida dos usuários, manifestado na questão social. E conforme análise de Netto (2006), esse não foi um movimento isolado da profissão, pois ele nasceu na efervescência das lutas populares pela democratização dos países do continente, da pressão popular pela conquista de direitos humanos e sociais.

Assim, a construção do Projeto ético-político da profissão evidencia um processo histórico na qual estava inserido o Serviço Social e os/as profissionais dessa categoria. Desta forma,

A compreensão do projeto ético-político profissional do Serviço Social pressupõe a percepção da processualidade e da historicidade da própria profissão, suas respostas às necessidades e às demandas societárias enquanto sujeito coletivo e seus vínculos teórico-práticos, éticos e políticos com os projetos societários, seus fundamentos e sua direção social, mas não pode confundir-se e igualar-se a estes (SARMENTO, 2011, p. 218).

As transformações no sistema capitalista a partir dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, da mundialização do capital e da globalização, ocasionaram efeitos colaterais no âmbito das políticas sociais, com a retração do Estado e a maior concessão de serviços à esfera privada. E, na esfera das relações sociais, se amplia o individualismo, a competitividade e a banalização da vida.

No mundo do trabalho, se amplia a busca pela “*perfeição*”, através do alcance do “*triplo E*”, eficiência, eficácia e efetividade, e para isso, requisita-se um/a trabalhador polivalente, capaz de substituir um determinado número de trabalhadores, por meio de seu conhecimento e capacidade de realização de diferentes tarefas, entretanto, ao custo de um/a trabalhador apenas.

O fortalecimento dos ideais neoliberais e retração do papel do Estado teve apoio do aparato midiático na construção aparente desta como única alternativa aos desejos de crescimento e desenvolvimento. Ou seja,



A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia. (BARROCO, 2011, p. 208).

Todos esses aspectos, aliados a expansão da ideologia do “fracasso” dos projetos emancipatórios — como a investida do sistema capitalista imperialista de desqualificar e inviabilizar o Projeto Socialista Cubano — e o enfraquecimento das lutas pela classe trabalhadora, têm consequências na dinâmica profissional do/a assistente social, da formação até o exercício profissional.

As transformações na ordem do capital têm resultantes diretos no âmbito das relações sociais. E como evidenciado anteriormente, o Serviço Social está inserido neste contexto. Assim, a construção de um projeto profissional de intenção de ruptura com o conservadorismo, não significa por si só, a superação deste modelo. Ou seja,

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista (IAMAMOTO, 2012a, p. 26)

Conforme ressaltado anteriormente, os anos de 1990 são marcados pelas reformas neoliberais, e o início do processo de desmonte dos direitos sociais recém-conquistados com a Constituição de 1988 - observadas a quantidade de Emendas Constitucionais aprovadas desde então. A profissão tem sofrido as consequências destas transformações, e o retorno no âmbito das políticas sociais da focalização na extrema pobreza, da centralidade na família e da necessidade de trabalho na comunidade<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Não é objetivo aqui arguir essas estratégias, pois a focalização na extrema pobreza significou a consolidação de políticas públicas que atendessem essa esfera da sociedade, até então marginalizada e negligenciada, porém, a proposta é fazer uma análise da totalidade histórica e

Embora o projeto profissional da categoria tenha embasamento na teoria marxista a categoria profissional não está imune às consequências desse arcabouço neoliberal nas políticas sociais, que acaba trazendo uma nova matriz conservadora, que silenciosamente lança o/a assistente social em uma prática imediatista e “*tarefaira*”, sem análise crítica da realidade, sem tempo para reação, levantando questionamentos sobre articulação teoria/prática ou, na pior das hipóteses, imprimindo o discurso de que a “*teoria em nada tem a ver com a prática*”. Conforme alerta Barroco

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente. Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão (2011, p. 212 – 213).

Ou seja, a existência de um projeto profissional hegemônico de vertente marxista, não gera por si só uma “*super-categoria*”, com capacidade de ação/interpretação/produção e reprodução de conhecimento superior às concepções conservadoras arraigadas na sociedade.

O projeto não tem o *poder* de isentar o profissional de reproduzir ações conservadoras e muitas vezes “*policialescas*” sobre as famílias e indivíduos, sobretudo quando voltada apenas ao atendimento imediato, ou ao encaminhamento em si.

O avanço do neoconservadorismo, como destaca Barroco, “busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos

---

não somente da aparência destas questões. Essa retomada, também pode significar o enfraquecimento do Estado perante seu papel de executor de políticas públicas, pois retoma a responsabilidade da proteção social às famílias, aos indivíduos, conforme orientações dos organismos internacionais. Cabe questionar, até que ponto não retoma-se, enquanto profissionais, a perspectiva de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade, quando seguimos as orientações das atividades prescritas pelas políticas sociais.

movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana” (2011, p. 209). Assim, cabe ao/a assistente social fazer uma revisita ao projeto profissional, e ao próprio processo histórico da profissão, para não cair na armadilha de reprodução do projeto burguês, que engendra a legitimar a repressão à pobreza, ainda que, de forma velada, através do próprio Estado e das políticas públicas.

O Serviço Social, atualmente, está pautado na primazia da defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia, e está orientado a partir de uma perspectiva crítica, diferente da perspectiva originária da profissão.

O movimento para a ruptura da profissão com o modelo conservador aconteceu no Brasil, como já destacado, como consequência do questionamento da categoria sobre a profissão, mas também, cabe ressaltar que o Movimento de Reconceituação nasce em meio a crescentes movimentos populares de questionamento e luta contra a ditadura militar.

O projeto profissional do Serviço Social vislumbrado na tradição marxista pode ser considerado como utópico frente à outras categorias profissionais. Questionando o modelo de sociedade capitalista e as implicações do modo de produção capitalista na questão social, está pautado na defesa e luta pelos direitos sociais, democracia e contra a exploração.

Este projeto está evidenciado no Código de Ética do/a Assistente Social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).

Sobre os elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social e os componentes de sua materialização (TEIXEIRA e BRAZ, 2009), destaca-se:

- A) Primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- B) segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- C) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;
- D) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (2009, p. 7-8).

Esses elementos assinalam aspectos importantes na materialização do PEP e consolidação do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, principalmente no direcionamento político ideológico da categoria em relação ao modelo de sociedade vigente. Ainda os aspectos teórico-metodológicos onde estão interligados com o trabalho profissional cotidiana, que segundo o PEP deve indicar uma aproximação com a matriz emancipatória.

Porém, os tempos de fetichização (IAMAMOTO, 2008) da vida e das relações sociais apontam desafios diários na materialização deste projeto emancipatório, seja no âmbito do trabalho, seja no âmbito da formação, fazendo referência a espantosa expansão de cursos privados na modalidade EAD, reiterado por Teixeira e Braz (2009).

A reafirmação deste projeto porém, na análise destes autores, depende das “respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais, quanto das ações profissionais nas diversas áreas de atuação” (TEIXEIRA E BRAZ, 2009, p. 16), ou seja, do direcionamento destas intervenções a partir dos preceitos éticos e socialmente comprometidos com o projeto emancipatório, e em consonância com o PEP.

Entretanto, como já destacado, o cotidiano como espaço de efetivação do exercício profissional, também é espaço contraditório, ainda as transformações e a ameaça de fortes retrocessos no âmbito dos direitos sociais, o agravamento das condições de desemprego e subemprego, apontam algumas contradições para a materialização deste projeto profissional, não na perspectiva de constituir uma justificativa de práticas policialescas e imediatistas, mas na lógica de desafios enfrentados no cotidiano profissional.

Ao analisar o processo de trabalho, torna-se vital a elucidação de qual a concepção de trabalho que permeia esta reflexão. O trabalho é aqui compreendido e analisado, a partir da perspectiva de Marx, onde o trabalho é atividade exclusivamente humana, de satisfação de necessidades diante da natureza e de outros homens. É na dimensão teleológica que Marx pauta a afirmativa do trabalho, enquanto atividade racional para um fim (IAMAMOTO, 2012). Pois, é através do trabalho que o homem pensa, projeta e cria, ou seja, imagina o objeto de forma abstrata, e através do trabalho cria-o de forma concreta, por isso é atividade do homem. Além disso, por meio dos resultados

do trabalho, o homem pode criar os instrumentos do trabalho. Conforme destaca Iamamoto “pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades” (2013, p. 60).

Dentre os desafios do cotidiano as transformações no sistema capitalista ao longo de seu processo histórico, tem consequentes diretos na vida da classe trabalhadora, como o agravamento das manifestações da questão social. Segundo Antunes (2006), as fases do sistema capitalista, acarretam em transformações no mundo do trabalho, e a superação dos modelos fordista e toyotista de produção, bem como, a globalização, criaram uma *desproletarização* do trabalho industrial, ao mesmo tempo em que houve uma *heterogeneização* do trabalho, com a inserção das mulheres, e a crescente *subproletarização*, evidenciada pela precariedade, terceirização, falta de estabilidade e subcontratações. (Idem, 2006).

Estas transformações trouxeram como consequência o agravamento da questão social, e suas manifestações. Da mesma forma, acarretaram em mudanças no modo de inserção do Serviço Social, principalmente com a sua profissionalização e a condição de profissional liberal, vendedor da sua força de trabalho. Pois, o/a assistente social ao vender sua força de trabalho, que é mercadoria, em troca recebe um salário, que é valor de troca. Ao ingressar na dinâmica da (re)produção das relações sociais, sua atuação profissional acaba incorporando os parâmetros institucionais e trabalhistas, e assim agregando no seu trabalho os interesses da instituição/empregador.

É dessa forma, que o Serviço Social enquanto profissão está inserido no contexto da sociedade e das relações sociais, e o/a profissional assistente social, está inserido na divisão social e técnica do trabalho, no contexto da sociedade capitalista. Atua de forma antagônica, no âmbito de múltiplas determinações que regem essa sociedade, situado entre o protagonismo profissional e garantia de direitos, e o cumprimento das demandas institucionais.

Nesse sentido “a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses” (IAMAMOTO, 2012, p. 81) de classes, e cooptada

no direcionamento da classe dominante. Ou seja, a própria profissão tem em seu processo histórico uma contradição, de mediadora entre os interesses de classe.

*Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO, 2012, p. 81, grifos da autora)*

Essa análise requer atenção, pois expressa a contradição principal da profissão, de questionamento do sistema capitalista e da exploração do trabalho e ao mesmo tempo, com uma atuação que “permite” a manutenção desse sistema. Segundo Iamamoto, essa reflexão deve ser o ponto de partida de análise, da força dominante na trajetória histórica do trabalho do Serviço Social (2012, p. 82).

Tendo em vista este antagonismo da profissão no enfrentamento as manifestações da questão social e a relação histórica do Serviço Social com a sociedade capitalista, torna-se importante o alerta de que

Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, [...]. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada –, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2008, p. 160 – 161).

Partindo deste pressuposto, a “análise da *prática*” do/a assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade” (IAMAMOTO, 2013, p. 60). Ou seja, a atuação profissional, não pode ser pensada desvinculada do mundo do trabalho, e concordando com Iamamoto,

faz-se necessária a análise da “prática profissional como trabalho e a prática profissional inscrito em um processo de trabalho” (Idem, p. 57).

Conforme destacado anteriormente as transformações do sistema capitalista, ocasionaram uma mudança no modo de agir da profissão, que vivencia neste período um processo de laicização e profissionalização. Ocorre ainda, a transformação do espaço sócio-ocupacional do/a assistente social, que passa pelo setor privado, no momento de industrialização, e após a redemocratização do Brasil, o Estado torna-se o principal agente de demandas para a profissão, que passa a ter sua atuação designada a partir das políticas sociais e da garantia e acesso aos direitos sociais para a população.

Fatores estes, que exigiram um questionamento da própria categoria sobre a profissão, onde a categoria sinaliza para a necessidade de ruptura com o Serviço Social tradicional, orientado até então por uma matriz conservadora. Neste contexto, são fomentadas discussões e produções na categoria, sobre a sinalização da intenção de ruptura, e a proposta de construção de um projeto profissional pela defesa da liberdade, da democracia e voltado à justiça social.

A partir da mudança de posicionamento profissional, foi construído um leque de produções teóricas, já apontados neste trabalho, bem como um reordenamento acadêmico para a formação profissional vislumbrada no projeto de ruptura.

O trabalho do/a assistente social passa a ser compreendido, levando em conta, o contexto de reprodução das relações sociais no qual está inserido e tem diante disto, como objeto da profissão, a questão social e suas diferentes manifestações. Passa a contar com um Projeto Ético-Político inovador.

Entretanto conforme destaca Iamamoto

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações distintas (IAMAMOTO, 2008, 215)

Desta forma, para a compreensão do trabalho do/a assistente social na sua totalidade, requer considera-la nas suas três dimensões: a teórico-metodológica (concepções teóricas e métodos de análise da realidade), a ético-política (projeto profissional) e a técnico-operativa (fazer profissional, ações práticas). Essas dimensões estão interligadas e articuladas na intervenção profissional. Entretanto, ressalva-se a permanência do discurso de que teoria e prática são diferentes.

Cabe destacar aqui o alerta, de que “a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos [...]” (GUERRA, 2013a, p. 46). Ou seja, a defesa dos direitos sociais, pressupõe a defesa de um movimento contraditório, de questionamento da ordem social vigente, e isso está vinculado a um aporte teórico, que não pode ser isolado.

Sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, carece ampliação de produções científicas sobre a dimensão em si, visto que ela vai além da concepção de técnicas e instrumentos utilizados no dia a dia, compreende as particularidades e singularidades da profissão.

Não cabendo assim, a compreensão da dimensão técnico-operativa de modo superficial, entendida apenas enquanto procedimentos utilizados, pois

o uso de instrumentos implica mais do que o domínio e execução dos procedimentos, mas atesta que a competência técnico-operativa deve levar em conta as competências teórico-metodológica e ético-política inerentes a intervenção (TELES, 2013, p. 48).

As dimensões que compõem o trabalho profissional neste sentido são indissociáveis e interligadas, ou seja, como partes de uma totalidade da ação, desse modo, não devem ser compreendidas de forma isolada.



Outro ponto a ser destacado diz respeito a instrumentalidade, categoria trabalhada por Guerra (2014). Essa categoria ultrapassa a concepção de instrumentos, definindo a instrumentalidade do Serviço Social

pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e resposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um *status* peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente. Porém, pela sua natureza contraditória, a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista quanto os nega e os supera (GUERRA, 2014, p. 217, grifos da autora).

Essa reflexão elucida que o caráter contraditório da profissão se manifesta inclusive pelos seus instrumentais. O direcionamento do trabalho profissional, ao mesmo tempo em que cria mecanismos de manutenção do sistema, evidencia a necessidade de superação deste. Ou seja, a partir de uma perspectiva de totalidade observa-se que essa instrumentalidade é permeada pela dinâmica social da sociedade capitalista.

Essa visão de totalidade do funcionamento da sociedade e dos reflexos e implicações no agir profissional por si só, já desmonta a ideia de desarticulação entre teoria e prática, ou como afirma Montaño, uma crescente “apologia ao praticismo” (2009, p. 161).

A afirmação de uma dicotomia teoria X prática, carrega armadilhas para o trabalho profissional, como o reforço do fatalismo e do messianismo, como afirma Iamamoto (1992). O processo de valorização do trabalho aponta para um empirismo, evidencia pistas de uma tendência ao pragmatismo teórico e prático, e conseqüente influência ideopolítica das ações, voltadas ao imediatismo (GUERRA, 2013).

Essa tendência na valorização da prática e sua dissociação da matriz teórico-metodológica reforça o debate sobre o *pseudoabismo* da relação teoria e prática, e tão necessária a construção de alternativas para sua superação na análise do trabalho profissional, e isto

[...] implica desvendar la propia sociedad que gesta esas concepciones y su crítica teórica radical históricamente construída. En otros términos, supone recuperar la tradición intelectual instaurada por Marx en el análisis de la sociedad capitalista. Por un lado, mostrar la actualidad del método y del arsenal de categorías que permitieron expresar, a nível del pensamiento, las condiciones de existência real de la sociedad. Por otro lado, recuperar la dimensión práctica como “práctica-crítica”, con explícito carácter de classe (IAMAMOTO, 1992, p. 184).

Estes apontamentos de Iamamoto, apresentados na década de 1990, tornam-se atuais, e necessários, pois de certa forma, hoje é vivenciada uma fragmentação do Serviço Social, e principalmente de seu trabalho a partir de uma ótica especialista fruto de políticas sociais fragmentadas. Embora este não seja um fator determinante na construção de uma identidade profissional, hoje, entende-se algumas evidências de permanência da raiz conservadora. Onde,

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objeto de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 2013, p. 52)

Desta forma, a necessidade de uma análise crítica de novos “velhos modelos” torna-se fundamental, principalmente no contexto de crise estrutural do capitalismo vivenciado, propício ao surgimento de tendências.

Pensar o trabalho do/a assistente social requer como afirma Iamamoto, o conhecimento das competências profissionais – diferente da lógica de competências restritiva, como a especificação de ações de forma burocratizada -, requer “a competência crítica capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática” (2009, p. 2).

Ainda conforme ressalta a autora, só existe discurso competente crítico quando “vai à raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação” (IAMAMOTO, 2009, p. 2). Ou seja, a competência profissional deve ser crítica, questionadora e em diálogo constante com referenciais teóricos que permitam um embasamento na análise

da demanda, do que está aparente e também, do que não está. Exige conhecimento técnico e estratégico que operacionalizem o trabalho.

Essa interpretação traduz diretamente o compromisso firmado no Projeto Ético-Político da Profissão, ponto chave para a análise do trabalho no âmbito das políticas sociais, bem como, possibilita a identificação da aproximação ou o distanciamento do trabalho com determinada tendência.

Levar em consideração o contexto sócio histórico da profissão e a influência da matriz conservadora no desenvolvimento do Serviço Social é outro fator importante para a análise da atuação profissional hoje, possibilitando observar a profissão em sua totalidade, no contexto capitalista e as implicações que a organização social dessa sociedade tem significado na construção de uma identidade da profissão no Brasil.

Analisar o trabalho profissional no âmbito das políticas sociais, e no caso da política de assistência social, a que se dedica este trabalho, requer a consideração do momento de crise econômica, política e social na qual o país está mergulhado. Onde o Serviço Social e a/o profissional assistente social não estão isentos das consequências dos momentos de crise do sistema capitalista, e das implicações desse processo diretamente vinculadas ao campo de atuação profissional e, ao objeto da profissão, a questão social.

E principalmente que esses processos cíclicos de crise do capitalismo, acarretam em transformações no desenvolvimento e organização da sociedade, bem como no papel que o Estado exerce nessa sociedade.

Conforme destacado anteriormente o avanço do ideário neoliberal intensificou esse processo desprotetor do Estado, principalmente nas políticas sociais. Da mesma forma, influenciou o modo de relação dos indivíduos, com crescimento do individualismo e conseqüente defasagem do coletivo. Esse processo atingiu a defesa do interesse coletivo, efervescente na década de 1970 e 1980 no país, enfraqueceu o movimento sindical e as organizações populares.

Sobre esse aspecto cabe destacar a influência do capitalismo contemporâneo na dinâmica das relações sociais, e publicização da esfera privada e a privatização da esfera pública, evidenciada por Sarmiento,

Com o capitalismo contemporâneo, a coisa pública tornou-se um grande negócio privado, dos indivíduos aos grandes grupos financeiros. A exacerbada manifestação do interesse individual e privado desta sociedade sobrepõe-se à unicidade entre ética, política e economia, desqualificando a relação entre meios e fins (SARMENTO, 2011, p. 215)

Frente a esse cenário apresenta-se a banalização do ser humano e dos seus interesses coletivos, em detrimento de interesses individuais e de mercado, bem como o favorecimento da retomada de ações moralizantes por meio de exercícios profissionais conservadoras no cotidiano, muitas vezes de forma alienada.

É na vida cotidiana que se reproduz o trabalho do/a assistente social, é nela também que se manifestam as demandas institucionais, o fortalecimento de ações acríticas, repetitivas, imediatas e fragmentadas, conforme destaca Barroco e Terra (2012, p. 73).

Aliado a essa problemática localiza-se a formação moral pessoal de cada um, por meio de concepções internalizadas a partir de sua vivência pessoal, do seu contexto histórico de organização familiar, anteriores à formação profissional, que acabam contribuindo para a segregação das famílias e indivíduos já excluídos pela sociedade capitalista.

Da mesma forma, a burocracia institucionalizada, quando reproduzida sem questionamentos também favorece o distanciamento das ações desenvolvidas pela instituição e as reais demandas da população usuária.

A dimensão ético-política do Serviço Social articulada as demais dimensões da profissão, deve ser uma ferramenta na busca pela superação desses limites institucionais, por meio da garantia de autonomia profissional, por meio do reconhecimento da liberdade, o compromisso com a qualidade do serviço prestado à população, entre outros princípios fundamentais do Código de Ética da profissão (CFESS, 2012).

A apropriação e defesa do Código de Ética profissional são prerrogativa dos/as profissionais assistentes sociais, havendo a necessidade de incorporação deste como instrumento no trabalho profissional, e estratégia de enfrentamento as demandas institucionais conservadoras. Para isso destacam-se os direitos do/da assistente social, contidos no Art. 2º do Código de Ética:

- a- garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b- livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d- inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e- desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g- pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h- ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i- liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos (CFESS, 2012, p. 26 – 27).

A apropriação destes direitos e sua defesa constituem-se como estratégia de fortalecimento do trabalho profissional nos espaços sócio ocupacionais, como destaque a ampla autonomia de sua atuação profissional, e não obrigatoriedade de prestar serviços incompatíveis com a profissão.

Através do amplo conhecimento desse código que o Serviço Social tem possibilidade de não sucumbir a alienação cotidiana, de conhecer as demandas explícitas e implícitas da população e fortalece-la em busca de direitos, negligenciados pelo sistema excludente.

Com isso, reforça-se que a embora a profissão não esteja inerte às transformações do mundo do trabalho, bem como as mudanças de direcionamento das políticas sociais, e conseqüentemente no trabalho do/a assistente social, da mesma forma não pode apropriar-se desse discurso de limites como barreiras para um trabalho em defesa dos usuários.

### **3. A Política de Assistência Social e a Proteção Básica: Onde estamos?**

#### **3.1. O Sistema Único de Assistência Social: o Papel do CRAS como Proteção Social Básica**

A Assistência Social tem em seu processo histórico na sociedade brasileira a concepção de ajuda, caridade e quando promovida pelo Estado carrega as marcas de ações pontuais. Conforme destaca Raichelis (1998), a assistência social no Brasil tem sido um mix de ações eventuais e pontuais de órgãos governamentais dispersos e práticas de indivíduos, grupos e entidades privadas.

Entretanto, com o reconhecimento da Assistência Social como política pública de Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 (CF), pela primeira vez ocorre o movimento de desvinculação da assistência da ótica da filantropia, e passa a ser reconhecida enquanto direito social.

Com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, e passados doze anos de sua promulgação, com a implementação de um sistema público de assistência social, enquanto política pública estatal, através do SUAS, e consequentemente as alterações na própria LOAS em 2012 (LOAS, 2012), inserindo o SUAS no texto legal, atribui efetivamente a PAS caráter público estatal, amparado na CF, como Política de Seguridade Social.

Embora tenham ocorrido avanços referente a programas e serviços no âmbito da assistência social após a implementação do SUAS, ainda permanecem resquícios de ações voltadas a políticas fragmentadas e muitas vezes focalizadas na pobreza extrema, que segundo o índice desenvolvido pelo Banco Mundial (BM), engloba pessoas que vivem com renda *per capita* de um dólar por dia. Além disso, analisar a pobreza, levando em consideração somente a renda, resulta em uma visão restrita sobre um fenômeno que é multifacetado, envolvendo diferentes condicionantes, que não só o econômico.

A assistência social brasileira é hoje uma política pública, reconhecida como direito social pelo Artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Compõe o sistema de seguridade social, criado pelo artigo 194 da carta magna, sendo este um sistema de ações integradas, que congrega as políticas de saúde, previdência e assistência social (BRASIL, 1988).

A aprovação do SUAS, em 2004, através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), propiciou a implementação de um aparato de serviços e programas para a proteção social. O SUAS conforme a PNAS (2004), possui modelo de gestão descentralizado e participativo, com organização e regulação de ações socioassistenciais em todo o território nacional. Possui como eixos estruturantes a Matricialidade Sociofamiliar, Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

A Norma Operacional Básica, aprovada em Julho de 2005, estabelece as principais diretrizes e estratégias para a operacionalização da política de assistência social, considerando o SUAS um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que são prestados diretamente, ou através de instituições públicas, ou não-governamentais, através de rede conveniada com o poder público.

Sistema Único de Assistência Social é um sistema público com comando único, descentralizado, não contributivo que organiza e normatiza a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva da universalização dos direitos regulando em todo o território nacional as ações sócio-assistenciais. (NOB-RH/SUAS, 2009)

O SUAS classifica os municípios em três níveis de gestão: Inicial, Gestão Básica e Gestão Plena. Sendo a Gestão Inicial, destinada aos municípios que não se habilitarem a gestão básica e plena, tendo como requisitos a manutenção de ações de proteção social básica, através do investimento de recursos do Fundo de Assistência Social. A gestão Básica é o nível em que o município assume a Proteção Social Básica, tendo o gestor de

responsabilizar-se pela instauração de no mínimo um CRAS, além da oferta e manutenção de serviços, programas e projetos socioassistenciais de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e monitorem a violação de direitos em seu território. A gestão Plena constitui o nível em que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social.

A proteção social, no SUAS, está dividida em duas complexidades: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), sendo que esta última ainda se subdivide em Média e Alta Complexidade.

Os serviços de PSB, de acordo com a NOB/SUAS têm como objetivos a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Sendo destinada à população em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (NOB/SUAS, 2012).

Os CRASs são unidades estatais públicas de assistência social, existentes, preferencialmente nos territórios com maior vulnerabilidade social. Possuem um caráter preventivo. O CRAS possui um papel fundamental na efetivação da intersetorialidade, pois tem como atribuição a gestão territorial da rede (NOB/SUAS, 2012).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009), são considerados serviços da PSB: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e Serviço de proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

No caso da PSE, que se destina às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, ela atende situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas (NOB/SUAS, 2012). Na PSE, o Centro de Referência



Especializado de Assistência Social (CREAS), e os Centros Pop e os Centros de Idosos, executam as ações de PSE de média complexidade, através de unidades estatais públicas de assistência social, destinadas a proteção social de famílias e indivíduos em risco social, diferente do CRAS, possui um caráter protetivo.

O âmbito da PSE de Alta Complexidade é composto pelos serviços de acolhimento institucional, como Abrigos, Albergues, Casas de Passagem, Casa de Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência.

Embora a PAS seja reconhecida enquanto política pública, como dever do Estado e para quem dela necessitar, e sejam observados avanços significativos, tanto com a implementação do SUAS, a criação de programas sociais e unidades de atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, faz-se necessário a consideração do histórico desta área na sociedade, e como alerta Boschetti, “não podemos esquecer sua histórica função e potencialidade de manter a coesão, a integração e o controle social sobre uma parcela dos pobres, [...]” (2016, p. 165). A própria aprovação da LOAS, teve um atraso considerável, se comparada a aprovação das Leis Orgânicas da Saúde e Previdência Social.

Da mesma forma, mesmo com a aprovação da PNAS em 2004, somente em 2005 que surge a NOB/SUAS, bem como a incorporação do SUAS na LOAS, ocorreu somente no ano de 2012.

Com o avanço do neoliberalismo e a intervenção dos organismos monetários internacionais na proposição de estratégias de investimentos públicos, e o discurso da retração do Estado para a Proteção Social, surgem no continente latino-americano, após o Consenso de Washington, realizado em 1989, orientações sobre estratégias de combate à extrema pobreza, através de Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), como destaque o Programa Bolsa-Família, no caso brasileiro.

Entretanto, é de suma importância a análise realizada por Braga (2011), sobre o significado da PAS e do SUAS para a sociedade brasileira

O SUAS constitui uma inovação na gestão da política de Assistência Social. Ele revela um novo momento da política, uma forma de operacionalização centrada num modelo de gestão guiada pelas diretrizes nacionais com formato e exigências diferenciadas tanto para quem opera no âmbito municipal e estadual (idem, p. 143 – 144).

A implementação do SUAS, e a criação dos serviços de atendimento nos territórios, bem como o avanço dos PTRC, possibilitaram a conquista de espaços de inserção das famílias e indivíduos historicamente negligenciados pelo Estado, entretanto ainda observam-se desafios e questionamentos sobre o atendimento do SUAS, e quais as alternativas efetivas potencializadas nestes espaços, pois entre o real e o ideal existe um distanciamento significativo evidenciado diariamente nos municípios (BRAGA, 2011).

A efetivação do SUAS esbarra no confronto de interesses distintos, quando busca que a massa desassistida da população tenha acesso à informações sobre direitos básicos e serviços, enquanto a classe dominante vislumbra através da permanência do conservadorismo a manutenção da ignorância sócio política dos trabalhadores. Ou seja, “fizemos ruptura na ideologia, no âmbito da concepção, mas ainda falta materializar concretamente essa perspectiva” (Idem, p. 145).

A partir dos anos 2000, e ainda no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), o Brasil assume uma tendência neodesenvolvimentista, indo contra a expectativa de que a chegada de um partido de esquerda no Governo Federal significaria o início das tão esperadas reformas de base – reforma política e reforma agrária principalmente –, dando o primeiro passo a um processo de rompimento do modelo de Estado a serviço somente dos interesses do mercado.

Entretanto, cabe destacar que essa estratégia neodesenvolvimentista tem início em meados dos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), caracterizada pela internacionalização da economia e a especulação financeira, o que de certa forma pode ser considerado como uma nova roupagem do neoliberalismo, contudo de maneira mais atenuada, onde as ações governamentais, apesar de estarem relacionadas ao investimento em

políticas públicas e infraestrutura, permanecem direcionadas ao interesse do mercado. Segundo Paula (2016), o neodesenvolvimentismo tem sido um momento de síntese da acumulação capitalista em sua fase financista.

Apesar dos programas criados nos anos de governo do PT, que beneficiaram principalmente a população em situação de vulnerabilidade e risco social, urbana e rural, como o Programa Luz para Todos<sup>14</sup>, Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>15</sup>, o próprio Programa Bolsa Família (PBF)<sup>16</sup>, e a implementação do SUAS, não houve em outros campos o direcionamento a esquerda como era esperado.

No plano econômico optou-se pela estratégia de incentivo ao consumo e consequente aumento da produção, por meio de medidas de redução de impostos, como foi o caso do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) nos eletrodomésticos da chamada *Linha Branca*, e nos automóveis, bem como através da criação de diferentes iniciativas de crédito a longo prazo e redução dos juros e taxas nos financiamentos, cabe destacar aqui o papel do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Lançado em novembro de 2003, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003 o Programa Luz para Todos visando levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, como meta inicial de atender mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. O programa foi prorrogado por meio do Decreto Nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014 (Ministério de Minas e Energia, 2015).

<sup>15</sup> O PROUNI foi criado em 2004, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, sendo dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Oferece em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem (Ministério da Educação, 2017).

<sup>16</sup> Criado em 2004 pelo Governo Federal, o PBF é instituído pela Lei nº 10.836/2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, pode ser considerado o maior programa de transferência de renda do país, como uma ação estratégica no enfrentamento da pobreza, através da transferência de renda condicionada direta as famílias cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais. Agrega medidas de acesso à educação, e no combate ao trabalho infantil. (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014).

<sup>17</sup> O PMCMV foi criado pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009, tendo como finalidade a criação de mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e compreende os seguintes subprogramas: I - Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e II - Programa

Esse movimento trouxe reflexos no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), através do aumento do consumo das famílias brasileiras, como destacado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pesquisa divulgada em 2009,

O coordenador de contas nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roberto Olinto, afirmou hoje que o padrão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantido no segundo trimestre deste ano, com forte influência do consumo das famílias, enquanto as medidas de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) deram uma "contribuição adicional" para a expansão de 1,9% do PIB no período ante o trimestre imediatamente anterior (*Jornal O Estadão*, 2009)

No entanto, com a crise mundial iniciada em 2008 que atingiu os grandes mercados mundiais e potências econômicas, como a União Europeia – que viu o bloco estremecer com a quebra de países como a Grécia, Alemanha, Portugal e Espanha – houve uma intensificação de medidas de austeridade pelos governos, pressionados pelo BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No caso brasileiro, as consequências da crise tiveram reflexo a partir do ano de 2013, início de 2014, sendo agravado pela crise política institucional, e as consequentes investidas da direita com apoio das bases conservadora, evangélica e do poder judiciário<sup>18</sup>.

O contexto da crise brasileira trouxe implicações na vida da população, principalmente as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, com o aumento do desemprego, a precarização das condições de trabalho, a retirada de direitos e o corte de recursos destinados a políticas sociais que atendiam especificamente esta população, como no caso do PBF.

---

Nacional de Habitação Rural – PNHR, conforme alterações dadas pelo Decreto nº 7.499, de 16 de Junho de 2011.

<sup>18</sup> Processo que resultou em 2016 no impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff (PT). Através de um golpe, que distribuiu a presidência da república ao vice Michel Temer (PMDB), que apoiado pelo conservadorismo, e amplamente comprometido com o projeto neoliberal dá início às medidas de retração do Estado para as políticas sociais e a retirada de direitos civis, trabalhistas, sociais e políticos, colocando novamente o Estado a serviço da economia e do capital internacional.

O debate sobre o contexto político atual do Brasil está diretamente vinculado a atuação profissional do/a assistente social, principalmente no SUAS, pois a conjuntura política implica em resultantes no desenvolvimento do trabalho profissional e nas bases ideopolíticas e teórico-metodológicas que orientem esse trabalho. Implicação esta, expressa de um lado no direcionamento das políticas sociais e dos sistemas de proteção social – principal espaço de atuação da profissão – e na compreensão que o Estado tem sobre estas políticas, de forma ampliada ou mínima. Por outro lado, pelo impacto que este cenário político tem na sociedade como um todo, tornando a sociedade mais desigual e empobrecida, ou mais igualitária e com justiça social.

Assim, a conjuntura de retomada de ideais conservadores provoca para a necessidade de reflexão e conhecimento das bases teórico-metodológicas e ético-políticas do projeto profissional, para que no cotidiano seja possível o questionamento das políticas e programas executados, com atenção crítica à retirada de direitos dos usuários, bem como, o rechaçando a postura de executores de ações conservadoras e violadoras dos direitos das famílias e indivíduos.

No caso da PAS, o trabalho desenvolvido dentro dos CRASs perpassa as questões de acompanhamento e orientação às famílias e indivíduos, avaliação social, realização laudos e pareceres sociais, realização de visitas domiciliares, entrevistas, organização e construção de projetos sociais de socialização de informações sobre direitos, serviços e questões pertinentes e inclusive propostos pela comunidade; articulação com serviços da rede socioassistencial e das demais políticas do território, além do atendimento dos usuários dos SCFV, das famílias inseridas no PAIF. Estas são algumas das atividades desenvolvidas pelo/a assistente social nos CRASs, juntamente com a equipe técnica interdisciplinar.

O CRAS tem como foco de trabalho na prevenção às situações de risco social (rompimento de vínculos e a violação de direitos), conta com o apoio da rede socioassistencial e das demais políticas públicas para atendimento das demandas. Entretanto, a precarização das relações de trabalho, bem como a

falta de recursos e a própria precarização na infraestrutura, acaba refletido no atendimento ao usuário, onde as limitações dos serviços potencializam a violação de direitos dos usuários.

O trabalho do/a assistente social dentro da PAS torna-se importante justamente pela característica crítica da profissão, que pode ser transformadora e potencializadora quando dotada de uma matriz emancipatória, ou ao contrário, pode ser excludente e culpabilizadora, quando dotada de uma matriz conservadora.

Da mesma forma, embora a PAS no Brasil em seu contexto histórico até a Constituição Federal de 1988, esteja vinculada a concepção do assistencialismo e do paternalismo, desvinculada da concepção de direito social no contexto da sociedade capitalista excludente e desigual, cabe destacar que a atuação desenvolvida pelos/as profissionais do Serviço Social nestes espaços, deve ser composto de um viés garantidor, não podendo ser esgotado na lógica do encaminhamento em si mesmo, ou seja, no atendimento às demandas espontâneas.

A atuação do/a assistente social na PAS enfrenta diariamente barreiras físicas e estruturais para a efetivação de um trabalho alinhavada ao projeto ético-político. Visto que a PAS ainda está mergulhada em uma perspectiva assistencialista e paternalista, distante da lógica do direito, mesmo após a criação do SUAS.

Fato este evidenciado no direcionamento de recursos financeiros a esta política, bem como o fortalecimento de discursos de cortes em programas sociais em prol da “estabilidade financeira” do Estado, entenda-se estabilidade financeira do capital.

A falta de clareza dos gestores do que é a PAS, ou o entendimento simplista de assistência social como ajuda aos pobres, ou ainda, a visão conservadora e mercadológica de desperdício com quem não trabalha, trazem ao debate os limites no direcionamento de ações na agenda do Estado para a PAS.

Frente a estes desafios, o/a assistente social no cotidiano de ação deve buscar o rompimento do ciclo de violações que famílias e indivíduos estão submetidos, munido de um arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Para isto, ele/a analisa a realidade para além do que está posto, leva em consideração a dinâmica da sociedade capitalista, de exploração do trabalho sob o capital, busca fortalecer a autonomia dos indivíduos e garantir meios de emancipação dos usuários.

Com o aumento do desemprego e a redução de oferta de oportunidades de programas, projetos, serviços e ações voltados para a inclusão social, observam-se o aumento de pessoas em situação de rua, mendicância, violência, aumento do número de famílias envolvidas com o tráfico de drogas e outras situações de vulnerabilidade e exclusão social as quais está exposta a classe trabalhadora.

Com as transformações observadas no contexto do golpe jurídico-parlamentar, e a tendência de retração do papel do Estado na oferta e financiamento de políticas sociais, ratifica-se que o trabalho dos CRASs volta-se novamente para os benefícios emergenciais e de transferência condicionada de renda, como sacola de alimentos, auxílio morte, auxílio natalidade, Programa Bolsa-Família e doações de roupas e móveis.

Por meio desta retração de investimentos, e corte na oferta de programas e serviços<sup>19</sup>, vivencia-se uma desvinculação da lógica do direito, já que todos os demais recursos para a operacionalização de projetos de inclusão, oficinas de formação, acesso aos direitos sociais ficam condicionados à equipe do CRAS, na tentativa de construir parcerias, muitas vezes com ONG's, para a sua realização.

Ou seja, o processo de construção de uma PAS, visando o rompimento dos ciclos intergeracionais da pobreza, proposto pelo SUAS, avança para o desmonte. Fortalecido por ações do poder público alinhavadas à ideologia

---

<sup>19</sup> Neste sentido destacam-se as auditorias no Programa Bolsa Família realizadas no ano de 2016, bem como a proposta orçamentária de 2017 enviada por Michel aprovada pelo Congresso Nacional que reduziu em R\$ 30 bilhões a verba para os principais programas sociais. Sem mencionar o fim do Programa Ciência Sem Fronteiras e a suspensão do Pronatec. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2017/proposta/proposta.pdf>>

neoliberal de menor custo, menor prazo, maior número, sem preocupação com a efetividade qualitativa das ações desenvolvidas.

Desta forma, considera-se necessário frente às transformações do sistema capitalista, no contexto atual de crise e ameaça de retrocessos, tanto na esfera dos direitos sociais, quanto na manutenção da democracia e participação popular, como os Fóruns de Trabalhadores/as do SUAS, a Frente Nacional em Defesa do SUAS, entre outros movimentos de resistência. E ainda, no momento em que a profissão completa oitenta e um anos no Brasil, a ampliação do debate sobre o trabalho da profissão na assistência social.

### 3.2. A proteção básica no município de Pelotas: caracterização geral

O município de Pelotas está localizado na região Sul do Rio Grande do Sul, sendo considerado o terceiro maior do estado. Tem características históricas expressivas, como sendo a cidade das Charqueadas, que teve sua primeira fazenda de produção de charque fundada em 1780. As charqueadas hoje patrimônio histórico da cidade, também na época eram palco de grande exploração escravocrata. Na atualidade, é o segundo município do país com maior percentual de população negra.

No que tange ao desenvolvimento social, cabe destacar as seguintes informações



## QUADRO 2: Dados Gerais de Pelotas

Informações Gerais do Município		
População no último censo (2010)	328.275 pessoas	Ranking RS <sup>20</sup>
IDHM <sup>21</sup>	0,739	144 <sup>o</sup>
Índice de GINI <sup>22</sup>	0.42	31 <sup>o</sup>
Incidência de Pobreza <sup>23</sup>	28, 64%	77 <sup>o</sup>
Incidência de Pobreza Subjetiva <sup>24</sup>	21,98%	72 <sup>o</sup>

**Fonte:** Elaboração da autora a partir dos Dados do IBGE, 2017.

No âmbito da PAS, o município é caracterizado como de Grande Porte, por possuir um total de habitantes a partir de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias), e com Gestão Plena no SUAS por possuir os serviços de proteção social nos três níveis da política, PSB e PSE de média e alta complexidade, conforme critérios estabelecido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (MDS, 2004).

<sup>20</sup> O Ranking RS é calculado sobre o total de municípios existentes no estado no momento da pesquisa o que equivale, no caso, a 497 municípios.

<sup>21</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

<sup>22</sup> O índice de Gini varia de 0 a 1, sendo “1” o valor de máxima desigualdade e “0” a perfeita igualdade na distribuição de rendimentos (quando 10% da população se apropria de 10% da renda total e assim por diante).

<sup>23</sup> O indicador de Incidência de Pobreza absoluta é construído a partir de critérios pré-definidos por especialistas, que analisam a capacidade de consumo das pessoas, considerando pobre quem não consegue ter acesso a uma cesta de alimentos e/ou de bens mínimos necessários a sobrevivência (IBGE, 2017).

<sup>24</sup> O Indicador de Pobreza subjetiva é derivado da opinião dos entrevistados e calculado levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. (IBGE, 2017).

### QUADRO 3: Implementação de CRAS em Pelotas

<b>DADOS DO CENSO SUAS</b>	
Quantidade de CRAS no Censo 2009	2
Quantidade de CRAS no Censo 2010	5
Quantidade de CRAS no Censo 2011	5
Quantidade de CRAS no Censo 2012	5
Quantidade de CRAS no Censo 2013	5
Quantidade de CRAS no Censo 2014	5
Quantidade de CRAS no Censo 2015	5
Quantidade de CRAS no Censo 2016	5

**Fonte:** Relatório de Informações, MDS, 2018

Quanto a implementação dos CRASs, nota-se que os dois equipamentos existentes em 2009, tiveram início de funcionamento anteriores a implementação do SUAS em 2005. Os dois projetos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania na época, foram criados no ano de 2004, atendendo a comunidade, com atividades no turno inverso da escola para atendimento às demandas existentes nos territórios.

Com relação aos CRASs existentes, totalizam cinco equipamentos distribuídos em territórios diferentes, sendo CRAS Areal, CRAS Centro, CRAS Fragata, CRAS São Gonçalo e CRAS Três Vendas. Na Figura 1, a seguir, se apresenta a distribuição territorial dos CRASs na área urbana do município.

**FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS CRASs EM PELOTAS**



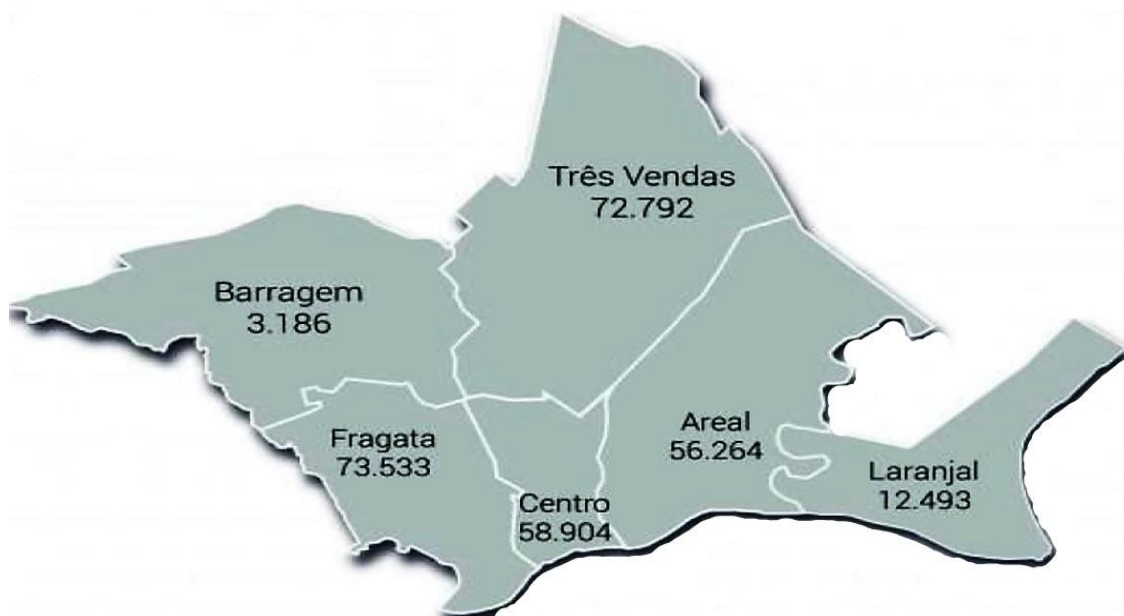
Legenda: Os marcadores existentes na Figura 1, identificam cada um dos cinco CRASs existentes no município de Pelotas

**Fonte:** Elaboração da autora a partir do Mapa Urbano de Pelotas, disponível em: <http://www.pelotas.com.br>, 2018.

Analisando a Figura 1 é possível observar a extensa faixa territorial correspondente a cada CRAS, e que os territórios Barragem e Laranjal não possuem unidade de atendimento no local. Estes dois territórios estão referenciados apenas à Equipe Volante, composta por uma assistente social e uma psicóloga – que atuam quatro horas semanais nesta equipe, para atender também a zona rural do município, cumprindo o restante da carga horária em outros serviços da PAS. Sobre a situação da Equipe Volante, diferente do proposto pela NOB/SUAS, ela não faz parte de nenhum CRAS, estando referenciada diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, e desta forma, não possui cofinanciamento.

A dimensão territorial dos serviços constitui-se um desafio ao trabalho das equipes, por vezes compostas por equipes mínimas. Além da extensão, destaca-se a densidade populacional de alguns territórios, como o caso do CRAS Fragata e do CRAS Três Vendas.

**FIGURA 2: População Urbana por bairro**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo IBGE (2010) e do Mapa Urbano de Pelotas, 2018.

Os territórios identificados na FIGURA 2 apresentam a população total da área a partir dos dados do Censo IBGE (2010), entretanto, o território Areal,

sofreu modificação, sendo dividido em dois (evidenciado na Figura 1), compreendendo atualmente os territórios Areal e São Gonçalo e seus respectivos CRAS Areal e CRAS São Gonçalo. Esta divisão territorial ocorreu com a publicação do Plano Diretor III, publicado através da Lei 5502, de 11 de setembro de 2008, porém os dados relacionados a população do Censo do IBGE (2010), não apresenta dados da população a partir com esta divisão territorial.

Embora o CRAS Centro contemple o terceiro território da cidade com maior densidade populacional, o fluxo de atendimento é um dos menores o que pode ser atribuído a estar localizado em área com menor incidência de situações de vulnerabilidade e risco social no âmbito da PSB, tendo como público principal as populações residentes nas periferias da região. O seu território abrange: áreas ribeirinhas às margens do Canal São Gonçalo, o leito da Viação Férrea, a Vila Castilho, três loteamentos populares (Ceval, Osório e Barão de Mauá), e outras localidades com forte incidência de violência pela influência do tráfico de drogas, falta de condições adequadas de moradia, ausência ou insuficiência de renda, entre outras vulnerabilidades sociais manifestadas cotidianamente.

Ainda sobre a dimensão territorial, cabe o destaque acerca da composição das equipes de referência dos CRASs. Segundo orientações da NOB-RH/SUAS (2009) as Equipes de Referência são compostas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, considerando o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e os atendimentos que devem ser garantidos aos usuários. Ou seja, o termo adotado pela NOB-RH/SUAS não faz referência a “equipe mínima” e sim referência, apontando ainda que o resultado da análise da quantidade de profissionais necessários ao atendimento pode ser multiplicado, de acordo com as demandas e necessidades de cada território.

O QUADRO 4 aponta uma comparação entre as orientações básicas do SUAS, no âmbito da composição e quantidade de profissionais necessários ao atendimento no CRAS, levando em conta os aspectos que devem ser

considerados para esta composição, conforme destacado. No período de coleta de dados, as equipes dos CRASs constituíam-se da seguinte forma

**QUADRO 4: Relação de Equipes de Referência nos CRASs**

<b>Identificação do CRAS</b>	<b>Profissionais com formação de nível superior</b>	<b>Profissionais com formação de nível médio</b>	<b>Famílias cadastradas (Referência Junho/2018)</b>	<b>Recomendação da NOB-RH/SUAS para Municípios de Médio, Grande, Metrópole e DF</b>
<b>Areal</b>	1 assistente social coordenadora; 2 assistentes sociais 2 psicólogas	6 educadores Sociais 1 Apoio Administrativo	<b>5.659</b>	<p>A cada 5.000 famílias referenciadas<sup>25</sup></p> <p>4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.</p> <p>4 técnicos de nível médio</p>
<b>Centro</b>	1 assistente social coordenadora 2 assistentes sociais 2 psicólogas 1 pedagoga	7 Educadores Sociais 1 Apoio Administrativo	2.248	
<b>Fragata</b>	1 psicóloga coordenadora 2 assistentes sociais 2 psicólogas	1 Educador Social	<b>7.176</b>	
<b>São Gonçalo</b>	1 Coordenadora 3 assistentes sociais 2 psicólogos	3 Educadores Sociais 1 Apoio Administrativo	3.174	
<b>Três Vendas</b>	1 assistente social coordenadora 4 assistentes sociais 2 psicólogas	7 Educadores Sociais 1 Apoio Administrativo	<b>6.683</b>	

**FONTE:** Elaboração da autora a partir dos dados da pesquisa e da NOB-RH/SUAS (2009), 2018.

<sup>25</sup> É aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados. A unidade de medida “família referenciada” é adotada para atender situações isoladas e eventuais relativas a famílias que não estejam em agregados territoriais atendidos em caráter permanente, mas que demandam do ente público proteção social.

A partir destes dados pode-se afirmar que alguns CRASs contam com equipes de referência conforme orientações da NOB-RH/SUAS, entretanto estes profissionais, principalmente no caso dos profissionais de nível médio, fazem parte das equipes dos SCFV, e alguns destes estão localizados fora do prédio do CRAS, como é o caso do CRAS Areal (SCFV Dunas funciona na comunidade do Bairro Dunas), CRAS Centro (SCFV em funcionamento compartilhado no prédio da unidade e outro localizado na comunidade Castilho), e ainda, o CRAS Três Vendas (dois SCFV que funcionam em outro espaço: SCFV Santa Cecília, no Bairro Santa Terezinha e o SCFV Pestano na comunidade do Bairro Pestano). Estes serviços são vinculados e coordenados pelos respectivos CRAS.

Desta forma, embora alguns CRASs tenham equipe em conformidade com as orientações em parte, observa-se grande dificuldade na execução das atividades, programas e serviços do CRAS, pois um mesmo profissional acaba atendendo diferentes demandas, salientando que o técnico de referência do SCFV atende, também, as famílias do PAIF, realiza grupos, atendimentos individualizados e visitas domiciliares, que não necessariamente correspondem ao SCFV.

É fundamental observar que há uma contradição entre a gestão local e o proposto na própria Norma Operacional, pois no cotidiano é justificado o tamanho das equipes como sendo a equipe mínima exigida, o que como já assinalado, não corresponde a concepção da NOB-RH/SUAS.

Ainda observou-se que o número de famílias cadastradas no CRAS Três Vendas (6.683 famílias), no CRAS Fragata (7.176 famílias) e no CRAS Areal (5.659 famílias) supera a orientação da NOB-RH/SUAS quanto a constituição das equipes e o número de famílias referenciadas. Além da extensão territorial dos equipamentos em questão, outro fator que contribui para o elevado número de famílias cadastradas no CRAS é a existência do funcionamento conjunto do Cadastro Único. Destes três destacados, aqui, todos possuem na unidade, funcionamento conjunto do Cadastro Único, com equipe de referência própria para a realização do cadastramento, o que significou para algumas comunidades uma facilitação do acesso ao CadÚnico, que até então era



realizado somente na sede da SAS, no centro da cidade<sup>26</sup>. Além disso, as mudanças estabelecidas para a concessão e manutenção do BPC com a publicação do Decreto nº 8.805/2016, que tornou obrigatória a inclusão de requerentes e beneficiários no Cadastro Único, potencializaram o aumento na procura pelo CRAS.

Como apontado, embora as equipes do CadÚnico no CRAS sejam próprias, compreendiam geralmente um cadastrador e em alguns casos, um profissional de apoio administrativo somente. Isto resultou em um acumulado de demanda por acesso ao CadÚnico, e em algumas unidades logo nos primeiros meses de funcionamento da descentralização o sistema de agendamentos, por exemplo, esgotou sua capacidade de atendimento, resultando que em Abril/2018 os agendamentos ultrapassavam o mês de agosto/2018. E, assim, novamente a questão da estrutura de funcionamento dos serviços acaba atingindo o acesso a direitos e serviços. Convém ressaltar, que o acúmulo de demandas também está associado ao agravamento da situação econômica da população de referência para a PAS.

Situação semelhante corresponde ao atendimento às demandas dos usuários. A pesquisa, que embasa este trabalho, direcionou parte de análise dos resultados obtidos, nas entrevistas para o conhecimento das demandas recebidas, atendidas e latentes a partir da visão das assistentes sociais participantes<sup>27</sup>, compreendendo ser este um aspecto relevante para análise do

---

<sup>26</sup> Neste ponto, a descentralização do CadÚnico melhorou, em parte, o acesso da população, pois anteriormente para uma família realizar a inscrição em programas sociais, deveria buscar primeiramente o CRAS de referência do território, receber atendimento com orientações técnicas sobre os programas, e aguardar a data de atendimento a ser prestado no Setor de Cadastro Único na sede da SAS, localizada no centro da cidade. Isto implicava, além do maior dispêndio de tempo para obter o Cadastro, em grande dificuldade de deslocamento, para algumas famílias sem condições financeiras de pagamento de transporte coletivo, pois os CRASs não contam com auxílio de transporte para deslocamento dos usuários.

<sup>27</sup> Como estratégia de manutenção do sigilo das profissionais participantes da pesquisa, foram utilizados nomes fictícios para referência as entrevistadas. Levando em consideração a epígrafe da presente tese, correspondente a fala de uma das assistentes sociais participantes, que estabelece o trabalho cotidiano como “uma gota para apagar o fogo”, e o espaço sócio-ocupacional do CRAS, como uma “pequena lagoinha”, optou-se por atribuir a cada profissional participante o nome de uma Lagoa ou Lago brasileiro. A saber: Lago Guaíba, Lago Paranoá; Lagoa Mercedes; Lagoa Castelo, Lagoa Araras, Lagoa Paraíso, Lagoa Misteriosa, Lagoa Conceição e Lagoa Araruana. Esta representação busca de forma simbólica evidenciar o papel fundamental que cada lagoa exerce em sua localidade, da mesma forma, que cada profissional, comprometida com o PEP e com a defesa da classe trabalhadora, representa um papel fundamental no seu espaço sócio-ocupacional.

trabalho nos CRASs, e os desafios relacionados ao PEP. Para isso, considerou como demandas recebidas aquelas apresentadas pelo/as usuários/as na busca de atendimento no CRAS ou encaminhadas por outros serviços e/ou políticas sociais, mesmo que não relacionado diretamente a PAS, mas que tem implicações na vida da população; Demandas atendidas as quais o CRAS consegue de alguma forma promover o atendimento, seja na própria unidade, seja por meio de encaminhamentos à outros serviços e/ou políticas públicas. E por último, as demandas latentes, como aquelas identificadas pelas profissionais, mas que não são tidas diretamente pelos/as usuários/as.

O Quadro 5 apresentado a seguir, apresenta de forma sistematizada, as principais demandas recebidas e atendidas, identificadas pelas assistentes sociais entrevistadas.

**QUADRO 5: DEMANDAS RECEBIDAS E ATENDIDAS NOS CRASs, SEGUNDO A PERCEPÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS**

Identificação da entrevistada	Demandas recebidas e latentes	Demandas atendidas
<b>Guaíba</b>	<b>Alimentação</b> - moradia- segurança – transporte- documento- CadÚnico- benefícios- acesso à educação	Alimentação em parte, inclusão no Cadúnico e PBF, documentação, benefícios em parte
<b>Paranoá</b>	Benefícios, BPC, PBF, acesso a direitos	Alimentação, Cadúnico, documentos, benefícios
<b>Mercedes</b>	<b>Alimentação</b> , habitação, saneamento, violência, falta de escola, falta de acesso às UBSs, assistência, cadastro único	Alimentação em parte, cadastro único
<b>Castelo</b>	Emprego, auxílio para a satisfação de necessidades básicas, oficinas, SCFV, BPC, PBF, <b>alimentação</b>	Alimentação, SCFV, Cadúnico, atendimento e acolhida
<b>Mirim</b>	Violência, <b>fome</b> , educação, habitação	Alimentação, atendimento, encaminhamento para benefícios
<b>Araras</b>	Violência, Programa Minha Casa Minha Vida, documentação (RG, CPF, Certidões, ...), benefícios eventuais ( <b>alimentos</b> , roupas), cadastro único	Benefícios eventuais, documentos, Cadastro único e PBF
<b>Paraíso</b>	Evasão escolar, desemprego, falta de formação profissional, PBF, BPC, <b>sacola de alimentos</b>	Alimentação, inclusão no Cadúnico, direitos sociais como saúde e educação, benefícios do INSS
<b>Mundaú</b>	Oficinas, atividades, <b>benefícios eventuais</b>	Benefícios, inclusão em programas sociais
<b>Misteriosa</b>	Extrema vulnerabilidade social, falta de habitação, <b>alimentação</b> , desemprego, saúde mental, oficinas, aquisição de documentos, acesso ao emprego, acesso aos programas sociais	Alimentação, documentos, acesso a programas sociais, benefícios
<b>Conceição</b>	<b>Alimentação</b> , emprego, moradia, benefícios	Atendimento individualizado, acolhimento no CRAS, alimentação e benefícios
<b>Araruana</b>	Moradia, <b>alimentação</b> , violência, benefícios	Alimentação e benefícios

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados da pesquisa, 2018

Dentre as demandas recebidas com maior ocorrência estão respectivamente, Alimentação, Habitação, Programas Sociais como o PBF, inclusão no CadÚnico, acesso à educação, acesso à documentação civil e acesso a trabalho e renda.

No caso da alimentação, ou conforme identificado na Tipificação, benefício eventual de vulnerabilidades temporárias (LOAS, 2011), o benefício é entregue às famílias no município de Pelotas pelo Plantão Social, localizado junto a SAS. Embora o Plantão Social realize atendimentos, orientações e encaminhamentos para os usuários que buscam o serviço de forma emergencial, a provisão do benefício eventual é realizado nos CRASs, mediante avaliação técnica da situação familiar, sendo todos os CRASs tem uma cota mensal – que no momento da pesquisa equivalia a “70 sacolas para cada serviço – para atendimento à população do território. Adotou-se esta estratégia de provisão deste benefício eventual como estratégia de garantir um atendimento continuada às famílias que buscam o recurso, levando em conta ainda, a localização do CRAS no território<sup>28</sup>.

Embora este seja um benefício eventual para situações emergenciais, ele corresponde ao direito social ao alimento que é básico para todo/ cidadão/ã, porém a composição da chamada “sacola” não corresponde a necessidade básica alimentar de uma família, dependendo do número de integrantes. Como ressaltado na fala de umas das assistentes sociais

A questão da sacola nos últimos tempos, como aumentou a demanda, é impressionante. Hoje, a gente entregou 20 encaminhamentos para sacola dos 70 mensais que temos. Isso é horrível, porque tu te pega justificando, selecionando, por que na

---

<sup>28</sup> A provisão dos benefícios eventuais no município de Pelotas ainda constitui-se como desafio, pois não existe regulamentação municipal sobre os benefícios eventuais previstos na PNAS, sendo inclusive o Auxílio Funeral provisionado pela Secretaria de Saúde, por meio da Central de Óbitos, que orienta os usuários sobre o funcionamento do benefício. No caso da “sacola” de alimentos, mesmo com as estratégias implementadas como forma de reduzir os deslocamentos das famílias e a necessidade de expor a demanda a diferentes profissionais, ainda são muitos os relatos de usuários sobre condutas de constrangimento e preconceito sofridos na “peregrinação” pela efetivação do acesso ao direito de alimentação.

semana que vem, tu pega aqueles casos, em que tu tens que fazer uma vaquinha, em situações extremas, ou ligando para igreja. Como eu vou deixar essa pessoa sair daqui, sem nada? A gente cai na armadilha de tentar espichar a sacola para ela chegar ao final do mês, e para isso, esses dias, eu me peguei numa situação assim, e disse que não vou mais fazer isso, porque daqui há pouco tu está de fiscal, que nem polícia investigando a família. Como nós, enquanto assistentes sociais que estamos aqui para defender a classe trabalhadora, vamos negar o acesso a um direito social que é a alimentação, por que estamos negando, e como que faremos avaliação de necessidade? Hoje, uma técnica atendeu das 10h até umas 15 h cerca de 15 pessoas, todas sem renda. Ela me disse: - o que eu vou fazer? Que critério utilizar? (MIRIM).

Em segundo lugar, o método de avaliação socioeconômica utilizado cria certas armadilhas tanto para o exercício profissional, quanto para os serviços do CRAS. O número limitado de benefícios acaba obrigando os/as profissionais a optarem entre recorrer a estratégias informais (doações de igrejas, vaquinhas), ou a dividirem recursos que já são insuficientes. O que, ainda acaba impondo ao/a profissional a *necessidade* de avaliar a concessão, da necessidade de acesso à alimentação dos/as usuários/as. Desta forma, é “mantida a perversa lógica”, com chancelamentos técnicos, que (des)qualificam e “classificam”, validando, ou não, as vozes vítimas da desigualdade social” (FONSECA, 2010). Este procedimento fortalece as concepções de PAS como assistencialismo e ajuda, e conseqüentemente, afasta a concepção de direito social reclamável por parte dos/as usuários/as.

Cabe ainda analisar, em relação as demandas, a diferente percepção por parte das profissionais entre as demandas recebidas e as atendidas. Evidenciou esta análise que grande parte das demandas dos/as usuários/as que buscam atendimento no CRAS são atendidas de forma parcial, ou não são atendidas, como por exemplo, as situações de violência e as solicitações por condições de moradia da população referenciada. Parte destas demandas, embora não correspondam diretamente ao CRAS, evidenciam as necessidades da população usuária da PAS e, portanto requerem alguma intervenção do CRAS. Porém, com o retrocesso vivenciado, principalmente após 2016, tornam-se cada vez menores os recursos e programas disponíveis, como no caso dos programas e projetos sociais relacionados à moradia e habitação. No período da coleta de dados da pesquisa, não havia no município nenhum

programa em andamento que possibilitasse acesso ao direito à moradia, sendo esta uma das maiores demandas dos/as usuários/as que buscavam o serviço do CRAS.

Esta relação entre demandas recebidas e atendidas, evidencia um processo de distanciamento dos programas e serviços oferecidos pelas políticas sociais, perante as necessidades dos/das usuários/as. Tal fato, remete ainda, para a necessidade de avaliação e monitoramento das necessidades da população, o que no caso da PAS, é atribuição da Vigilância Socioassistencial, que até o momento não tem sua implementação no município de Pelotas, ou seja, não existe de forma estruturada um processo de monitoramento e avaliação das necessidades da comunidade para a construção e proposição de programas e projetos para fortalecimento da PAS de forma efetiva e resolutiva.

Considerando o exposto é possível afirmar, que ainda existem avanços necessários e entraves na execução da PAS no município, que tem resultantes diretos no trabalho dos/as assistentes sociais nos CRASs, assim como nas demais políticas públicas.

O conhecimento do trabalho do/a assistente social no âmbito da presente tese, requereu o conhecimento acerca de quem são estes profissionais atuantes na Proteção Social Básica do SUAS, que será objeto do próximo item.

### 3.3. Caracterização das Assistentes Sociais atuantes nos CRASs em Pelotas

O Serviço Social e a Assistência Social têm em sua história relações diretas, tensões e contradições desde seu surgimento até o contexto atual. Se no surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, alunos do curso caracterizavam-se em sua totalidade por mulheres, hoje mesmo com os

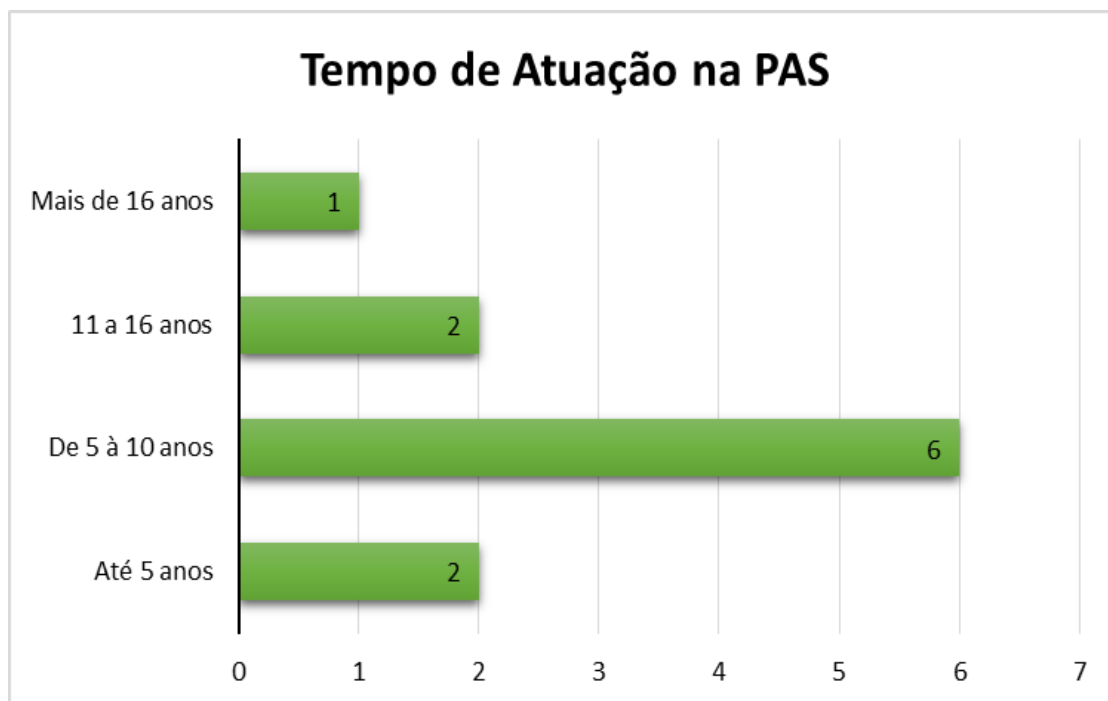
avanços na profissão, ainda está caracterizada por profissionais majoritariamente mulheres. Em pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2004, as mulheres representavam 97% dos profissionais ativos, e os homens apenas 3% do total de profissionais (CFESS, 2005). Mesmo com a expansão nos cursos de Serviço Social e o conseqüente aumento de profissionais, as mulheres ainda representam a maior parte dos profissionais. Esta característica foi destacada na pesquisa, pois todas as participantes são mulheres situadas em diferentes faixas etárias.

Dentre as profissionais entrevistadas observa-se que todas fazem parte do quadro efetivo de servidores, das 11 entrevistadas, nove com regime Estatutário e uma em regime Celetista<sup>29</sup>. Todas ingressaram no serviço público por meio de concurso público, inclusive a profissional em regime celetista, que tem seu enquadramento neste regime devido ao tempo de carreira. Cabe destacar que, no momento da coleta de dados, não havia na composição das equipes técnicas dos CRASs, servidores em cargos comissionados ou temporários.

Outro fator importante evidenciado neste estudo, corresponde ao tempo de atuação das assistentes sociais na PAS, destacado a seguir no Gráfico 1.

---

<sup>29</sup> O regime jurídico Estatutário é regido por estatuto próprio, no caso o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pelotas, na forma da Lei 3008/1986, alterada pela Lei 5270/2006. Porém existem servidores com maior tempo de trabalho, que estão vinculados ao Regime Jurídico amparado pelas Consolidações das Leis do Trabalho (CLT).

**Gráfico 1: Tempo de Atuação das Assistentes Sociais na PAS**

**Fonte:** Elaboração da autora a partir dos dados da pesquisa, 2018

A maior parte das participantes da pesquisa, atuam na PAS há mais de 5 anos. Sendo que das entrevistadas 2 afirmaram ter sua experiência profissional desenvolvida somente na PAS, não tendo atuado em outras políticas sociais ou outros espaços sócio ocupacionais, e as 9 demais, informaram experiência em outras políticas sociais.

Quanto à formação profissional das assistentes sociais participantes deste estudo, oito tiveram sua graduação na modalidade presencial e três na modalidade EAD. Sobre o avanço dos cursos EAD e as implicações desse modelo de ensino, existem alguns estudos (CHAGAS, 2016; PEREIRA, 2007a, 2007b, 2008 e 2010; BOSCHETTI, 2015). Um dos pontos de análise destacado pelas autoras, corresponde ao movimento de expansão neoliberal ao longo dos anos 1990, com pactuações e acordos internacionais de reformas neoliberais propostos pelo BM<sup>30</sup> e o FMI e adotados por diferentes países, inclusive o

<sup>30</sup> O relatório do Banco Mundial (1995), que incita seis reformas essenciais para a educação em países em desenvolvimento, influencia o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo MEC em abril de 2007. Os três documentos analisados apresentam um



Brasil, como o caso do Consenso de Washington. Acordos que resultaram basicamente na mercantilização de direitos sociais, como a educação, a saúde e a própria assistência social.

Esse processo de mercantilização da educação, principalmente do ensino superior, resultou conseqüentes na qualidade do ensino oferecido e a precarização das relações de trabalho, atingindo neste aspecto principalmente os/as professores/as. Deste modo, o processo de mercantilização acarretou em um empobrecimento do processo de ensino e formação profissional, pois

Sob a bandeira da democratização do ensino superior, as políticas educacionais das últimas duas décadas privilegiaram a privatização e o sucateamento das Universidades Públicas, ao passo que incentivaram a abertura de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e, em seguida, a explosão da modalidade de Ensino a Distância (EAD). A privatização da educação superior acompanhou um rebaixamento da qualidade desta esfera de ensino. Ampliou-se a abertura do mercado para a criação de instituições de ensino não universitárias, que não oferecem pesquisa e extensão, mas centralmente cursos de curta duração e/ou a distância (CHAGAS, 2016, p. 45)

Ou seja, esse movimento de mercantilização propiciou um aumento significativo de instituições com visão de mercado, distantes muitas vezes da lógica do ensino superior de produção de conhecimento, articulando ensino, pesquisa e extensão, que proporciona ao/a aluno/a, no caso específico do Serviço Social, a possibilidade de formação profissional de forma crítica, propositiva, interventiva e transformadora. A educação profissional abandonou seu aspecto de formação, propriamente dito, pela execução de formação de

---

alinhamento quando ao seu conteúdo, no sentido que a atual política pública de educação do Brasil segue as diretrizes, estratégias e prioridades para a educação contidas no documento do Banco Mundial. O PDE e o PNE são documentos que emergem em sintonia com o do Banco Mundial, numa visão economicista da educação, com foco no resultado e não no processo social da educação. O relatório do Banco Mundial tem como fio condutor “foco nos resultados”, perpassando por três aspectos: análise econômica, estabelecimento de normas e medição de cumprimento destas normas. O referido relatório, apresenta em seu texto expressões como: “enfoque Setorial”, “taxa de rentabilidade”, “relação com o mercado laboral ou em término de aprendizagem”, “Benefícios versus custos”, “Custos versus eficiência”, “conhecimentos para o emprego”. Desta forma, evidencia-se, conforme traduziu Saviani (2007, p.1253), em uma “espécie de pedagogia de resultados”, onde a educação torna-se um produto dentro da lógica de mercado, e a demanda que rege é a demanda das empresas.

acordo com os interesses de mercado, ao menor tempo, menor custo e maior rentabilidade.

Os reflexos do ensino EAD, na formação de assistentes sociais, têm demonstrado números significativos. Um exemplo na crescente expansão dos cursos à distância em Serviço Social foi evidenciado no trabalho de Boschetti, que aponta que a formação em Serviço Social através desta modalidade

[...] concentra o terceiro maior contingente de matrículas nos cursos de graduação a distância, conforme Censo do Ensino Superior, depois de Pedagogia e Administração: Pedagogia concentra 34,2% das matrículas em EAD; Administração responde por 27,3%; Serviço Social, por 8,1%; Letras vem em seguida, com 5,9%; Ciências Contábeis fica com 3,6%; Matemática, com 2,8%; Ciências Biológicas na sequência, com 2,3%; História, com 2,0%; Comunicação Social, com 1,9%; e Ciências Ambientais apresentam 1,6% (2015, p. 645).

Na atualidade a formação EAD em Serviço Social representa a terceira maior oferta de vagas nesta modalidade de ensino. A autora destaca ainda que

Essa expansão atinge diretamente o Serviço Social, que saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e 150 mil em 2015, ou seja, em nove anos (2006-2015) alcançou um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006) (BOSCHETTI, 2015, p.646).

O impacto quantitativo e qualitativo desta modalidade de formação na categoria tem sido significativo. Aliado aos pontos ressaltados anteriormente, de formação ao menor custo e tempo para o mercado, ao afastamento do ensino da pesquisa e extensão, que permitem a formação de um profissional crítico e propositivo, tão caro ao Serviço Social, cria espaço para a reprodução do pensamento conservador na prática.

No âmbito desta pesquisa, o reflexo deste modelo de formação fica evidente no discurso adotado pelas profissionais, a concepção de usuário da PAS, e as categorias utilizadas, como: “os destituídos”; “acolhimento psicossocial”; “capacitando os indivíduos para a vida e convivência em

sociedade”, que foram usadas durante as entrevistas da pesquisa. Essas categorias destacadas, remetem a categorias utilizadas pelo Serviço Social, antes do Movimento de Reconceituação, e, portanto do Projeto Profissional de Ruptura. Ou seja, distantes do Projeto Ético-político do Serviço Social. O próprio reconhecimento do papel profissional com a “capacitação de indivíduos” remete a ações de conduta moral, de ensinamento sobre a conduta ideal, e por fim ao discurso de culpabilização do usuário pela condição de “desajustamento”. Trabalho que não corresponde ao proposto e preconizado no Código de Ética da Profissão.

Esses determinantes no trabalho do/a assistente social no contexto do CRAS relacionadas ao Projeto Ético-Político são pontos de análise do capítulo a seguir.

#### 4. O trabalho do/a profissional de Serviço Social na PAS: entre manutenções e rupturas

##### 4.1. Procedimentos usados pelos assistentes sociais no CRAS: o risco do imediatismo

O trabalho do/a assistente social é composta por dimensões que se inter-relacionam e se complementam, a saber: a dimensão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A dimensão técnico-operativa é aquela que permite a identificação ou representação do *modo de ser* da profissão (SANTOS *et al*, 2012). Segundo Santos (2002) o termo “dimensão” remete às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais.

No trabalho do/a assistente social as dimensões se materializam na

{...} teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política)” (SANTOS, 2013, p. 26).

Desta forma, pensar o trabalho profissional, requer o conhecimento da totalidade que envolve o trabalho, os elementos constitutivos, as condições de trabalho, os componentes éticos e o projeto profissional. Não podendo a dimensão técnico-operativa ser reduzida apenas a instrumentos e técnicas. É necessário compreender as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, como necessárias no cotidiano para análise da realidade e de suas demandas, e alternativas de ação por meio de valores e finalidades, bem como seus conseqüentes (Idem).

A partir do exposto, para pensar o trabalho do/a assistente social é necessário a compreensão de sua expressão através de ações interventivas, investigativas e formativas. Interventivas constituindo o conjunto necessário de procedimentos e técnicas para a atuação frente as demandas apresentadas, articulada a ações investigativas, que se traduzem na necessidade de pesquisa, estudo e de conhecimento da realidade no contexto micro e macro, e como resultante de uma ação vinculada a ideais ético-políticos, traduzidos em ações conscientes, críticas e competentes. Ou seja, “as ações expressam as concepções teórico-metodológica e ético-política do profissional, mesmo que ele não tenha clareza de suas concepções e de seus valores” (SANTOS, 2013, p. 26).

Em concordância com a análise da autora, enfatiza-se ainda que,

É na articulação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões da intervenção profissional que é possível materializar em ações, as concepções teórico-metodológica e ético-política que orientam o profissional. Neste sentido, a escolha dos instrumentos e técnicas está intimamente relacionada aos objetivos e às finalidades da profissão. Desta forma, destacamos o cuidado necessário aos profissionais para não caírem na supervalorização dos instrumentos com um fim em si mesmo (Idem, p. 27-28).

Essa percepção pode ser exposta na tratativa das demandas apresentadas aos/as assistentes sociais no cotidiano, que são expostas de forma fragmentada e com necessidade de resolução imediata. Como afirma Santos (2012), se o profissional não consegue perceber/analisar a demanda além da forma aparente na qual se apresenta, não conseguirá apreendê-la na sua essência, resultando “em uma utilização do instrumental técnico-operativo de modo conservador [...]” (Idem, p. 21).

Sobre os instrumentos utilizados no trabalho desenvolvido no CRAS, há um importante destaque feito por Muniz (2011), afirmando que muitos deles são comuns entre as diferentes profissões que compõem as equipes, como a entrevista, a reunião, a visita domiciliar entre outros, sendo que as

particularidades profissionais são evidenciadas através dos saberes específicos.

Ou seja, a abordagem a ser utilizada pelo/a psicólogo durante uma entrevista ou reunião, é diferente da abordagem de um/a assistente social, ainda que no mesmo espaço. Portanto, “a ênfase, reiteramos, não é atribuída aos procedimentos, mas as aquisições dos usuários e aos impactos produzidos na sua convivência, na sua autonomia, nas suas condições de vida, na sua cidadania” (MUNIZ, 2011, p. 96).

Ao questionar as assistentes sociais sobre como ocorre o desenvolvimento de sua atuação no CRAS, e a identificação dos principais instrumentos utilizados, nota-se em suas respostas que mesmo em diferentes territórios, a base do trabalho desenvolvido apresenta um misto de procedimentos utilizados, como destacado nas falas de Araras, Paranoá, Mercedes, Paraíso, Mundaú, Misteriosa, Conceição, Araruana

O trabalho desenvolve-se através do acolhimento e escuta qualificada dos indivíduos e famílias, orientações e encaminhamentos, concessão de benefícios eventuais, visitas domiciliares, busca ativa das famílias, entrevistas individuais e coletivas, emissão de parecer social, reuniões técnicas, articulação e fortalecimento da rede local através de reuniões mensais, acompanhamento familiar, encaminhamento para a rede socioassistencial e outras políticas setoriais (ARARAS)

Atendimentos às famílias, acolhimento individual, encaminhamentos, estudo social, plano de atendimento, articulação com a rede, visita domiciliar, e ações comunitárias (PARANOÁ)

Acolhida, visitas, entrevistas; atendimento individual, encaminhamentos (MERCEDES)

Os atendimentos, visita domiciliar, encaminhamentos para a rede socioassistencial, acolhimento social e psicossocial, observação, entrevista, relatórios, fichas de cadastro, entre outros, articulação com a rede e demais políticas públicas. (PARAÍSO)

Atendimento individual (MUNDAÚ)

Planos de atendimento, encaminhamentos diversos, articulação com a rede e se necessário, visita domiciliar, atendimento individualizado (MISTERIOSA)

Atendimento individualizado (CONCEIÇÃO)

Vistas domiciliares, grupos, atendimentos individuais, articulação com a rede (ARARUANA)

Nota-se que algumas profissionais fazem identificação de utilização apenas do atendimento individualizado na sua atuação. Porém no restante das entrevistas, as mesmas profissionais relatam a participação em grupos, no SCFV, no acompanhamento do PAIF, visitas domiciliares e em articulações da rede intersetorial com demais políticas sociais. Este não reconhecimento de toda a instrumentalidade usada na sua atuação remete a um certo *estranhamento* em relação ao seu fazer profissional, que não permite que as próprias profissionais reconheçam como sendo integrantes do trabalho profissional de Serviço Social as ações que elas desenvolvem diariamente.

Interessante destacar que apenas Mirim inseriu a ação investigativa na adoção de procedimentos e instrumentos ao expressar que

O trabalho é realizado através de grupos, entrevistas, atendimentos individuais, encaminhamentos. Esses encaminhamentos podem parecer coisas simples, mas é a partir de todo um estudo que a gente faz daquela situação. Eu acho que, às vezes, a gente se descuida das questões teóricas, eu acho. A gente vai entrando na prática assim, mas é basicamente isso, a gente faz um estudo daquela situação. Atendimento pontual, é cansativo, não leva a muita coisa, para isso é plantão social, eu acho. (MIRIM)

A exposição feita por Mirim aponta para o apreender a necessidade de análise da demanda apresentada, e que o uso do instrumental, não pode ser reduzido a uma ação simplista e isolada, requerendo análise crítica amparada em referenciais teóricos e éticos. Destarte, remete a necessidade de conhecimento da realidade, estudo e consequente avaliação na execução de ações.

Nota-se que o trabalho desenvolvido nos CRASs pelas assistentes sociais, está pautada segundo observado nas falas das entrevistadas, na

resolução imediata das demandas, de forma pontual e fragmentada. Nenhuma das profissionais entrevistadas refere em seu cotidiano a utilização da pesquisa por meio de diagnósticos para subsidiar planos de trabalho, da mesma forma que não ocorre a sistematização das ações desenvolvidas pelo profissional de Serviço Social. A falta de planejamento de ações, sem problematização do contexto local, da unidade, com limites e potencialidades, os equipamentos existentes no território e identificação de estratégias de articulação e trabalho conjunto, direcionam de forma latente um trabalho focalizado, sem possibilidade de análise crítica em um contexto macro.

Com base nessa concepção, o agir profissional deve ser antecedido pelo pensar sobre os valores que impregnam as ações do Serviço Social, sobre as respostas que a profissão vem dando às demandas postas e sobre as direções que orientam tais demandas. Ou seja, é necessário o conhecimento da profissão, de suas condições, possibilidades e determinações. São essas reflexões que orientam alternativas de ações e a escolha pelos instrumentos e técnicas da intervenção (SANTOS, 2013, p. 30).

Do mesmo modo, que as ações imediatistas fortalecem discursos sobre o distanciamento entre teoria e prática, como se na atuação cotidiana, o/a assistente social abandonasse a dimensão teórico-metodológica, e numa análise residual, pautasse sua ação apenas na execução de instrumentos e técnicas com imparcialidade, de forma neutra.

Ora, o processo de investigação compreende principalmente as competências profissionais, expostas no Código de Ética da profissão, como a compreensão do significado social da profissão e seu desenvolvimento sócio histórico, identificação das demandas presentes na sociedade, formulação de ações e políticas subsidiadas em pesquisas, realização de visitas, pareceres e informações sobre matéria de Serviço Social, e identificação de recursos (CFESS, 2011).

No questionamento sobre a análise do trabalho desenvolvido, e sua relação entre teoria e prática, e o PEP, Mercedes aponta que



Às vezes a gente acha que as demandas são tão grandes e tão urgentes, e que tu tens é que resolver aquele dia a dia. Mas, tem muita relação. Às vezes, é muito tapa buraco. O fluxo é muito grande, e aí esta análise, tu não consegue fazer. Às vezes, tu até esquece. Mas tem muita relação. Quando tu consegue parar e pensar, tu consegue perceber. (MERCEDES)

O Serviço Social não é, e não pode ser neutro em seu trabalho, pois ao fazer opção no PEP pela defesa da classe trabalhadora, adotou de forma clara posição na luta de classes, mesmo que esteja inserido em um contexto de mediação entre interesses do Estado e da população atendida. Não é possível conceber o trabalho profissional pautado no PEP como associada aos interesses da classe dominante.

Segundo Sarmento, existem “novas configurações nos espaços de trabalho, nas formas deste e nas intencionalidades que são expostas” (2013, p. 3), porém alerta que “esta indicação acerca do trabalho e das formas de pensar sobre ele seguem as condições sociais e históricas em que os indivíduos vivem, isto é, a forma como executamos e a maneira como pensamos” (Idem).

Há que se fazer de forma competente um conjunto de procedimentos que sejam articulados entre si, isto é, técnicos (no sentido de saber fazer e conduzir tecnologia e conhecimentos); políticos (tomar posição e fazer escolhas na articulação de sujeitos e movimentos sociais); teóricos (capacidade de análise, compreensão e projeção); ético (não basta querer, é preciso saber o que se quer conhecer os fundamentos dos princípios e valores que norteiam nossas ações, tais como igualdade, justiça e liberdade).(SARMENTO, 2013, p. 5-6)

Fato é que no cotidiano do CRAS existem fatores determinantes<sup>31</sup> para execução de ações imediatistas e residuais. A dinâmica de trabalho do CRAS, é um destes fatores. Pois a chegada de um/a profissional para composição da equipe de referência do CRAS, geralmente ocorre em meio a falta de profissionais, ou ao excesso de demanda do território, o que resulta na necessidade de inserção imediata do/a profissional no atendimento ao público.

---

<sup>31</sup> Como fatores determinantes, entendem-se os fatores sociais, econômicos, políticos, históricos, que incidem diretamente sobre o trabalho profissional do/a assistente social, no contexto da reprodução das relações sociais capitalista.

Este movimento de entrada imediata de novos profissionais no atendimento prestado naquela unidade acaba produzindo e reproduzindo uma certa padronização das ações desenvolvidas. Por exemplo, se todos/as componentes da equipe fazem atendimentos individuais, visita domiciliar e encaminhamentos, automaticamente o/a profissional recém chegado imerge neste fluxo e nesta rotina da unidade. Ou seja, não são criadas as condições necessárias para o estudo e problematização do trabalho desenvolvido naquele espaço sócio ocupacional, e nem, para o planejamento das ações a serem desenvolvidas.

Outro aspecto relacionado a esta imersão diz respeito a personificação dos serviços, onde alguns profissionais atuantes há muito tempo naquele espaço, tornam o serviço de domínio privado, sem espaço para o novo, por acreditarem que já possuem uma apreensão total sobre a realidade, decorrente do longo período de tempo que atuam naquele local. Não se discorda do acúmulo teórico-prático de profissionais atuantes por longos períodos no mesmo espaço sócio ocupacional, ao contrário, evidencia-se que a construção de laços de confiança e vínculos entre estes profissionais com os usuários pode ser potencializada. Entretanto, é importante analisar que o domínio de um/a profissional como detentor de conhecimento sobre a realidade, com estranhamento e resistência ao novo, à transformação, pode ocasionar o enfraquecimento das potencialidades do olhar de um/a profissional recém chegado no campo, com olhar crítico, sem vícios de rotinas de funcionamento, e conseqüente sentimento de acomodação e conformismo com a realidade.

No âmbito das relações estabelecidas entre as assistentes sociais dos CRASs com outros serviços, com o território e com a população usuária da PAS é importante destacar a adoção de estratégias de articulação intersetorial com equipes de outros serviços existentes no território.

Dos cinco CRASs integrantes da pesquisa, em quatro deles, as profissionais afirmam ser as reuniões de rede e a interlocução com outros serviços, fundamental instrumento de atuação profissional<sup>32</sup>. Sendo que, além

---

<sup>32</sup> Resgato aqui, estudo realizado em 2014 sobre a intersetorialidade na PAS em Pelotas, (DRAVANZ, 2014), onde foi possível identificar práticas incipientes naquele momento, com

de contatos e reuniões para discussão de casos sempre que a equipe julgar necessário, as unidades realizam reuniões de rede mensais com serviços da PAS, da saúde, educação, sistema de garantia de direitos, como Ministério Público e Conselho Tutelar, além de ONG's, Brigada Militar e Serviço Social da Previdência Social. E, sobre este instrumento foram feitas considerações nas entrevistas, conforme exemplificado a seguir:

Faz dois anos que temos reunião de rede, muito fortalecida, mas tem um grave problema, a saúde não adere. As UBS principalmente, CAPSai, não apareceram este ano, Conselho tutelar não aparece. O resto fortalecido, as escolas principalmente. (MERCEDES)

A gente se utiliza dos serviços de outras políticas. A gente tem uma parceria com a UBS, estamos alinhando uma parceria com a UFPel, com o curso de música, temos já uma parceria com o Curso de Letras, que é uma atividade de contação de contos, além das reuniões de rede mensais, onde se discutem casos, e inclusive se fazem planejamentos de ações conjuntas, se necessário até são elaborados documentos da rede, solicitando intervenção de outro órgão. (GUAÍBA)

Estas ações de fortalecimento de uma atuação intersetorial expõe o avanço na construção de uma PAS vinculada a lógica do direito, da construção de ferramentas de acesso a serviços e programas aos usuários. Do mesmo modo, permite o estabelecimento de vínculos institucionais que ultrapassem as barreiras da personificação dos serviços, pois as interlocuções se dão por meio de ações institucionais e não individuais.

No caso do Serviço Social, permite ações de fortalecimento da própria categoria profissional ao articular assistentes sociais atuantes em diferentes políticas, propiciando a troca de informações e conhecimentos, potencializando

---

pouca articulação e comunicação efetiva entre os serviços, mas que embora fossem muitos os avanços necessários para a efetivação da intersetorialidade, existiam ações desenvolvidas, mesmo que esporádicas, que poderiam resultar em uma articulação intersetorial constante. Estas ações evidenciam a importância do trabalho conjunto, articulado e construído entre diferentes setores, para assim responder a multidimensionalidade da questão social. O reconhecimento da intersetorialidade como uma ferramenta necessária para o atendimento ao usuário de forma integral permite o enfrentamento da fragmentação das políticas sociais, e consequentemente um melhora na qualidade do atendimento aos usuários. Assim, se observa na atualidade, grande avanço nas ações intersetoriais no contexto dos CRASs no município.

a formação continuada no trabalho e implicando na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Assim, embora seja evidente a existência de agentes limitadores<sup>33</sup> no âmbito do trabalho cotidiano no CRAS, como o excesso de demanda, a acomodação de alguns profissionais, entre outros, há também ferramentas, como a intersectorialidade, que permitem avanços.

Do mesmo modo, há de ter claro o imperativo de análise da totalidade que compreende o trabalho profissional, fatores internos e externos, devido a inserção da profissão no contexto social de reprodução das relações sociais. Neste contexto, o direcionamento da profissão pode ser analisado por meio das concepções latentes e existentes e o seu relacionamento com o Estado, com a própria população usuária e as demais profissões que compõem a PAS.

#### 4.2. Concepções manifestas e latentes sobre o trabalho no CRAS: entre crítica e a obediência

O trabalho do/a assistente social é constituída por diferentes instrumentos e técnicas, como analisado no item anterior. Essa instrumentalidade está amparada nas dimensões que compõe a profissão, como a dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que devem ser complementares umas às outras.

Entretanto, a construção do trabalho profissional enfrenta determinantes e tensionamentos internos e externos, que tem influência direta sobre ela. Assim, o/a assistente social “não dispõe de todos os meios necessários para

---

<sup>33</sup> Agentes limitadores entendidos como fatores que constituem limites na efetivação de um trabalho profissional transformadora amparada ao PEP, como exemplo no âmbito da pesquisa, as relações frente ao Estado, o número insuficiente de profissionais frente as demandas dos usuários, a escassez de recursos e a formação profissional.

efetivação do seu trabalho, sejam financeiros, técnicos e humanos, pois depende de recursos, programas e projetos” (SARMENTO, 2013, p. 4). Ainda assim, muitas vezes, no enfrentamento de tais determinantes, o profissional se vale de uma consciência crítica de análise da realidade para construção de alternativas de superação, destacando as concepções que conduzem a seu trabalho, sejam estas transformadoras ou limitadoras.

Para a complexa tarefa de buscar descobrir o direcionamento da profissão a partir do trabalho examinado, foram analisadas as concepções manifestas e latentes no trabalho desenvolvido nos CRASs. Sendo que as concepções manifestas expressam a percepção das profissionais entrevistadas nas questões relacionadas ao público referência do CRAS e na concepção de usuários da PAS, por exemplo. Já as concepções latentes entendem-se como aquelas provenientes da análise das falas das profissionais ao longo da entrevista, embora não estejam diretamente explicitadas na manifestação das entrevistadas.

Deste modo, a concepção das assistentes sociais sobre quem são os usuários da PAS e a concepção acerca do público referência do CRAS apontam aspectos importantes na identificação das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas manifestas no cotidiano.

A PAS, retomando rapidamente o já abordado anteriormente, é um direito de quem dela necessitar e um dever do Estado, conforme aponta a CF de 1988. O SUAS adota a concepção de usuário a partir de uma intencionalidade ética e política, pois tem como fundamento princípios da dignidade humana, democracia e cidadania entre outros, e tem como direcionamento a realização de direitos, tendo em vista a satisfação de necessidades, a autonomia e consequente emancipação social (MUNIZ, 2011). Portanto, o trabalho dentro do CRAS deve estar pautada em aspectos éticos e políticos inerentes a própria concepção desta política, mas também deve estar direcionada pelos fundamentos do PEP do Serviço Social. Considera-se, aqui, a concepção de usuário como um destes aspectos fundantes do trabalho profissional.

## A PNAS adota a concepção de usuário como

cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Ou seja, caracteriza como usuário qualquer pessoa ou grupo, que se encontra em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, na manifestação das diferentes expressões da questão social. Esta concepção se contrapõe a visão simplista e parcial de um público em situação economicamente excludente, em pobreza e extrema pobreza – mesmo que esta constitua-se, ainda, como a maior parte da população atendida pela PAS nos territórios. Da mesma forma, denota a responsabilidade como política pública de garantia e acesso à direitos, embora que de forma contraditória, na sua consolidação frente ao avanço neoliberal, tenha adotado programas de matriz focalizada na extrema pobreza.

Ao abordar a concepção ética da PAS, é importante o destaque feito por Muniz (2011), que a efetivação desta concepção só será concretizada mediante a exigência, de que gestores, conselheiros e trabalhadores se comprometam consciente e criticamente com ela (2011, p. 100). Assim, a conquista efetiva de autonomia e acesso a direitos sociais só será possível se houver comprometimento mútuo também dos trabalhadores, e no caso da presente análise, dos/as assistentes sociais. Ainda, esta construção de autonomia torna necessário que trabalhadores tenham visão de si mesmos como sujeitos de direitos, capazes de ação transformadora na sua realidade, e

por fim na construção de uma nova ordem societária, por meio da transformação social (MUNIZ, 2011, p. 101).

Na percepção das assistentes sociais entrevistadas a concepção expressa de usuários da PAS aproxima-se da concepção da adotada pela própria política, com destaque para as demandas que motivam os usuários na busca pelos serviços oferecidos pelo CRAS. Conforme destacado pelas respostas de Castelo, Mercedes, Mirim e Misteriosa

A primeira coisa que a gente pensa, é naquele que tem menos condição financeira, mas não necessariamente. Existem pessoas que tem condições, e faltam vínculos familiares, de comunidade, que também é nossa "clientela". Acho que é bem mais amplo do que a primeira visão que a gente tem, somente daquele que passa necessidade, vai muito mais além disso. Na verdade é todo mundo, por que tem gente que tem condições financeiras, mas faltam tantas outras coisas. (CASTELO)

Qualquer pessoa que precise da assistência social. Qualquer pessoa que procurar a assistência social a porta estará aberta. (MERCEDES)

O usuário da assistência, é a pessoa que chega para atendimento. O que muda são as demandas, que estes usuários vão trazer, mas são pessoas que necessitam desta política aqui. Às vezes, a gente nem vai resolver aquela situação, mas os usuários encontram o CRAS enquanto espaço que consegue compreender melhor, poder refletir sobre aquilo, pensar numa solução, num rumo, pois, às vezes, as pessoas chegam muito sem rumo. O CRAS ele é uma referência. Ainda que ele não consiga atender suas demandas, o CRAS é uma referência. (MIRIM)

É todo usuário que necessitar da PAS, independente da sua condição social. Todo usuário tem direito de ser atendido/orientado e se necessário encaminhado para acessar direitos sociais, que esteja necessitando. (MISTERIOSA)

São cidadãos de direitos coletivos que se encontram em situações de vulnerabilidades e risco social e pessoal, que acessam programas, projetos e benefícios da PAS. (CONCEIÇÃO)

Pessoas que estão dentro de uma faixa de renda menos favorecida, que tem seus direitos básicos inclusive, de alimentação, de moradia, de segurança, transporte violados diariamente, e que procuram acessar nosso serviço em busca de paliativos, ou tentativas de superação, acessando os recursos que a gente tem aqui. (GUAIBA)

Esta percepção de usuário como sujeito de direito, manifesto na fala das profissionais demonstra tentativas de ruptura com a matriz conservadora histórica, tão cara a Assistência Social e ao Serviço Social em si. Pois, busca romper com o paradigma da ajuda, da caridade, da bondade, na construção de autonomia da população.

A respeito da concepção de direito socioassistencial na PAS, enquanto política pública e como direito reclamável, a V Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2005, teve importante papel na construção de estratégias e metas de implementação da PAS e do SUAS. Dentre estas estratégias, importante destacar a deliberação do Decálogo de Direitos Socioassistenciais, pontuando dez direitos fundamentais no âmbito da PAS, sendo

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.
2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.
3. Direito de equidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.
4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.
5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.
6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a



ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.

7. Direito à Proteção Social por meio da intersectorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersectorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersectoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.

9. Direito ao cofinanciamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o cofinanciamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural.

10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade. (CNAS, 2005).

Esta concepção de direitos socioassistenciais vai ao encontro da concepção de usuário prevista na LOAS, da mesma forma em que fortalece a concepção de assistência social como direito exigível e dever do Estado, reconhece os espaços de participação popular como fundamentais na construção da política social. Desta forma, permite a implementação de uma política voltada ao atendimento às demandas dos usuários, enquanto sujeitos de direito.

O entendimento de necessidades além de uma visão de necessidades somente econômicas permite um movimento de análise crítica da realidade, e atuação nas potencialidades em conjunto com os usuários.

Para isto, requer um repensar do trabalho cotidiano, dos instrumentos e ações desenvolvidas. Repensar sobre que aspectos norteiam o trabalho profissional, quais os interesses e motivações compõem o jogo de forças na

qual ela está inserida. O que tem se evidenciado em um limite a ser superado no trabalho dentro dos CRASs. Desta forma, é possível identificar quais os significados deste trabalho, que podem se expressar, conforme Netto e Carvalho (2012) de forma utilitarista, apenas pelo gesto espontâneo, se limitar ao plano da afetividade, ou de forma crítica, profunda e global, num processo de reflexão e ação, com potencialidade transformadora.

Embora o reconhecimento dos avanços e consonância na concepção de usuários por parte das profissionais atuantes e a PAS, na efetivação do atendimento ao usuário ainda apontam-se movimentos contraditórios, como destacado anteriormente no caso da avaliação de provisão dos benefícios eventuais. Embora se adotem discursos pautados na transformação social e na conquista de autonomia, em alguns casos esse acesso a direitos esbarra em posturas policiais e fiscalizatórias por alguns profissionais.

Assim, foram observadas durante a aplicação da pesquisa ações fragmentadas, de seleção e triagem para acesso a programas e benefícios, principalmente. Esta conduta de seleção demonstra fatores históricos na política social brasileira no atendimento às necessidades da população, conforme já analisado por Netto e Carvalho

Sabemos que no caso brasileiro, o atendimento a estas necessidades é pulverizado e individualizado, requerendo sempre uma seleção ou triagem que confirme o mérito ou validade do pedido de atendimento. Esta seleção e triagem conduzem a um afunilamento da demanda, da qual são atendidos 5 a 10% dos solicitantes, mas que permite concretizar uma realidade, mesmo que ilusória, de atendimento (NETTO e CARVALHO, 2012, p. 54)

Portanto, o acesso aos benefícios ainda exige da população usuária a comprovação de sua necessidade, contrariando a própria concepção de usuário verbalizada nas entrevistas e a percepção da própria PAS como uma política pública da qual todo cidadão tem direito. Isto, de certa forma, ancora a reflexão sobre a inexigibilidade de alguns direitos, pela ausência de percepção destes como direito (SILVA, 2014).

Ou como expõe Bovolenta

Como a demanda se apresenta, por vezes, complexa, a concessão de cesta básica parece aliviar e confortar as adversidades vividas. Como o Estado se propõe a ser mínimo para a área social, prover alimentação, enquanto indispensável para a sobrevivência humana, parece ser o lenitivo necessário para que o indivíduo supere por si só a situação vivenciada. Por vezes, o que se observa é uma provisão pontual, isto é, o cidadão não é acompanhado ou mesmo encaminhado em suas necessidades aos serviços socioassistenciais complementares e necessários. (2017, p.509)

Embora se tenha claro que a necessidade de alimentação seja um direito fundamental à vida, não se trata de considerar o benefício eventual de alimentação/sacola de alimentos, como o vilão ou assistencialismo dentro da PAS. Trata-se de analisar quais são os fundamentos da relação estabelecida entre o/a assistente social e aquele usuário que necessita do alimento, e, ainda, quais são os meios acionados para atender aquela necessidade e como eles são interpretados para o usuário. Pois, se ao conduzir o atendimento para acesso à *sacola de alimentos*, não for observada a totalidade frente à demanda, de forma crítica e questionadora, o resultado será uma ação paliativa e imediatista, sem possibilidades de acesso aos direitos sociais, e o atendimento, materializado no recurso repassado, será considerado como um fim em si mesmo. Novamente destacando, não podem ser consideradas como problemas ou entraves ao trabalho profissional, as demandas e necessidades dos usuários. Mas sim, o direcionamento do atendimento, os instrumentos e técnicas utilizados, perante a demanda na relação com o usuário, se fundamentados por uma concepção crítica ou por uma concepção compensatória/benemerente.

Assim, é possível perceber o trabalho nos CRASs como este movimento contraditório de avanços e retrocessos, onde de um lado se observam conquistas relacionadas à PAS e ao papel do/a assistente social neste espaço, ao mesmo tempo em que muitos profissionais acabam, mesmo que com outras roupagens, introduzindo o conforto e o progresso, como fins em si mesmos (NETTO e CARVALHO, 2012). Este contexto do cotidiano profissional, merece atenção, pois expõe a manifestação no concreto do papel mediador dos/as assistentes sociais na relação população excluída e o Estado (Idem).

O papel do Estado no sistema capitalista é muito maior do que a aparência exposta no cotidiano. Guerra (2014), em sua obra sobre a instrumentalidade do Serviço Social, analisa a questão da razão e da modernidade, e os reflexos desta racionalidade sobre o Serviço Social. Em sua análise a autora contempla o processo de profissionalização do Serviço Social na sociedade capitalista, a reprodução das relações de produção para a manutenção do *status quo* e os reflexos deste processo no trabalho da profissão. Em um dos pontos da análise, Guerra chama a atenção acerca do papel do Estado, no conflito capital X trabalho. No âmbito da profissionalização do Serviço Social a autora sustenta que, a vinculação entre a força de trabalho profissional e o capital não tem uma relação direta, essa relação é mediada pelo Estado (2014, p. 213), ou seja, a solicitação da atuação do/a assistente social não parte diretamente do capital, senão do Estado capitalista.

Este processo cria as condições ideais para o distanciamento ou estranhamento da real posição que o/a profissional ocupa na divisão social e técnica do trabalho e do próprio contexto social.

Esta análise se sustenta a partir dos resultados do trabalho profissional no cotidiano. A partir da análise dos dados da pesquisa é possível apontar alguns aspectos, sobre a relação do/a assistente social e seu trabalho com o Estado como “demandante” da sua atuação.

Um ponto de análise se refere ao contexto contraditório vivenciado no cotidiano de intervenção, dentro do espaço sócio-ocupacional do CRAS. Onde é possível identificar que o/a profissional vive em uma espécie de crise entre a crítica e a obediência ao Estado. Movimento que traz à tona o papel do Estado não só como mediador, mas como articulador e executor de interesses da classe dominante.

No relato das entrevistas identificou-se que um dos fatores/limitadores pontuados diversas vezes pelas profissionais, corresponde a falta de estrutura e investimento do Estado nas políticas sociais, bem como a falta de serviços para atendimento às demandas da população que busca os serviços do CRAS, como apontado na fala de uma das entrevistadas.

Bom, acho que as principais dificuldades que dizem respeito a nós, a questão de recursos econômicos, para um funcionamento mais eficaz do CRAS. Temos falta de algumas coisas [...] nos investimentos, que em política de assistência social são cada vez mais precários. A gente também empobrece, nós como servidores, como trabalhadores do SUAS, também empobrecemos, por que os investimentos são cada vez menores. (GUAÍBA)

Porém, simultaneamente a esta fala, não foi possível conhecer ações que façam enfrentamento a esta falta de recursos e serviços. Nos CRASs participantes desta pesquisa, poucos executam projetos próprios ou que levem em conta a realidade do território. A execução dos serviços, dá-se unicamente através do predisposto na PAS, havendo situações onde nem a totalidade dos programas é contemplada e serviços que deveriam ser executados pelo equipamento do SUAS não são prestados. Cabe salientar, que existem diversos fatores, como a ausência de equipe adequada, falta ou precária estrutura física, ou ainda a extensão do território para um único CRAS ser referência. Estes são fatores que influenciam diretamente na execução dos serviços e no cotidiano de atendimento, porém não podem ser aceitos como determinantes que direcionem o trabalho e o (não)atendimento aos usuários.

Existe um paradoxo em parte de alguns profissionais, na espera que o Estado crie as condições adequadas para o trabalho profissional. Não estão sendo pontuadas aqui as condições de trabalho, pois se reconhece que o/a assistente social como trabalhador assalariado, está sujeito aos processos de precarização do trabalho. As condições de trabalho em debate neste ponto, dizem respeito a identificação, reconhecimento por parte do Estado, sobre as peculiaridades e particularidades do Serviço Social. Ou seja, entende-se que não é possível o/a assistente social esperar que o Estado, no contexto atual do capitalismo avançado, seja promotor de programas, projetos e serviços condizentes com a análise profissional pautada no PEP, criando em consequência, os meios necessários ao enfrentamento da exploração do capital. Aderir a esta expectativa de um trabalho profissional em um contexto de plenas condições para a sua materialização em conformidade com o PEP, no contexto atual, é negar o próprio PEP.

O contraditório desta visão, é justamente a identificação de num aparelho de Estado capitalista, existir a possibilidade de criação de meios de enfrentamento à exploração capitalista. É preciso compreender que é exatamente este processo contraditório e concreto, entre uma política proposta e um Estado por ela responsável e demandante do trabalho profissional, que cria movimentos entre as manutenções e rupturas do trabalho profissional, materializados na fala das entrevistadas, entre a lógica da “ajuda ao usuário” e o acesso a direitos sociais.

Movimentos bem elucidados por Montaño (2009), sobre a natureza do Serviço Social e as transformações e rupturas, a partir da inserção da profissão na era dos serviços. O autor afirma não haver uma relação entre continuidade (na ação) e ruptura (no significado social) entre a ajuda e a profissão (2009, p. 50), mas que existem semelhanças com aparência, na prática imediata, de continuidade, que não expõem em sua essência o real movimento de ruptura, no significado social, com práticas de filantropia e caridade (p. 50).

Ou seja, o trabalho do/a assistente social no contexto atual, carrega traços históricos da profissão, como a estreita relação entre ajuda e o direito, mas também desenvolveu ao longo do amadurecimento da categoria, concepções ideológicas e de resistência sobre as investidas do capitalismo, mas que esse movimento de ruptura tem seus limites, principalmente, pela condição de trabalhador/a assalariado/a do/a profissional.

Outra questão relevante, no processo contraditório ao qual o/a assistente social está inserido, envolve a auto percepção dos/as profissionais e sobre seu papel no cotidiano de trabalho.

Guerra (2014) destaca alguns determinantes na construção da auto representação dos/as assistentes sociais, a partir da inserção da profissão na esfera dos serviços

De uma parte, esta concepção obscurece as condições concretas que determinam a intervenção profissional, quais sejam, seu vínculo de assalariamento. Este vínculo de assalariamento, ao mesmo tempo que é resultante das funções sociais atribuídas ao profissional, interdita suas ações às funções para as quais sua força de trabalho

foi adquirida. Ao não se perceber como trabalhador assalariado, desprovido dos meios de produção, o assistente social pode acreditar na sua autonomia, que somente se explicita no plano jurídico-formal. Ao desconhecer tais determinações, gestadas pelas suas condições materiais de trabalho e que incidem sobre suas representações, os assistentes sociais tem limitadas as possibilidades de se perceberem como classe trabalhadora. [...] De outra parte, a intervenção profissional enquanto prestação de serviços, ao ser retirada do confronto direto entre capital-trabalho, tem obscurecida sua função política no interior dos antagonismos entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista. A consequência é o acobertamento da dimensão política, parte constitutiva da intervenção profissional, e, o que é mais significativo ainda, a inversão do real significado dos serviços contribui para a construção da autorepresentação dos profissionais como “agentes mediadores da justiça.” (GUERRA, 2014, p. 214-215)

Este movimento de acobertamento da dimensão política pode ser observado na análise do trabalho das assistentes sociais, quando por meio de ações paliativas e, por momentos não conseguindo superar a mera execução terminal de políticas sociais, fortalece práticas compensatórias, e distanciadas das lutas sociais, e do próprio processo histórico vivenciado pela profissão no Brasil. Mesmo as profissionais com discursos críticos, ao caracterizarem sua dinâmica de trabalho apontam estes indicativos, adotando uma postura de distanciamento frente às manifestações da questão social. O próprio entendimento dos limites da prática vinculados unicamente à via da ineficiência do Estado, é um ponto importante desta análise.

Conforme destaca uma das entrevistadas em sua crítica a gestão, sobre a possibilidade de uma ação transformadora/emancipatória do/a assistente social no CRAS,

Acredito que uma visão mais transformadora, exigiria um apoio muito maior dos gestores e isso reflete todo um viés ideológico, que corresponde a uma visão de mundo, que é diferente da nossa (GUAIBA).

Ou seja, ao mesmo tempo em que o trabalho se traduz em ações pontuais, aponta uma perspectiva de possibilidade de transformação, pautada

na necessidade de interpretação da totalidade, entendendo que este processo não depende somente dos/as profissionais.

Num movimento constante de tensões existentes no âmbito do trabalho profissional, vem à tona dois fatores determinantes das concepções latentes neste trabalho no CRAS.

Primeiro, o distanciamento da profissão com as lutas populares e ações de participação da população. Ao vislumbrar estratégias transformadoras, apenas uma das profissionais entrevistadas aponta a participação social como alternativa de luta e potencialidade de transformação. As demais remetem ao Estado, o papel de articulador e promotor destas transformações.

Guaíba ao ser questionada sobre os pontos positivos do/a assistente social no CRAS destaca

O assistente social é um defensor dos direitos. O aspecto positivo do assistente social, até pelo seu projeto ético-político é estar ao lado das populações que precisam, que tem seus direitos violados. Então, acho que este é um aspecto muito importante dentro da nossa profissão. É justamente com este alinhamento à estas questões populares que a gente pode de alguma forma pode contribuir para minimizar no espaço micro, dentro de uma visão macro. Os assistentes sociais são lutadores, batalhadores pelos direitos (GUAIBA)

Embora se possa deduzir que a assistente social Guaíba tem clareza sobre a opção da profissão em seu PEP, de defesa da classe trabalhadora, a reflexão denota, ainda, grande responsabilidade da profissão na efetivação de direitos sociais, o que não pode ser considerado possível em um contexto macro. Corroborando com o pensamento de Netto e Carvalho (2012), que o trabalho dos/as profissionais de Serviço Social deve se direcionar e se articular com as lutas movidas pelos oprimidos, “pois são estes os portadores possíveis do máximo de consciência sobre as direções alternativas do caminhar histórico revolucionário” (p. 60), ou seja, não cabe ao/a assistente social determinar o direcionamento das lutas e dos caminhos a serem seguidos, mas sim, criar as



condições para uma reflexão crítica sobre a realidade dos usuários, os determinantes e as relações que a envolvem.

Ao abordar a vinculação do trabalho profissional com o PEP, na sua materialização dentro da PAS, pode-se estabelecer parâmetros de aproximação com os Princípios Éticos estabelecidos as/aos profissionais do SUAS, articulando assim o direcionamento das práticas profissionais que compõem as equipes de trabalhadores dos serviços descritos na NOB-RH/SUAS. Os Princípios Éticos indicados nesta norma operacional, são:

- a) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
- b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
- c) Promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
- d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
- e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
- f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
- g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
- h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
- i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
- j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (NOB-RH/SUAS, 2009, p. 17-18).

A articulação entre os Princípios Fundamentais do Código de Ética da profissão e os Princípios Éticos do SUAS, se evidencia a partir da concepção de PAS como direito social, a participação social democrática, a eliminação das formas de preconceito como garantia de acesso e o compromisso com a autonomia dos usuários. Mas denota ainda, que a consolidação destes princípios não é de competência exclusiva dos/as assistentes sociais na PAS,

pois são direcionados a todos/as profissionais do SUAS, propondo uma articulação de saberes e conhecimentos das diferentes profissões na efetivação de valores éticos e políticos.

Como segundo fator determinante das concepções latentes evidenciadas por esta pesquisa, está o que pode ser entendido como dissipação da profissão. Dissipação no sentido de imersão no âmbito do trabalho em equipe com tendência a desaparecimento em meio a ela. Para aclarar a análise sobre este determinante retoma-se como exemplo a dificuldade em relatar o cotidiano de trabalho.

A simples identificação, no cotidiano de atuação no CRAS, de instrumentos utilizados e das relações estabelecidas no trabalho desenvolvido indica que a percepção da especificidade da função do/a profissional de Serviço Social, na PAS, é um processo complexo de ser compreendido e explicado pelos próprios profissionais. Observa-se ainda, que nos relatos sobre a dinâmica de trabalho, a identificação da especificidade do/a profissional de Serviço Social na PAS relaciona-se diretamente as ações desenvolvidas enquanto equipe.

Essa dissipação pode ser observada também no papel desenvolvido em cada CRAS pelas profissionais. Nos cinco CRASs existentes, no momento da pesquisa, que envolveu 11 profissionais apenas três profissionais desenvolviam trabalho regular de grupo com usuários/as do CRAS. Em dois CRASs, os chamados Grupos de Mulheres, tinham como responsável técnico, profissionais da Psicologia, bem como, a função de coordenação do serviço em dois CRASs era desempenhada por outros profissionais, em um por uma psicóloga e no outro por uma pedagoga. Não se pretende, aqui, desqualificar o importante papel das demais profissões no âmbito do SUAS, mas sim de elucidar o questionamento, sobre qual função os/as profissionais de Serviço Social estão ocupando, na prática, dentro da PAS?

As profissionais ressaltaram o importante papel desenvolvido pelo/as assistente social, mas de forma subjetiva, por vezes sem articulação com ações e concepções práticas. Como observado na reflexão das participantes sobre os pontos positivos de seu trabalho

De positivo, eu acho que tem tudo haver. É muito positivo.  
(MERCEDES)

Acho que tem, eu acho que é o principal profissional da assistência, é o que mais entende a política, que tenta fazer uma coisa certa pela assistência. Eu acho que é o mais engajado, o que mais luta  
(CASTELO)

Acredito que mesmo que estejamos vivendo em um período bastante dificultoso e complexo no cenário brasileiro, ainda assim o assistente social tem um papel bastante positivo no que tange a garantia dos direitos dos cidadãos. E nós, enquanto proteção social básica, CRAS e nossas ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, trabalhamos no sentido de incluir as famílias em programas, benefícios e projetos para que tenham seus direitos mínimos assegurados (PARAÍSO)

Principalmente resgatar a cidadania e a dignidade dos usuários  
(CONCEIÇÃO)

Estes fatores dão pistas acerca do distanciamento do trabalho profissional com o próprio PEP, e principalmente de sua função educativa, do trabalho de base a partir do usuário através de estratégias de emancipação social, não no sentido de “educar os indivíduos” como *ferramenta de conduzir a população*, mas no sentido de contribuir no desenvolvimento de uma consciência crítica.

A utilização da orientação e do acompanhamento de famílias e indivíduos remetem a ações de natureza socioeducativa com potencialidade emancipatória, desde que, concordando com alerta de Mito (2009), compreenda processo organizativos, de planejamento e gestão, e processos sociassistenciais. Ou seja, a utilização dos instrumentos de orientação e acompanhamento sem planejamento prévio e conjunto com a família referenciada, acarretando a abordagem com um fim em si mesmo, não supera ações imediatistas e espontâneas, se desvinculado de determinações teórico-metodológica e ético-política e processos organizativos. A sistematização, a pesquisa e o planejamento do atendimento as famílias torna-se essencial para efetivação de ações educativas.

A preocupação com os rumos do trabalho profissional ancorado no imediatismo, se destaca na fala de Mirim

A gente precisava avançar em algumas questões que a gente não faz. A gente ainda foca muito na questão individual, na questão das demandas. Eu fico pensando, a gente vai para uma conferência de assistência social, e aí se pensam tantas coisas, se pensa no controle social, isso e aquilo. E a gente não trabalha isso nos CRASs. Eu acho que isso é um desafio. Se trabalham para as pré-conferências, mas não se tem continuidade. Acho que nem tudo se justifica com falta de recursos, acho que tem a coisa da gente se absorver por esta demanda, mas isso também daria para a gente fazer se tivesse uma clareza, uma definição, de a gente vai ou não vai, entendesse? A gente não finca pé nisso, nem enquanto equipe, não dá nem para dizer que a coordenação não facilita. Às vezes, a gente é eu não se impõe.

A profissional com estas manifestações expõe as dificuldades do cotidiano alienante, que aprisiona o/a profissional ao atendimento da demanda imediata, em um atendimento tarefairo e sem continuidade. Atendimento este que não permite nem ao/a profissional, nem ao usuário a possibilidade de reflexão sobre os determinantes contraditórios, que envolvem aquela demanda pelo serviço. Ou seja, restringe-se o trabalho a uma relação de busca espontânea e resposta imediata, sem possibilidade de criação de estratégias de participação social efetiva da população.

A análise sobre as concepções evidenciadas pela pesquisa apontadas até então, assinalam para a discussão a seguir sobre os desafios e limites aparentes e essencialmente descobertos no cotidiano desvelado, e ainda o direcionamento do trabalho no CRAS.

#### 4.3. A intencionalidade do trabalho dos assistentes sociais nos CRASs: entre o conservadorismo e a transformação

O contexto histórico do Serviço Social no Brasil, conforme já analisado no capítulo 2, assinala as contradições no seio da própria profissão dentro do sistema capitalista, e a influência de diferentes vertentes teóricas ao longo de seus 82 anos no país, como a matriz conservadora e a partir da Reconceituação, a vertente marxista.

A profissão tendo como objeto a questão social, atua em suas manifestações, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, principalmente no âmbito das políticas públicas. E embora tenha relativa autonomia como profissional liberal, está sujeito aos determinantes da organização da sociedade capitalista. Ou como ressalta Iamamoto,

o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 15)

Pensar o trabalho profissional na execução terminal de políticas sociais, no caso deste estudo na esfera da assistência social, aponta os limites e desafios na afirmação do PEP da profissão. A intencionalidade do trabalho profissional nos CRASs demonstra os desafios postos à profissão no estágio atual do capitalismo, que amplia a ofensiva aos direitos sociais já reconhecidos pelo Estado Democrático de Direito e consagra a efetivação de um modelo de Estado mínimo na execução de políticas sociais.

A forma de organização das políticas sociais, embora que tenham ocorrido avanços, ainda remonta a segmentação do atendimento, onde mesmo dentro da mesma política, como o caso PAS, existe uma falta de diálogo e articulação entre os níveis de proteção social. Assim, o CRAS e CREAS não conseguem estabelecer um trabalho articulado no atendimento às famílias, conforme foi destacado por Mercedes, uma das entrevistadas. A caracterização das ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos CRASs em Pelotas, tem forte apelo em questões individuais e descontinuadas, de atendimento às demandas imediatas, de forma acrítica e tarefaira.

Assim, a execução terminal de políticas sociais muitas vezes se transforma na acrítica implementação de leis e normas, seguindo critérios e padrões, sendo o carimbo e o papel mais importantes que os seres humanos e suas relações. (LACERDA, 2014, p. 23)

Essa execução terminal padronizada, de atendimento pontual descontinuado, tendo um fim em si mesmo, não possibilita a efetivação de ações dotadas de dimensão ética e política da PAS, muito menos da profissão. Pois, a execução de normas e técnicas unicamente, sem o acompanhamento de um trabalho educativo, de questionamento da situação, do contexto ao qual está inserido, não articulada aos interesses dos usuários, resume-se no/a assistente social como um/a trabalhador/a burocratizado/a, que tem como objetivo, a concessão ou a negativa a programas, projetos, serviços e benefícios.

Ou ainda, em um movimento contrário, atribui a profissão o papel de exclusivo viabilizador de uma consciência de massas, capaz de através de sua ação ou atendimento, emancipar a população, embora esta concepção já tenha sido amplamente rebatida no seio da categoria, não possuindo amparo prático, nem teórico.

Com relação a afirmação do PEP por meio do trabalho profissional, hoje, ao pensarmos a sua constituição por meio da Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares, observa-se, a partir de análise já apontada por Netto (2010), que a direção social da profissão sofreu retrocessos profundos, que de certo modo, prejudicaram a consolidação do projeto de ruptura. Principalmente na esfera da formação profissional, a partir da adoção de ideias liberais como as diretrizes do MEC, no governo FHC, e com avanço fundamental na expansão do ensino na modalidade EAD, que como já apontado, tem impactos quantitativos e qualitativos expressivos na formação profissional.

Aliado a estes determinantes, o contexto atual crescente do conservadorismo, que ganhou representação na esfera política com a eleição de governantes conservadores associados às igrejas evangélicas, ao

agronegócio e ao setor militar, somada à somados à crise econômica/política agravada em 2014, frente a descredibilidade do cenário político brasileiro, evidenciam-se consequentes diretos nas condições de vida da população, com o aumento do desemprego, da violência e dos cortes em recursos destinados a programas sociais.

Na análise das profissionais entrevistadas, é possível observar a percepção das implicações deste contexto atual no seu trabalho cotidiano, expresso nas falas a seguir

Tem reflexo sim. A gente vê as notícias do concreto disso no dia a dia, corte disso, corte daquilo, sempre essas política sofrem os cortes primeiro, outra coisa assim, que isso é anterior a própria crise. Mas a PAS impressionante como ela realmente não é importante, por que a saúde ela é universal, atinge à todos, a educação também é universal. Agora a assistência é uma política para os gestores, de terceira categoria, entende, por que ela é voltada para uma população que não tem visibilidade, não tem importância, isso é muito cruel. (MIRIM)

Atualmente o cenário está bem complicado, o cenário político está afunilando. São vários cortes, de verbas da assistência social, que é pouco vislumbrado. E para nós fica um pouco limitado, por que a gente tenta atender, tenta garantir direitos. Por exemplo, falando do BPC, está cada vez mais afunilando, está tendo uma dificuldade de acesso, mudança nos critérios para poder conseguir, tanto PBF, que agora está por meio de seleção eletrônica, que acaba atrapalhando os usuários e o nosso trabalho, prejudicando bastante. (PARANOÁ)

Ah tem, claro que tem. Retrocesso. Quanta coisa tínhamos que estamos perdendo. Na própria política, no dia a dia. As ações mais paliativas, o próprio assistencialismo. Se tu não tomar conta disso, se tu não mudar, daqui há pouco nós estamos no assistencialismo. Sem querer tu vai entrando naquela rotina. (CASTELO)

Vivemos retrocessos a direitos socialmente conquistados, como a redução do orçamento na área de assistência social. Em um cenário de crise, políticas sociais deveriam ser protegidas pelo governo, e não descontinuadas, pois atendem a população mais vulnerável e enfrentam fenômenos complexos, como a pobreza e as violências. (ARARAS)

Devido a crise acredito que uma das principais dificuldades são em função das verbas, como para oficinas, para atividades, para os benefícios eventuais. (MUNDAÚ)

O corte de recursos destinados para a execução de projetos e serviços, e as mudanças nos critérios de acesso a benefícios são considerados pelas assistentes sociais exemplos diretos da conjuntura nacional adversa desde 2016, vivenciados no cotidiano do CRASs.

Outro ponto de destaque na análise das assistentes sociais, diz respeito a concepção da Assistência Social para gestores, fundamentais a execução, planejamento e implementação de programas e serviços. Camilo, Mercedes e Guaíba, expõem as implicações de uma gestão que entende a PAS distante da lógica do direito social, e próxima ao assistencialismo, a ajuda e a meritocracia.

Claro que tem. E aquela coisa de político de carteira. Os cargos que tem que decidir pela gente, pelo povo. Eles estão lá pelo cargo, somente pelo cargo, pelo salário. Eles estão lá não é pensando no usuário. Eles trocam de partido para continuar. São movidos por um interesse individual e particular. (Mercedes)

Esta falta de investimento, acaba repercutindo diretamente. Acaba que atinge a todos nós. No contexto atual estamos atuando como bombeiras, apagando incêndio. A gente vê, às vezes, gestores falando que a base da assistência social são os voluntários. É uma inversão. É muito difícil, fazer resistência a este processo. (Guaíba).

O movimento contraditório no qual a profissão está inserida, aponta desafios para no trabalho cotidiano, de enfrentamento e resistência às investidas do capital. Porém, como trabalhador/a assalariado, o/a assistente social se depara com limites impostos no âmbito institucional, por pressões político-ideológicas ou econômicas. Na esfera pública este tensionamento também é evidenciado, talvez de maneira mais velada, mas presente no dia a dia. A concepção conservadora da PAS como uma *ajuda aos necessitados*, e a pobreza como problema individual, tem forte apreço na esfera da gestão, onde o investimento nos serviços do CRAS, SCFV e PAIF, é visto como despesa que precisa ser sinônimo de eficácia de gestão para gerar mais atendimentos, com o mínimo de recursos, sejam eles humanos ou estruturais.



Ao encontro desta análise, se ratificam os limites de um trabalho transformador nos CRASs no contexto atual, frente a ações imediatas e descontinuadas.

A efetivação de um projeto emancipatório requer, segundo Simionatto, amparada por Gramsci “vontade, de ação e iniciativas políticas, capazes de impulsionar a criação de uma nova racionalidade que englobe a socialização da economia, da cultura e do poder político” (1995, p. 64). Ou seja, Gramsci, oferece alternativas as respostas que a atualidade nos coloca, para a construção de projetos emancipatórios, no trabalho com as classes subalternas. Porém, no cotidiano analisado são muitos os enfrentamentos e avanços necessários.

Cabe alertar, que dos pontos com necessidade de avanços se destaca o conhecimento da própria categoria sobre qual o seu papel na esfera da sociedade capitalista, e o abandono de uma visão romancista de profissional executor de justiça e responsável pela emancipação da classe trabalhadora. Do mesmo modo, o abandono de uma concepção fatalista (IAMAMOTO, 2012a.), e de certa forma utilitarista, que nega a possibilidade de qualquer intervenção transformadora na sociedade capitalista.

É nesse contexto de proteção/desproteção social, que o/a assistente social está inserido, nos aspectos contraditórios da política social, e entre a focalização e a universalização da assistência social. E é nesse processo que o/a assistente social desenvolve sua práxis, conforme destacado por Luiz (2011), pela proximidade com a questão social e as classes subalternas, pode criar mecanismos emancipatórios, se orientados por um referencial crítico-dialético (2011, p. 93), retomando as ideias de Gramsci, através de modificações moleculares, ou seja, de baixo para cima, a partir da consciência crítica das classes subalternas, pela ação cotidiana e ocupação dos espaços de luta existentes.

Entretanto, conforme apontado anteriormente, mesmo perante os avanços vislumbrados nas últimas décadas no âmbito da assistência social, a expansão do ideário neoliberal observado mediante o desmonte de direitos sociais e retorno do Estado Mínimo - agravado pela crise a partir de 2008 -,

teve reflexos na proteção social, através da focalização dos programas sociais na extrema pobreza.

Como já destacado, o/a assistente social está inserido no contexto de reprodução das relações sociais, estando inerente as implicações desta relação. E por isso, no cotidiano lida diretamente com as contradições latentes da sociedade, e às vezes é tomado por certa alienação, que causa estranhamento com relação ao objeto do seu trabalho, no caso, a questão social. Foi possível evidenciar em alguns momentos da pesquisa, esse estranhamento, frente as demandas dos usuários e da mesma forma, frente a outro/a profissional.

Ou seja, é possível observar que no cotidiano do trabalho profissional dentro do CRAS, as profissionais de Serviço Social, encontram-se absorvidas pela lógica tecnicista de atuação, pela necessidade de resposta/resolução imediata perante as demandas, abandonando conseqüentemente os processos de análise e reflexão sobre o trabalho, e os determinantes que a compõem.

O trabalho profissional, observada no universo do CRAS, apresenta possibilidades e limites, presentes na fala das profissionais, que por vezes apontam para um discurso de potencial transformador, mas pautado em ações fragmentadas e imediatistas. Por outro lado, algumas falas são pautadas em práticas imediatistas, mas com direcionamento transformador, expondo desta forma, a contradição e o antagonismo do trabalho profissional no âmbito da sociedade capitalista.

O processo de distanciamento com relação à classe trabalhadora/usuários pôde ser visto pelo afastamento das ações desenvolvidas dos espaços de participação social, já que não existem espaços dentro dos CRASs que efetivem de forma continuada meios de participação da população.

O trabalho profissional cotidiano vivenciado está situada entre uma intencionalidade transformadora e uma atuação pontual e reducionista, onde a prerrogativa de execução terminal da PAS supera a potencialidade do CRAS, como espaço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A intencionalidade do trabalho esbarra nos limites do SUAS e dos próprios serviços na percepção das assistentes sociais, onde veem em alguns casos possibilidades de um trabalho transformador, e em outros não.

Acho que não, por que no momento em que eles não tem um emprego, tu nunca vai emancipar. Não é com a oficina de artesanato que tu vai conseguir emancipar ninguém. Acho que enquanto não tiver emprego, vai ser impossível. Tu vê que não tem emprego, não é que a pessoa não procure, não tem, até faxina está difícil hoje. E o que tu adianta trabalhar com o adolescente em busca do emprego, se não tem, ficar na fila do SINE, para um, dois que tem. A escolaridade é tudo. Dependendo de onde a pessoa mora, não aceitam (CASTELO).

Tem. Eu ainda acredito nisso. Tem muitos usuários aqui que se empoderaram aqui dentro, e que foi só um empurrãozinho, que fez toda diferença. Eu acredito muito nisso. Isso tem relação com a postura educativa, da profissão, de mostrar para ela que ela tem poder. Elas chegam aqui tão desacreditadas, de que não conseguem... (MERCEDES)

Na fala de Castelo, é possível identificar a concepção de uma transformação social através do acesso ao mercado de trabalho, do emprego, entretanto trata-se de uma visão reducionista da lógica da esfera capitalista, que não parte do ponto conflitante essencial da sociedade, que refere-se ao conflito capital x trabalho, que constitui a engrenagem principal, onde a exploração do trabalho, ou o não acesso ao trabalho permite a manutenção da ordem vigente.

Da mesma forma, na fala de Mercedes se evidencia o importante papel da profissão, como já fora destacado, em sua dimensão educativa, aliada a intencionalidade política e ética do Serviço Social. A atuação no sistema do sistema do capital exige dos/as assistentes sociais que tem no PEP a referência, a combinação de resistência cotidiana com o processo formador de consciência de mobilização da classe trabalhadora (VASCONCELOS, 2015, p. 570).

Entretanto, é necessário entender que os/as profissionais de Serviço Social não têm as respostas necessárias a superação do capitalismo, que não possui um caminho exposto a priori, já definido (VASCONCELOS, 2015). E,

ainda reiterando, esse processo não será vivenciado por meio de uma profissão, mas sim de uma construção social de classe.

Em diversos momentos expõem-se no trabalho os limites e desafios postos à profissão, perante os objetivos profissionais, os elementos constitutivos da profissão e suas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, e as demandas da classe trabalhadora/usuários/as, sendo o trabalho cotidiano efetivado por meio de uma atuação técnica, mas distante de um intelectual.

No contexto atual frente as transformações postas por meio da regressão de direitos, as profissionais entrevistadas encontram-se de certo modo reféns de uma ação limitada e limitante, reprodutora do *status quo*, com episódios de concessão/conquista de direitos sociais paliativos. Pois, embora a efetivação de acesso a direitos seja um dos princípios da profissão, nas palavras de Vasconcelos

o acesso aos direitos – de toda ordem – não se constitui como caminho a ser trilhado, nem pelo trabalhador/usuário, nem pelo assistente social, na medida em que o acesso, em si, não assegura um caminhar na direção de processos emancipatórios. Assim sendo, o acesso aos direitos se constitui como mediação na criação dos caminhos necessários a processos emancipatórios, a serem criados e trilhados por todos os interessados na superação da ordem social capitalista, o que coloca exigências a serem observadas na sua construção e no seu trilhar, tendo em vista manter a trajetória na direção dos objetivos e finalidades emancipatórios (2015, p. 574)

Ou seja, o acesso a direitos não se traduz imediatamente e por si só em ações transformadoras. Esse acesso deve ser mediado por práticas formadoras, que alcem consciência de classe. Processo que pressupõe o embasamento a partir dos princípios do PEP da profissão, e o reconhecimento/conhecimento acerca de qual espaço pertence ao/a assistente social no tensionamento da sociedade capitalista. Requer reconhecimento da relação da profissão com a própria PAS na conjuntura sócio histórica, mediante superação de uma visão reducionista desta relação.

Quanto à referência de uma visão reducionista do Serviço Social vinculado à Assistência Social, trata-se do inevitável e concreto vínculo estabelecido da profissão com este espaço sócio-ocupacional, mas que acaba reduzindo/limitando o significado da profissão às demandas postas no cotidiano desta política, como destaca Silva (2013).

Entende-se os limites e desafios postos à profissão na efetivação de um direcionamento do Serviço Social alicerçado no PEP, no cotidiano de atuação dos CRASs.

Um dos limites analisados se refere ao avanço de abordagens individuais e fragmentadas pelas profissionais, que tem apelo moral no atendimento, embasados em crenças pessoais de forte apelo religioso<sup>34</sup>, que conseqüentemente retomam concepções de culpabilização e meritocracia das manifestações da questão social.

O que de certa forma, desvela um movimento de direcionamento a Reatualização do Conservadorismo, onde uma análise residual e simplista de atendimento fragmentado e com características psicologizantes de capacitação do indivíduos, cria possibilidade de manutenção do *status quo* e o enfraquecimento de uma consciência de classe emancipatória.

Dentre outros limites para o trabalho profissional apontados pelas assistentes sociais entrevistadas, está a falta de recursos para execução de serviços e programas, a falta de investimento em políticas sociais por parte do Estado, e a visão distorcida da PAS por parte dos gestores. Entretanto, como já analisado, esses fatores tem conseqüências diretas e indiretas no trabalho, mas não podem ser determinantes do esvaziamento teórico-metodológico e ético-político deste trabalho.

---

<sup>34</sup> Assim como no atual cenário político brasileiro se apresenta de forma alarmante a vinculação da política partidária com as religiões neopentecostais, o Serviço Social também tem vivenciado este movimento. No contexto da pesquisa, foi possível observar a utilização de abordagens vinculadas a concepções morais pessoais e o afastamento das dimensões da própria profissão, como na criminalização do aborto, do uso de drogas, apoio a ações policiais violentas, que vão de encontro ao preconizado no Código de Ética Profissional, ainda que por uma minoria de profissionais.

Ao analisar a direção social da profissão a partir do PEP, se parte do princípio que os/as profissionais assistentes sociais, considerando as dimensões que constituem a profissão e embasam sua atuação, tem capacidade propositiva, interventiva e de análise crítica da realidade, e não capacidade reduzida ao simples papel de executor de programas, normas e parâmetros.

Assim, desponta um desafio do trabalho profissional no contexto atual, o abandono do discurso dos recursos, que embora importantes, não podem ser a direção da profissão. Existem alternativas de fortalecimento de lutas junto à classe trabalhadora/usuária, que não dependem de recursos, mas apenas de formas de abordagem e direcionamento do trabalho profissional.

Para isto, porém, é necessária a análise do próprio trabalho cotidiano de forma crítica sobre quais são as demandas, nas quais a profissão tem sido solicitada a intervir, e a sistematização das ações desenvolvidas, de modo que tal análise permita a compreensão sobre a natureza do Serviço Social na sociedade capitalista de forma concreta pelos/as assistentes sociais.

No espaço sócio-ocupacional do CRAS é possível afirmar que existem desafios postos aos/as assistentes sociais na efetivação do PEP, e no enfrentamento ao crescimento do conservadorismo. Ainda não se constituiu de forma hegemônica, um trabalho profissional direcionado na defesa da classe trabalhadora, pois ainda existem práticas fiscalizatórias e de concessão de benefícios, as quais favorecem a manutenção do status quo e da condição de submissão dos usuários perante os serviços e a própria política.

Ou seja, para a construção de meios de enfrentamento e superação destes limitadores, e para que a profissão não sucumba a um trabalho frustrante, não existe alternativa senão o fortalecimento ético-político da profissão, tendo clareza da opção transformadora do PEP, assim,

é na perspectiva da transformação que o assistente social deve trabalhar, é esse o objetivo a se buscar. De nada, ou de muito pouco adianta lutar em direção oposta a essa transformação. E se insistirmos nessa “saída” vamos continuar com o sentimento de frustração, incompetência e o que é pior, vamos caminhar para um

lado que tende a enfraquecer à nossa profissão e enfraquecer, a nós profissionais e aos usuários da assistência social, como meros sobreviventes desse sistema, sem direitos, sem consciência, sem igualdade, enfim não seremos parte de um gênero humano, no seu sentido amplo como escreveu Marx (VIEIRA, 2005, p. 6)

Do mesmo modo, que existe dificuldade das profissionais no movimento de análise de seu trabalho profissional, para apontar às ações desenvolvidas, os instrumentos utilizados, a vinculação com o PEP e a própria concepção de usuário da PAS, os resultantes de uma atuação fragmentada e direcionada pela própria política, evidenciam a submersão do papel da profissão neste espaço sócio-ocupacional e a redução de sua autonomia – mesmo que relativa.

Ainda na relação com o Estado, o cotidiano do trabalho no movimento contraditório já evidenciado, de crítica *versus* obediência, almeja possibilidades de efetivação de ações transformadoras em um Estado capitalista. O que atribui numa análise residual do concreto os limites do trabalho exclusivamente a fatores externos à profissão, o que no contexto atual tenciona à negação do PEP. Aliado a isto, evidencia-se um distanciamento do trabalho desenvolvido das lutas populares e da participação social como possibilidade de transformação social, distante da expectativa de concessão de condições pelo Estado.

Neste sentido, para que haja a possibilidade de efetivar o PEP com direcionamento crítico, a profissão deve retomar a análise sobre seu trabalho, identidade, objetivos e sua opção político-ideológica. Talvez seja imprescindível um retorno de análise a partir do Serviço Social, como o vivenciado no Movimento de Reconceituação. Pois, perante os limites e condicionantes da sociedade no contexto atual, a precarização da formação profissional, a precarização das relações de trabalho, aliado ao fortalecimento do conservadorismo, a profissão vivencia um movimento que por vezes demonstra uma intenção de ruptura aliada a uma prática conservadora, que acaba se aproximando de uma perspectiva fiscalizatória dos usuários, do que da perspectiva transformadora/emancipatória preconizada no PEP.

Enfim, a análise crítica do contexto de inserção do/a assistente social junto ao CRAS, indica que os determinantes sócio históricos da profissão na sociedade brasileira, no contexto atual do capitalismo avançado, não permitem um movimento transformador hegemônico efetivo no seio da própria profissão. Mesmo com alguns avanços vivenciados com o PEP, a batalha contra o conservadorismo é ratificada diariamente no cotidiano do trabalho do/a assistente social no contexto atual, expressa por meio de um movimento contraditório de manutenções e rupturas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Serviço Social desde seu surgimento demonstra o processo antagônico no qual está inserido no âmbito da sociedade do capital, frente a luta de classes e a contradição capital x trabalho.

Se desde seu surgimento a profissão tem enfrentado os limites e desafios desta contradição, também tem apontado e buscado alternativas de resistência e enfrentamento a questão social. Dentre as evidências desta resistência, se pode destacar o Movimento de Reconceituação e as consequentes transformações no seio da profissão nas suas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativa, bem como no direcionamento da formação e do trabalho profissional. Transformações estas que resultaram na construção de um projeto profissional hegemônico, orientado pela vertente marxista, onde a profissão faz clara opção pela defesa da classe trabalhadora, elucidada pelo PEP do Serviço Social.

Porém, a influência da matriz conservadora sob o desenvolvimento do trabalho profissional tem denotado implicações históricas à profissão, que mesmo com a consolidação do PEP de intenção de ruptura, ainda hoje conserva traços desta influência no direcionamento do trabalho profissional de diversos profissionais. A redução da intervenção profissional a busca por resolução individual, ausentes de reflexão sobre o processo histórico, fortalece práticas de “ajustamento social” ou culpabilização das famílias e indivíduos sobre a situação de vulnerabilidade vivenciada.

Aliado a esta questão, expõem-se a retomada de um projeto conservador de enfrentamento às manifestações da questão social, por meio de transferência de responsabilidade às famílias e indivíduos, desresponsabilização do Estado e políticas e programas paliativos insuficientes perante as demandas da população.

A retomada de ações pontuais, pautadas na resolução de situações tidas como individualizadas, por meio de uma visão simplista e residual da

questão social, remetem a concepções que tem maiores aproximações com o direcionamento conservador, do que propriamente com o projeto profissional de intenção de ruptura. Quando se destaca acerca de uma visão simplista e residual, expõe-se que em um contexto da sociedade capitalista, tendo como objeto a questão social e uma análise de totalidade, não é razoável conceber demandas de forma individualizada. Por exemplo, se durante uma manhã, cerca de quinze famílias solicitam benefício emergencial de alimentação (sacola de alimentos), há que reconhecer que esta não é uma demanda individual, mas sim uma demanda da comunidade, que tem determinantes econômicos, sociais e políticos envolvidos.

Entretanto, não basta somente o reconhecimento como uma demanda coletiva decorrente de determinantes econômicos e sociais, se o direcionamento do trabalho profissional na tentativa de resolução, não consegue romper a lógica do encaminhamento, caso após caso, sem um processo reflexivo junto a população sobre tal condição. Isto é, sem que haja reflexão com os usuários/as sobre a insuficiência de recursos para atendimento a todas as famílias, sobre a qualidade do benefício oferecido com quantidade de alimentos incapaz de suprir minimamente as necessidades alimentares da família, ou, ainda, sobre os critérios estabelecidos, que não levam em consideração as necessidades territoriais.

Para a apreensão da totalidade que envolve os agentes limitadores na efetivação de um trabalho transformador, há que se retornar as bases históricas de consolidação da profissão, a partir dos interesses da classe dominante, como ferramenta de manutenção da ordem vigente. Bases que de certa forma, tencionam o campo de disputa interno no âmbito da própria categoria.

No âmbito do trabalho no CRAS, se aponta um distanciamento – na análise das profissionais participantes – entre as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, reforçado por ações fragmentadas e paliativas. Este contexto reforça avaliações simplistas da realidade e como consequente a ampliação da dualidade teoria x prática, ou uma crescente

“apologia ao praticismo” (MONTAÑO, 2009), pois abandona a compreensão indissociabilidade das dimensões da profissão.

Tendo em vista estas descobertas da pesquisa, sobre a atualidade do trabalho profissional nos CRASs, no município de Pelotas, este trabalho evidencia que ainda existe apenas a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional conservador, almejado no Projeto Profissional, isto é, ainda são identificadas práticas empíricas, paliativas e burocratizadas.

Com relação a PAS, evidenciando os avanços observados a partir de 2004, com a implementação do SUAS e a consequente elevação da assistência social como política pública, observa-se a expansão de serviços e programas de atendimento e acompanhamento da população em situação de vulnerabilidade e risco social através deste sistema público. A implementação dos CRASs no município de Pelotas propriamente, possibilitou/possibilita o acesso a atendimento de prevenção e proteção social, em territórios de extrema vulnerabilidade, com incidência do tráfico de drogas, violência, inexistência de saneamento básico e condições de moradia, trabalho e renda.

Contudo, a dinâmica do sistema capitalista, aliado ao avanço do neoliberalismo, tem se refletido na PAS, que após o golpe político-judicial em 2016, tem sofrido cortes de recursos, extinção de programas sociais existentes e redução orçamentária alarmante, que inviabiliza a manutenção de estruturas existentes nos municípios.

Este contexto pode ser evidenciado no município de Pelotas, quanto a existência de cinco CRAS, divididos em territórios extensos, com número expressivo de famílias referenciadas, em alguns casos extrapolando a capacidade de atendimento das equipes de referência, conforme estabelecido pela NOB-RH/SUAS (2009). Determinantes que tem fortalecido ações focalizadas e paliativas no âmbito dos CRASs.

O trabalho do/a assistente social no CRAS tem demonstrado tensionamentos e contradições entre o cotidiano vivenciado e o direcionamento preconizado no PEP da profissão, desde o atendimento às demandas, por meio da escolha de instrumentos e técnicas, até as concepções manifestas e

latentes sobre o trabalho profissional, seus desafios e limites, sobre a PAS e o usuário dos serviços. Pois, mesmo com tentativas de ruptura com o conservadorismo apontado por este estudo, principalmente com relação a percepção sobre os usuários da PAS como todo que dela necessitar, ainda é observado na prática que o acesso a direitos pelos usuários esbarra em posturas policialescas e fiscalizatórias de alguns profissionais.

No relacionamento da profissão com o Estado, o cotidiano de trabalho profissional revela um movimento de crise entre a crítica *versus* obediência. Vislumbrando de forma contraditória, a identificação de possibilidade de criação de meios de superação capitalista, num aparelho de Estado capitalista. Movimento que se reflete na identificação dos limites e desafios para efetivação de um trabalho transformador/emancipatório. Atribuindo deste modo, os limites do trabalho profissional exclusivamente a fatores externos à profissão, numa análise residual do concreto. Assentir a esta expectativa de plenas condições para a sua materialização em conformidade com o PEP, no contexto atual, é negar o próprio PEP.

O distanciamento do trabalho profissional das lutas populares e ações de participação social constitui um desafio na atualidade, e expõe o enfraquecimento da apreensão da dimensão política por parte dos/as profissionais, quando apenas duas das 11 participantes identificam nesta ferramenta possibilidades de transformação social, distante da expectativa de concessão de condições pelo Estado, como destacado anteriormente.

Portanto, ratifica-se que ainda se constitui como desafio à profissão a efetivação da ruptura, frente aos limitadores do trabalho do/a assistente social na sociedade capitalista. Principalmente, frente a transformação vivenciada pela categoria, sobretudo em relação ao processo de formação profissional, mediante avanço da modalidade EAD. Que exposto neste estudo, retoma concepções anteriores ao Projeto Profissional de Intenção de Ruptura com o conservadorismo, como o reconhecimento do papel profissional para a “capacitação de indivíduos”, congregado com ações de conduta moral e culpabilização do usuário e, assim sendo, distante da perspectiva intencionada no PEP.

Além disso, o avanço na esfera política da perspectiva conservadora, por meio da eleição de governantes vinculados às igrejas neopentecostais, ao agronegócio e ao setor militar, retoma um projeto neoliberal conservador voltado ao mercado, com fortes retrocessos no âmbito das políticas sociais, fortalecidos pelo discurso de redução do Estado e dos gastos com programas sociais, tendo como justificativa o contexto de crise capitalista.

Movimento que pode fortalecer a concepção conservadora existente de gestores sobre a PAS, entendida como ajuda aos necessitados, da pobreza como um problema individual, forte apelo ao voluntariado, e ainda, onde os recursos são vistos como gastos e que necessitam ser sinônimo de eficácia de gestão, com maior capacidade de atendimento com o menor recurso.

Frente aos desafios e avanços necessários para efetivação de um trabalho emancipatório, ao encontro do PEP, a profissão necessita maior apreensão sobre o papel da profissão na sociedade capitalista, de forma a evitar cair em armadilhas do cotidiano alienante. Precisa apreender em seu processo histórico o chamamento ao Serviço Social no contexto brasileiro e os movimentos de tensão e questionamento no seio da profissão, para reflexão sobre a totalidade na qual o/a profissional atua.

Necessita ainda, seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora, identificação frente as demandas dos usuários e suas bandeiras de lutas. Possibilitando assim, alternativas de ação que optem efetivamente pela defesa da classe trabalhadora, e não como executor terminal de políticas públicas, que em alguns momentos acaba dificultando o acesso da população aos serviços, em nome de normatizações e orientações, que ferem os princípios do Código de Ética Profissional.

Frente a isto, cabe neste momento a retomada da análise de Iamamoto, sobre a necessidade de uma “viagem de retorno à profissão, para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como concreto pensado” (2008, p. 240).

No âmbito do direcionamento do trabalho profissional nos CRASs, se evidenciam possibilidades, por meio da intencionalidade de um trabalho

transformador/emancipatório, que acaba não sendo consolidada frente às demandas, os limites e dificuldades impostos pela dinâmica alienante do cotidiano. Porém, esta intencionalidade demonstra possibilidades nas tentativas de efetivação do PEP e de superação de práticas conservadoras por meio da resistência no contexto micro. A lacuna permanece entre a efetivação de uma atuação técnica distante da intelectual.

O direcionamento do trabalho profissional e sua relação com o PEP apresenta em si, continuidade e rupturas, sendo necessário a categoria profissional revisitar à própria profissão, refletir sobre o papel desempenhado na sociedade capitalista e fortalecer ações de intencionalidade ancorada em práticas transformadoras. E, principalmente, retomar as bases de participação popular, potencializando movimentos emancipatórios e de resistência, no contexto atual de crescimento do conservadorismo.

Enfim, a análise realizada sobre o trabalho dos/as assistentes sociais nos CRASs de Pelotas reafirma a tese de que a apreensão do movimento contraditório e antagônico da profissão e do próprio sistema capitalista, requer uma capacidade crítica de análise do concreto, aliado a princípios éticos-políticos e teórico-metodológicos, que fortaleçam ações de superação da lógica de exploração na ordem social vigente.

Entretanto, na atual conjuntura a profissão vivencia um movimento que por vezes demonstra uma intenção de ruptura aliada a uma prática conservadora, que resulta na aproximação a uma perspectiva fiscalizatória dos usuários, do que propriamente do direcionamento vislumbrado pela perspectiva transformadora/emancipatória preconizada no PEP. Análise esta, que fortalece a necessidade de ampliação do debate sobre profissão, visando a construção de alternativas de apreensão do concreto e para poder superar a ordem social de exploração vigente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L.T. de. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” e, Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete, [et. al.] (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, Brasília – DF, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y Estratégias para la Educación**. 1995.

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, pp. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2016.

\_\_\_\_\_; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, pp. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida. Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 507-525, set./dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislação/const/>> Acesso em: 18 jul. 2016

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução Nº 33, de 12 de Dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5.209, de 17 de Setembro de 2004**. Que Regulamenta a Lei nº. 10. 836, de 9 de Janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm)  
Acesso em: 19 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.094/2007**. Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>.  
Acesso em 06 Set 2017;

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.520, de 8 de Julho de 2011**. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm)> Acesso em 18 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.499, de 16 de Junho de 2011**. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm)>  
Acesso em: 26 Mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Que Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)>  
Acesso em: 18 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional da Educação. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>.  
Acesso em 10 Set 2017;

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá Outras providências. Com alterações dadas pela Decreto nº 7.788, de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Anotada e Comentada. Brasília-DF, 2007.



\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. RESOLUÇÃO Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social. **Relatório de Informações sobre Pelotas**, referência Junho, 2018  
<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/mod/index.php#informa%C3%A7%C3%B5es-do-munic%C3%ADpio>> Acesso em 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 109, de Novembro de 2009. Aprova a **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília-DF, 2009

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 43 - 58, jan./jul. 2016  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/21074/14641>> Acesso em 28 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - Brasília: CFESS, 2011.

\_\_\_\_\_. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional** / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes. [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. V CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/v-conferencia->

nacional/conferencias-nacionais/v-conferencia-nacional/deliberacoes.pdf>  
Acesso em 19 Dez 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Revista Perspectivas:** São Paulo, nº 22: 41 - -59, 1999. Disponível em:  
<<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2087/1709>>  
Acesso em 04 Ago. 2016.

DRAVANZ, Glória Maria Gomes. **EM BUSCA DA INTERSETORIALIDADE: Uma análise na Política de Assistência Social em Pelotas/RS.** 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2014.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova.** - São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estratégias em Serviço Social.** 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, Rozana M. **Provisão de benefícios eventuais: análise da demanda de cesta básica no SUAS.** Fev.2018 [citado em...]. In: Rozana Fonseca. Blog Psicologia no SUAS [Internet]. Eunápolis: Fev. 2010. Disponível em: <<https://craspsicologia.wordpress.com/2018/02/19/provisao-de-beneficios-eventuais-analise-da-demanda-de-cesta-basica-no-suas>> Acesso em 13 mar. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. D. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para a reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

\_\_\_\_\_. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**. Florianópolis: Edefsc, vol.16, n.spe, pp. 39-49, 2013b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000300004>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Servicio Social y División del Trabajo. Um análisis crítico de sus fundamentos**. Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. – 5<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Cortez, 2012b.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 37<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama das Cidades**. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>> Acesso em 22 ago. 2018.

JORNAL O ESTADÃO. Redução do IPI ajudou na melhora da economia, aponta IBGE. **Jornal O Estadão [On-line]**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,reducao-do-ipi-ajudou-na-melhora-da-economia-aponta-ibge,433259>> Acesso em 24 Fev 2017.

LACERDA, Lélica Elis P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Revista Serviço Social e**

**Sociedade**. São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/03.pdf>> Acesso em 04 jul. 2018.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional**. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Tradução: Jesus Ranieri. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_; - ENGELS, Frederich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 14ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristina. S. de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, pp. 22-48, jan./jun, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/5673/4126>> Acesso em: 28 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**. Florianópolis: Edufsc, vol. 16, nº spe, pp. 61-71, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802013000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005)> Acesso em 29 mar. 2016.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete [et. al.] (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília – DF, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

\_\_\_\_\_; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E; AMARAL, A. **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**. Recife: UFPE, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília – DF, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. – 1ª. – São Paulo: Expressão Popular, 2011

\_\_\_\_\_. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. [ORG.]. **Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da Profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 50, ano XVII, pp. 87-132, abr, 1996.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Maria do Carmo B. de. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULA, Renato F. dos Santos. **Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

PELOTAS. **Lei nº 3008 de 19 de Dezembro de 1986**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Pelotas e dá outras providências. Disponível em:  
<<http://server.pelotas.com.br/sanep/concurso/lista/Lei-3008-Regime-Juridico.pdf>> Acesso em 26 out. 2018.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE Contrarreforma do Ensino Superior Brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz – MA. Número Especial, p. 323-331, Ago, 2010. Disponível em:  
<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/426/819>> Acesso em 09 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

\_\_\_\_\_. Ensino superior e Serviço Social: uma análise da direção social e das condições da formação profissional no Estado do Rio de Janeiro. Niterói: ESS/UFF, 2007a (**Projeto de Pesquisa**).

\_\_\_\_\_. Mercantilização do ensino superior e formação profissional em Serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 3, n. 6, abr, 2007b. Disponível em:<<http://www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php>> Acesso em: 28 jun. 2018.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. In.: Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012. Disponível em:  
<[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O\\_metodo\\_marxiano\\_de\\_investigacao\\_e\\_o\\_enfoque\\_misto\\_na\\_pesquisa\\_social\\_uma\\_relacao\\_necessaria.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf)> Acesso em: 22 jul. 2016.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social. **Revista Libertas**. Volume 2 número 2 e volume 3, números 1 e 2. FSS/UFJF, 2002.

\_\_\_\_\_; BACKX, S. GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007.

SARMENTO, Helder B. de M. Instrumental técnico e o Serviço Social, é preciso continuar o debate! In: A dimensão técnico-operativa do Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, CRESS-MG, nº 3, Ano 2, p. 19-24, 2º semestre 2013.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez/UFSC, 1995.

\_\_\_\_\_. A Influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro. **Revista Trilhas**, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, jul, 2001.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro \_ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 99 – 125. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/18624/13594>.> Acesso em 18 Jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social: resistência e emancipação?** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e [Orgs.]. **Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus Usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. CFESS, ABEPSS. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

TELES, Heloisa. **O projeto ético do serviço social e a política pública de assistência social: uma interlocução à partir da categoria trabalho**. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TRINDADE, R. M. P. Ações Profissionais, procedimento e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S. GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área de saúde**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VIEIRA, Danielle Kristhine Alécio Virtuoso. EMANCIPAÇÃO POLÍTICA X EMANCIPAÇÃO HUMANA: desvendando o real significado do Plantão Social. In: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas (Anais)**. São Luiz, UFMA, 2005. Disponível em:  
<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Danielle\\_Kristhine\\_Al%C3%A9cio\\_Virtuoso\\_Vieira.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Danielle_Kristhine_Al%C3%A9cio_Virtuoso_Vieira.pdf)> Acesso em 14 set. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. In: Silva, Maria Liduína de Oliveira e [Orgs.]. **Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.



## **APÊNDICES**

## Apêndice A: Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS ASSISTENTES SOCIAIS  
ATUANTES NOS CRASs DE PELOTAS**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
Programa de Pós Graduação em Política Social  
Curso de Doutorado em Política Social

## Objetivo geral:

Analisar como a prática profissional dos/das assistentes sociais desenvolvida no CRAS, em meio ao contexto atual vivenciado pelo país e frente ao crescimento do conservadorismo, vem se relacionando com o projeto ético político do Serviço Social.

ROTEIRO DE ENTREVISTA: Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ Roteiro nº: \_\_\_\_\_

1) Em qual espaço socioocupacional você atua na Política de Assistência Social?

2) Qual o tipo de seu vínculo empregatício?

3) Qual a modalidade de graduação do seu curso de formação em Serviço Social:

( ) Presencial; ( ) EAD; ( ) Semipresencial;

4) Há quanto tempo atua na Política de Assistência Social? Atuou em outros espaços anteriormente? Caso sim, em quais?

- 5) Na sua concepção, quem é o usuário da PAS?
  
- 6) Qual o público atendido por este serviço em que você atua?
  
- 7) Comente como você desenvolve seu trabalho diariamente, destacando: as demandas (recebidas, atendidas, latentes); os instrumentos técnico-operativos usados; as relações sociais estabelecidas (com os usuários, com os outros trabalhadores, com a comunidade, com a rede socioassistencial, com serviços de outras políticas); outros aspectos que considere importantes para a sua atuação profissional.
  
- 8) Quais as principais dificuldades e os desafios enfrentados em sua atuação profissional? (aprofundar a discussão a partir da resposta)
  
- 9) Comente um pouco sua avaliação sobre o cenário atual vivenciado pelo Brasil e principalmente no âmbito da política social de assistência social? (aprofundar sobre as implicações no seu espaço ocupacional)
  
- 10) A prática profissional dentro do SUAS no contexto atual pode ser transformadora/emancipatória? 9.1 Por que? 9.2 Caso sim, como será a atuação do assistente social para isto?
  
- 11) Como você analisa a sua atuação neste espaço sócio-ocupacional (em relação aos objetivos profissionais do SS; a relação teoria e prática, ao projeto ético-político da profissão, ao seu nível de satisfação profissional?)

12) Na sua avaliação, quais os aspectos positivos acerca do papel do/a assistente social no âmbito do SUAS?

13) Alguma contribuição, sugestão ou destaque final?

## Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa intitulada: **“ENTRE MANUTENÇÕES E RUPTURAS: A atuação profissional dos/das Assistentes Sociais no SUAS** está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), tendo como responsável a doutoranda Glória Maria Gomes Dravanz, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vini Rabassa da Silva.

A pesquisa tem por objetivos:

Objetivo geral:

Analisar como a prática profissional dos/das assistentes sociais desenvolvida no CRAS, em meio ao contexto atual vivenciado pelo país e frente ao crescimento do conservadorismo, vem se relacionando com o projeto ético político do Serviço Social.

Objetivos específicos:

- a) Identificar os instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais no atendimento às demandas no CRAS;
- b) Conhecer as concepções teórico-metodológicas e ético-políticas norteadoras/latentes na prática profissional nos CRASs;
- c) Desvelar os atuais desafios, limites e possibilidades da prática profissional e o direcionamento da profissão a partir da prática nos CRASs no contexto atual;

A pesquisa **não implicará em ônus financeiro** à nenhum setor ou participante da pesquisa. Será aplicada somente com pessoas que aceitarem participar e preencherem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando os aspectos éticos e preservando a identidade dos respondentes em toda e qualquer publicação de resultados, exceto quando expressamente autorizada.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa é GLÓRIA MARIA GOMES DRAVANZ (Fone 53981068240).

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Data \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_

---

Assinatura do(a) entrevistado (a)

---

Assinatura da entrevistadora